



Ministério do Desenvolvimento Agrário

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 57, DE 19 DE AGOSTO DE 2014

Altera os artigos 4º e 5º da Portaria MDA nº 23, de 30 de abril de 2010, que dispõe sobre os procedimentos para regularização fundiária de ocupações incidentes em terras situadas em áreas rurais no âmbito da Amazônia Legal.

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, resolve:

Art. 1º A Portaria MDA nº 23, de 30 de abril de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º

§ 1º As áreas ocupadas que abranjam parte ou a totalidade de terrenos de marinha, terrenos marginais ou reservados, seus acréscidos ou outras áreas insuscetíveis de alienação, nos termos do artigo 20 da Constituição Federal, serão regularizadas mediante outorga de concessão de direito real de uso pela Secretaria de Patrimônio da União - SPU, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG.

§ 2º Se apenas parte da área objeto de regularização fundiária rural for inalienável, nos termos do §2º deste artigo, poderá ser expedido ao ocupante, após a devida delimitação, concomitantemente, um Título de Domínio - TD correspondente à área alienável e uma Concessão de Direito Real de Uso - CDRU referente à porção inalienável." (NR)

"Art. 5º

§ 3º Será admitida a regularização fundiária de requerente anteriormente beneficiado por programa de reforma agrária ou regularização fundiária, nas seguintes hipóteses:

I - decorridos mais de dez anos da expedição de título de regularização fundiária e desde que o referido documento tenha sido emitido anteriormente a 11 de fevereiro de 2009, observados os §§ 4º a 7º deste artigo; ou

II - decorridos mais de dez anos da concessão de benefício por programa de reforma agrária, e desde que tenha havido desistência ou evasão do lote, observado o § 8º deste artigo.

§ 4º Caso tenha havido pagamento do título de regularização fundiária:

I - será abatido do preço final, calculado o valor remanescente de acordo com a porcentagem da área paga em relação à área total alienada; ou

II - nenhum valor será restituído ao requerente caso o novo título venha a ser emitido de forma gratuita.

§ 5º Ao novo requerimento de regularização fundiária deverá ser apensado o processo que originou a expedição do título anterior, realizando-se a análise das cláusulas nos termos da Portaria MDA nº 80, de 2010, e a publicação do ato de rescisão ou cancelamento em Boletim de Serviço, se for o caso.

§ 6º Na hipótese de requerimento de regularização fundiária de imóvel contíguo ao já titulado, deverá ser solicitado pelo beneficiário o cancelamento do respectivo título anteriormente emitido, cumpridas ou não as cláusulas resolutivas, para que outro seja expedido sobre a área total ocupada.

§ 7º No caso do § 6º deste artigo, se o título anterior estiver registrado em Cartório, o novo título somente poderá ser expedido após encaminhado o ofício de que trata o art. 250, inciso IV, da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

§ 8º Caso o beneficiário tenha recebido crédito referente a programa de reforma agrária, a regularização de sua ocupação fica condicionada à comprovação de sua liquidação ou remissão, nos termos da Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014." (NR)

Art. 2º Os pedidos de regularização fundiária indeferidos anteriormente à vigência desta Portaria poderão ser revistos, de ofício ou a pedido.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

MIGUEL SOLDATELLI ROSSETTO

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 48, DE 20 DE AGOSTO DE 2014

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, nos termos do Acordo sobre a Implementação do Art. VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, e promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, de acordo com o disposto no art. 5º do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2014, e tendo em vista o que consta do Processo MDIC/SECEX 52272.000941/2014-51, decide:

1. Encerrar a investigação para averiguar a existência de dumping nas exportações da União Europeia, para o Brasil, de plataformas veiculares de elevação, comumente classificadas no item 8428.10.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM/SH, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, iniciada por intermédio da Circular SECEX nº 42, de 4 de julho de 2014, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) de 7 de julho de 2014,

em virtude dos resultados da verificação in loco realizada na indústria doméstica, nos termos do § 4º do art. 65 do Decreto nº 8.058, de 2013.

2. Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DANIEL MARTELETO GODINHO

Ministério do Esporte

SECRETARIA NACIONAL DE ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO

ATO DECLARATÓRIO Nº 8, DE 12 DE AGOSTO DE 2014

Reconhece o direito à isenção de Imposto de Importação - II e IPI a Rodrigo Pimentel Bastos, nas aquisições no mercado interno e nas importações dos produtos que relaciona.

A Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento do Ministério do Esporte, de conformidade com o disposto no art. 4º da Portaria nº 199, de 09 de agosto de 2002, tendo em vista o que consta do Processo nº 58701.002185/2014-43, no qual se acha comprovado que os equipamentos e materiais a serem importados foram homologados pela entidade internacional da respectiva modalidade esportiva e não possui similar nacional, expede o presente ATO DECLARATÓRIO a beneficiar a Rodrigo Pimentel Bastos, CPF: 716.470.319-15 no direito à isenção do Imposto de Importação - II e Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI de acordo com os termos que trata a Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002, e suas posteriores alterações, relativo aos materiais e equipamentos para a modalidade de Tiro Esportivo, abaixo relacionado:

ORD	IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO	QTD	VALOR (DO PAÍS DE ORIGEM)
1	Espingarda Perazzi, Modelo MX8, Calibre 12, 2 Canos Comprimento 75 cm, Coronha Regulável e Estojo.	01	5.571,00 Euros
TOTAL			5.571,00 Euros

RICARDO LEYSER GONÇALVES

ATO DECLARATÓRIO Nº 9, DE 12 DE AGOSTO DE 2014

Reconhece o direito à isenção de Imposto de Importação - II e IPI a Isabel Marques Swan, nas aquisições no mercado interno e nas importações dos produtos que relaciona.

A Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento do Ministério do Esporte, de conformidade com o disposto no art. 4º da Portaria nº 199, de 09 de agosto de 2002, tendo em vista o que consta do Processo nº 58701.002209/2014-02, no qual se acha comprovado que os equipamentos e materiais a serem importados foram homologados pela entidade internacional da respectiva modalidade esportiva e não possui similar nacional, expede o presente ATO DECLARATÓRIO a beneficiar a Isabel Marques Swan, CPF: 104.712.187-58 no direito à isenção do Imposto de Importação - II e Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI de acordo com os termos que trata a Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002, e suas posteriores alterações, relativo aos materiais e equipamentos para a modalidade de Vela, abaixo relacionado:

ORD	IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO	QTD	VALOR (DO PAÍS DE ORIGEM)
1	Mastro para barco a vela da Classe 470 completo com estais laterais, enviado no container da CBVela (Confederação Brasileira de Vela) para o Brasil	01	1.700,00 (Dólar Nova Zelândia)
TOTAL			1.700,00

RICARDO LEYSER GONÇALVES

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA Nº 87, DE 20 DE AGOSTO DE 2014

Aprova o Plano de Manejo da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, no estado de Rondônia. (Processo nº 02070.000655/2008-45).

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 7.515, de 08 de julho de 2011 e pela Portaria nº 304, de 28 de março de 2012, da Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência, publicada no Diário Oficial da União de 29 de março de 2012;

Considerando o disposto na Lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC e o Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que a regulamentou;

Considerando que o art. 16, do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002 prevê que o Plano de Manejo aprovado deve estar disponível para consulta na sede da Unidade de Conservação e no Centro de Documentação do Órgão executor;

Considerando o disposto no Decreto nº 4.411, de 07 de outubro de 2002, que dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação;

Considerando o disposto na Instrução Normativa ICMBio nº 01, de 18 de setembro de 2007, que dispõe sobre as diretrizes, normas e procedimentos para a elaboração de Plano de Manejo Participativo de Unidade de Conservação Federal das categorias Resex e RDS;

Considerando que o Plano de Manejo da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto foi analisado e aprovado pela Coordenação de Elaboração e Revisão de Plano de Manejo - COMAN, do ICMBio;

Considerando que o Conselho Deliberativo da Resex do Rio Ouro Preto, renovado pela Portaria ICMBio nº 27, de 17/02/2012, aprovou o Plano de Manejo da Resex através da Resolução nº 2, de 31 de outubro de 2013;

Considerando que o Conselho de Defesa Nacional (CDN) deu anuência prévia à aprovação do Plano de Manejo da Resex do Rio Ouro Preto, através do Ato nº 41, publicado no Diário Oficial da União de 4 de abril de 2014; e

Considerando a instrução do processo ICMBio nº 02070.000655/2008-45, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Manejo da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, localizada no estado de Rondônia.

Art. 2º Tornar disponível o texto completo do Plano de Manejo da Resex do Rio Ouro Preto, impresso e em meio digital, na sede da Unidade de Conservação e na página do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade na internet.

Art. 3º A Zona de Amortecimento constante neste Plano de Manejo é uma proposta e deverá ser estabelecida posteriormente por instrumento jurídico específico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO RICARDO VIZENTIN

PORTARIA Nº 88, DE 20 DE AGOSTO DE 2014

Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN PRIMA LUNA I. (Processo ICMBio/MMA nº 02070.002289/2013-26).

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, inciso VII, do Anexo I da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 7.515, de 08 de julho de 2011, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente e pela Portaria nº 304, de 28 de março de 2012, da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União de 29 de março de 2012;

Considerando o disposto no art. 21 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza; no Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que o regulamentou; no Decreto nº 5.746, de 05 de abril de 2006, que regulamenta a categoria de unidade de conservação de uso sustentável, Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN; e na Instrução Normativa ICMBio nº 07, de 17 de dezembro de 2009; e,

Considerando as proposições apresentadas no Processo ICMBio/MMA nº 02070.002289/2013-26, resolve:

Art. 1º Fica criada a Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN PRIMA LUNA I, de interesse público e em caráter de perpetuidade, em parte do imóvel denominado Terras de Valentim Camilo, situado no Município de Nova Trento, no Estado de Santa Catarina, matriculado no registro de imóveis da comarca de São João Batista/SC, sob a matrícula nº. 17.088, registro número 1 do livro de registro geral nº 2, em 03 de abril de 2013.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio
DIRETORIA DE CRIAÇÃO E MANEJO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO - DIMAN

PLANO DE MANEJO
RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO OURO PRETO/RO

BRASÍLIA, AGOSTO DE 2014

Presidente da República Federativa do Brasil
Dilma Roussef

Ministra de Estado do Meio Ambiente – MMA
Izabela Mônica Vieira Teixeira, Dra.

Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio
Roberto Ricardo Vizentin

Diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação - DIMAN
Sérgio Brant Rocha

Coordenadora Geral de Criação, Planejamento e Avaliação de Unidades de Conservação - CGCAP
Lilian Letícia Mitiko Hangae

Coordenador de Elaboração e Revisão de Plano de Manejo - COMAN
Alexandre Kirovsky, Msc.

Chefe da RESEX do Rio Ouro Preto
Luis Ricardo Matheus Bartholo

Responsável Institucional pela Elaboração do Plano de Manejo
Jerônimo Carvalho Martins

EQUIPE PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANEJO DA RESEX RIO OURO PRETO/RO

Grupo de Trabalho

Simone Vieira de Campos, Dra. (consultora)
José Maria dos Santos (chefe da RESEX Rio Ouro Preto até 2010)
Custódio Maciel do Nascimento (representante comunitário)
Luciano Lima Carneiro (representante comunitário)
Jerônimo Martins (analista ambiental - Resp.Inst./chefe da RESEX Rio Ouro Preto até 2011)

Zoneamento e Planejamento

Maria Goretti M. Pinto, Dra. (analista ambiental, COMAN/ICMBio)
Thiago Dias Ferreira (analista ambiental, RESEX Chapada Limpa/ICMBio)
Romina Belloni (analista ambiental ICMBio, chefe da RESEX Rio Ouro Preto 2012-2013)
Samuel Nienow (analista ambiental, RESEX Barreiro das Antas/ICMBio)
Rogério Silva (técnico COMAN/ICMBio)

Apoio Técnico

Aline Polli, Msc. (analista ambiental ICMBio- colaboradora)
Fabrício Cruz (analista ambiental, RESEX Rio Ouro Preto/ICMBio - colaborador)
Gabriela Meirelles (mediadora independente – colaboradora)

Revisão e Redação final

Maria Goretti M. Pinto, Dra. (analista ambiental, COMAN/ICMBio)

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	9
2. INTRODUÇÃO.....	10
3. CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE	12
3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO REGIONAL.....	12
3.1.1 Reservas Extrativistas	15
3.1.2 A Resex Rio Ouro Preto.....	16
3.2 ASPECTOS AMBIENTAIS, DIVERSIDADE DE PAISAGENS E ECOSISTEMAS.....	18
3.2.1 Climatologia.....	18
3.2.2 Geologia e geomorfologia.....	18
3.2.3 Pedologia.....	19
3.2.4 Hidrografia.....	20
3.2.5 Vegetação.....	21
3.2.6 Fauna.....	28
3.3 ASPECTOS SOCIO-ECONÔMICOS, CULTURAIS E INSTITUCIONAIS DA UNIDADE.....	30
3.3.1 As vias de acesso.....	30
3.3.2 Sazonalidade.....	33
3.3.3 Trabalhos coletivos e reciprocidade.....	35
3.3.4 Festejos e encontros.....	37
3.3.5 Organização política e representações.....	38
3.3.6 Saúde.....	42
3.3.7 Aspectos sanitários.....	43
3.3.8 Educação.....	44
3.3.9 Divisão do trabalho familiar.....	47
3.4 POPULAÇÃO BENEFICIÁRIA E OUTROS USUÁRIOS.....	48
3.4.1 Perfil do beneficiário da RESEX Ouro Preto.....	50
3.5 HISTÓRICO E FORMAS DE USO E OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO.....	51
3.5.1 Antecedentes ocupacionais da RESEX.....	51
3.5.2 As moradias típicas e a organização do espaço produtivo.....	54
3.6 PRÁTICAS PRODUTIVAS, USO E MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS.....	59
3.6.1 Agricultura familiar e produção agrícola.....	61
3.6.2 Extrativismo vegetal.....	65
3.6.3 Utilização de recursos pesqueiros.....	74
3.6.4 Utilização de fauna.....	78
3.6.5 Criação de animais.....	84
3.7 ASPECTOS ECONÔMICOS.....	84
3.8 SITUAÇÃO FUNDIÁRIA.....	90
3.8.1 Área proposta para exclusão.....	93
3.9 ANÁLISE SITUACIONAL DA UNIDADE.....	96
4. CONTEÚDOS DO PLANO DE MANEJO: GESTÃO DA UNIDADE	102
4.1 Estrutura de Gestão da Unidade.....	102
4.1.1 Conselho Deliberativo.....	102
4.1.2 ASAEX e ASROP.....	104
4.1.3 ICMBio.....	105
4.2 Infraestrutura necessária.....	105
4.3 Acordo de Gestão.....	106
4.4 Zoneamento da RESEX.....	113
4.5 Proposta de Zona de Amortecimento.....	120
4.6 Cenários.....	122
4.7 Programas de Sustentabilidade Ambiental e Socioeconômica.....	123
4.7.1 Programa Qualidade de Vida e Cidadania.....	123

4.7.2 Programa Manejo dos Rec. Naturais e Cadeias Produtivas.....	128
4.7.3 Programa Recuperação de Áreas Degradadas.....	133
4.7.4 Programa Monitoramento e Proteção Ambiental.....	134
4.7.5 Programa de Gestão e Administração.....	134
4.8 Planejamento Estratégico.....	136
4.8.1 Missão, Visão e Valores.....	136
4.8.2 Objetivos estratégicos e mapa estratégico.....	137
5. CONCLUSÕES.....	145
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	146
7. ANEXOS	150

SIGLAS

ASAEX - Associação de Seringueiros e Agro-extrativistas do baixo rio Ouro Preto
ASGM- Associação de Seringueiros de Guajará Mirim
ASROP - Associação de Seringueiros do Rio Ouro Preto
BIRD - Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEE - Comissão das Comunidades Européias
CNPT - Centro nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais
CNS - Conselho Nacional das Populações Extrativistas
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IEA- Instituto de Estudos Amazônicos
IEF/RO - Instituto de Estudos florestais de Rondônia
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MMA - Ministério do meio Ambiente
OSR - Organização dos Seringueiros de Rondônia
PAE - Projeto de Assentamento Extrativista
PLANAFLORO - Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia
PPG-7 - Programa Piloto para Proteção das florestas tropicais do Brasil
PROAE - Programa de Monitoramento de Áreas Especiais
RESEX - Reserva Extrativista
SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SUDEPE - Superintendência do Desenvolvimento da Pesca
UNIR - Universidade Federal de Rondônia
USR - União dos Seringueiros de Rondônia

TABELAS

- Tabela 3.1 - Principais espécies florestais madeireiras da RESEX Rio Ouro Preto
- Tabela 3.2 – Outras espécies florestais não-madeireiras frequentes na RESEX.
- Tabela 3.3 - Principais espécies caçadas na RESEX.
- Tabela 3.4 - Principais espécies pescadas na RESEX.
- Tabela 3.5 – Escolas por comunidade.
- Tabela 3.6 - Produtos da Flora Nativa utilizados na RESEX.
- Tabela 3.7 - Peixes mais consumidos na RESEX.
- Tabela 3.8 - Espécies caçadas na RESEX (2009).
- Tabela 3.9 - Produção agrícola na última safra registrada na RESEX (2006).
- Tabela 3.10 - Produção extrativista vegetal e da silvicultura na RESEX (2006).
- Tabela 3.11 - Calendário de Atividades dos Moradores da RESEX.
- Tabela 3.12 – Situação fundiária dos lotes.
- Tabela 4.1 – Temas dos Subprogramas ranqueados em ordem decrescente de prioridades.
- Tabela 4.2 – Objetivos estratégicos com seus indicadores e metas para cinco anos.

FIGURAS

Figura 3.1 - Colocação da RESEX Rio Ouro Preto.

Figura 3.2 – Barracão do Pompeu.

Figura 3.3 – Escola na Comunidade Floresta.

Figura 3.4 – Pirâmide etária da população da RESEX Rio Ouro Preto cadastrada em 2007.

Figura 3.5 – Moradia típica da RESEX Rio Ouro Preto.

Figura 3.6 - Moradia financiada pelo INCRA.

Figura 3.7 - Seringueira em frente ao Barracão do Pompeu e extração da seringa.

Figura 3.8 - Aspecto de uma castanheira.

Figura 3.9 – Aspecto de um açazeiro e comunitários debulhando açáí.

Figura 3.10 - Localização dos principais açazais na RESEX do Rio Ouro Preto.

Figura 4.1 – Baía do Socó.

Figura 4.2 – Campo de areia.

Figura 4.3 – Igarapé do bicho.

Figura 4.4 – Trilha da lagoa.

Figura 4.5 – Rio Coração visto em imagem de satélite.

Figura 4.6 – Mapa estratégico da RESEX Rio Ouro Preto.

1. APRESENTAÇÃO

Este Plano de Manejo foi elaborado para atender as exigências da Lei 9985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Ele serve de instrumento de apoio ao desenvolvimento e gestão atual e futura da Reserva Extrativista (Resex) do Rio Ouro Preto, subsidiando ações da equipe do ICMBio, da ASROP (Associação dos Seringueiros do Rio Ouro Preto), da ASAEX (Associação de Seringueiros e Agroextrativistas do Baixo Rio Ouro Preto) e das demais instituições de apoio à Resex e componentes do Conselho Deliberativo. Também visa dar suporte para a implementação de ações que garantam o desenvolvimento das comunidades, considerando as estruturas de seu modo de vida tradicional e a conservação da biodiversidade.

O documento aqui apresentado é resultado da sistematização de informações por uma consultora, a partir de cinco etapas de trabalhos participativos na RESEX em 2009/2010 e vários documentos disponíveis na Resex, desde sua criação; bem como de atualizações e complementações baseadas em vários trabalhos posteriores realizados durante a gestão da Resex e, finalmente, da incorporação dos dados trabalhados numa oficina participativa de planejamento realizada em Guajará-Mirim em abril de 2013.

Privilegiou-se a simplicidade na elaboração desse plano, na expectativa de que ele seja um primeiro documento de apoio à gestão, a ser posto em prática por quaisquer gestores que passarem pela Resex, ser testado e gerar aprendizados para um futuro plano de manejo, mais maduro. Ele contém a caracterização da Resex, baseada principalmente em informações já disponíveis; o diagnóstico da situação atual e previsão de cenários futuros; o Acordo de Gestão já em vigor; o zoneamento da área e o planejamento. Dadas as atuais diretrizes do ICMBio, optou-se por construir um planejamento estratégico para a Resex Rio Ouro Preto, que consta ao final do documento.

2. INTRODUÇÃO

Uma das principais formas de conservação da biodiversidade é o estabelecimento de unidades de conservação (UCs), que são áreas protegidas, com limites definidos, sob regime especial de administração. De acordo com a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (9985/2000 - SNUC), as UCs agrupam-se em dois conjuntos, de acordo com os usos e grau de intervenção humana permitidos: UCs de uso sustentável (permitem o uso direto) e UCs de proteção integral (o uso é indireto).

As UCs de uso indireto são destinadas à proteção integral da natureza e nelas não é permitido o livre acesso de pessoas, nem o uso direto dos recursos naturais. Fazem parte desse grupo as seguintes categorias: Estação Ecológica (ESEC); Reserva Biológica (REBIO), Parque Nacional (PARNA), Monumento Natural (MONA) e Refúgios da Vida Silvestre (RVS).

Já as UCs de uso direto são aquelas que permitem usos sustentáveis de recursos naturais, mediante algumas condições definidas, e que visam garantir a sustentabilidade de áreas ambientalmente importantes, através do estabelecimento de limites e regras de uso de recursos naturais nessas áreas. Fazem parte desse grupo as seguintes categorias: Área de Proteção Ambiental (APA); Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE); Floresta Nacional (FLONA); Reserva de Fauna (REFAU), Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS); Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN); e Reserva Extrativista (RESEX).

As Reservas Extrativistas (RESEX) são áreas legalmente destinadas a compatibilizar a conservação da natureza e o uso de recursos naturais por populações tradicionais extrativistas do lugar, conforme definido no artigo 18 do SNUC:

“Art. 18. A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso de recursos naturais da unidade.”

A categoria Resex é uma peculiaridade brasileira, não existindo modelo de UC semelhante noutros países. A categoria surgiu como resposta a uma demanda organizada dos movimentos sociais encabeçados pelos "povos da floresta", que reivindicavam a manutenção das áreas florestadas e a garantia de acesso e uso dos recursos naturais utilizados para extrativismo, especialmente seringa e castanha.

Um dos principais instrumentos de gestão das Resex é o plano de manejo. Para as Resex, o plano de manejo caracteriza a área nas dimensões ambiental, social e econômica, define as áreas de uso das populações tradicionais, as possibilidades e regras de uso dos recursos naturais, a geração sustentável de renda, bem como os programas e subprogramas de desenvolvimento da Unidade de Conservação. É um documento de planejamento de gestão que visa promover o uso sustentável dos recursos naturais pelas populações tradicionais beneficiárias e assegurar a conservação ambiental, a melhoria da qualidade de vida e a reprodução cultural das mesmas.

O Plano de manejo que ora segue foi elaborado de forma participativa para desenvolvimento de seus conteúdos, tendo iniciado em 2009, a partir da contratação de uma consultoria. Entre fevereiro de 2009 e setembro de 2010 foram realizadas cinco etapas de campo e elaborada uma proposta preliminar de plano. Devido a mudanças institucionais, a parte do Acordo de Gestão (na época chamado de Plano de Utilização) continuou em discussão e tramitação, destacado do plano de manejo como um todo, tendo sido publicado em fevereiro de 2013, mesma época em que a elaboração do plano de manejo foi retomada. Para atualizar informações e elaborar o zoneamento e planejamento da unidade, uma oficina participativa de planejamento foi realizada em Guajará-Mirim em abril de 2013. Em junho o documento foi consolidado e submetido ao Conselho de Defesa Nacional (CDN) para avaliação, pois a Resex localiza-se em zona de fronteira. Em 04/09/13 o ICMBio procedeu a apresentação do plano para o CDN, que emitiu sua anuência prévia através do Ato nº 41, publicado no DOU de 04/04/2014. Já o Conselho Deliberativo da Resex aprovou o presente plano de manejo através da Resolução nº2 de 31/10/2013. Por fim, o ICMBio instituiu o plano através da Portaria nº 87, publicada no DOU de 21/08/2014.

A elaboração deste Plano de Manejo baseou-se na instrução normativa IN-ICMBio nº 01/2007 e no roteiro metodológico para elaboração do Plano de Manejo das Reservas Extrativistas e de Desenvolvimento Sustentável Federais (IBAMA/DISAM, 2006).

3. CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE

3.1 Contextualização Regional

O Estado de Rondônia localiza-se na porção oeste da região norte do país, com uma extensão territorial de 237.576,167 Km², o que representa 6,79% da região e 2,86% do território nacional. O estado limita-se ao norte e nordeste com o Amazonas, a leste e sudeste com o Mato Grosso, a noroeste com o Acre e a oeste faz fronteira com a República da Bolívia.

O Estado de Rondônia é dividido em 52 municípios, com uma população estimada em 1.562.409 habitantes, de acordo com o censo do IBGE de 2010. O município de Guajará-Mirim possui 41.656 habitantes, uma área de 24.950 Km² (IBGE, 2010) e índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,657 (PNUD, 2013). Já o município de Nova Mamoré, que também abarca parte do território da Reserva do Rio Ouro Preto, possui 22.546 habitantes (IBGE, 2010), área de 10.113,40 Km² e IDH de 0,587 (PNUD, 2013).

No século XVII a região foi rota das missões, e no século XVIII, portugueses vindos para a região através do rio Madeira até o rio Guaporé, vindos de Belém do Pará, chegaram ao então Arraial de Bom Jesus, que atualmente é o município de Cuiabá, no Estado de Mato Grosso. Os viajantes vinham à procura de ouro e *Drogas dos Sertão* - corantes, ervas, peles, produtos medicinais, animais vivos, plantas, castanha. Desde então, a região passou a ser rota de muitos exploradores em busca deste minério (DEAN,1989; HARDMAN, 1991; PADOVAN,2004).

De acordo com o Tratado de Tordesilhas, a região pertencia à Espanha. Entre 1722 e 1747, após o mapeamento dos rios Madeira, Guaporé e Mamoré, os limites entre Portugal e Espanha foram redefinidos pelos tratados de Madri e Santo Afonso, cabendo à Portugal a posse e defesa da região. Em 1781 foram feitas demarcações da área e, no século XIX, teve início o povoamento, ao mesmo tempo em que era construída a ferrovia Madeira-Mamoré e a exploração dos seringais.

O estado de Rondônia foi fruto de uma divisão de terras antes pertencentes aos estados de Mato Grosso e Amazonas. Em 1943, configurou-se como território federal de "Guaporé". Em 1957, o território recebeu o nome de Rondônia em homenagem ao Sertanista e Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon e, finalmente em 1981, passou a

ser um estado da federação (CUNHA,2002; DEAN,1989; PADOVAN,2004; SANTOS, 2002).

Os limites de Porto Velho abrangiam o então povoado de Vilhena (que atualmente é um município de mesmo nome); o limite de Guajará-Mirim era a região dos vales do Mamoré, Guaporé até o rio Cabixi, divisão com o Mato Grosso. Este território federal pouco se desenvolveu entre as décadas de 50 e 70, mantendo-se com apenas dois municípios até a década de 70 (DEAN,1989; HARDMAN, 1991; PADOVAN,2004).

Na década de 70, foram criados pelo INCRA os primeiros assentamentos dirigidos com fins de reforma agrária no estado do Acre, muitos deles estabelecidos em glebas de terra antes ocupadas por seringueiros. Essa iniciativa do INCRA apresentou-se, na época, como tentativa de solução para os problemas sociais e fundiários da região, no entanto, geraram outros problemas na medida em que desestruturaram as formas tradicionais de divisão do território características dos seringais. Os assentamentos dividiam a terra em retângulos para assentar colonos e desestruturavam os esforços que a SUDHEVEA fazia para aumentar a produção de borracha, uma vez que chocavam-se com o esquema de organização do espaço das unidades de produção do seringueiro, as colocações, que incluíam estradas de seringa, sinuosas, geralmente em formato "de gota", formada a partir da disposição natural das seringueiras na mata. Muitas colocações eram "desmembradas" pela divisão do espaço em "retângulos" estabelecidos pelo INCRA e foram a causa de muitos conflitos entre colocações vizinhas (ALMEIDA, 2003, 2004; SILVA, 2000; MILLIKAN,1994; CNPT, 1999b).

Além disso, a partir da década de sessenta houve um estímulo governamental na região norte para promover o desenvolvimento regional através do incentivo à atração de empresários e investidores para lá, vindos principalmente do centro sul do país, com vistas a empreendimentos agropecuários, na zona rural.

Por essa época, no estado do Acre, nos municípios de Rio Branco, Sena Madureira, Plácido de Castro, Senador Guiomard, Xapuri e Brasiléia, muitos seringais, ou seja, muitas áreas de floresta que eram utilizadas para o extrativismo do látex, extraído da seringueira (*Hevea brasiliensis*) por populações extrativistas começaram a ser abandonados, por um lado, em razão da contínua queda e desvalorização da borracha no mercado, por outro lado, pelo crescente estabelecimento de fazendeiros na região, desmatando áreas florestadas para criação de gado bovino (ALMEIDA,2003; SILVA, 2000; MILLIKAN,1994; CNPT,1999a).

As primeiras organizações dos seringueiros enquanto "classe", partiram de seringueiros "autônomos" no Estado do Acre, nos municípios de Rio Branco, Xapuri e Brasiléia, a partir de 1976. Esses movimentos sociais de resistência, em defesa da manutenção da "floresta em pé", contra os desmatamentos promovidos pela ocupação de fazendeiros ficaram conhecidos como "EMPATES". Esses conflitos mobilizaram a opinião pública para a questão, principalmente após o assassinato do presidente do sindicato rural de Brasiléia, Wilson de Souza Pinheiro, em 1978 e, posteriormente foram a causa do assassinato, por fazendeiros, do presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Xapuri, o seringueiro Chico Mendes, em 1988, evento que teve grande repercussão na mídia nacional e internacional (ALMEIDA, 2003; CUNHA, 2002; SILVA, 2000).

A partir dessas ocorrências, a organização dos extrativistas (destacadamente as lideranças sindicais de Brasiléia, Xapuri e Rio Branco) conduziram o debate para o entendimento de que, mais importante do que deter o título de propriedade individual de uma parcela de terra, era encontrar meios de conservar a capacidade produtiva da floresta, não necessariamente através da divisão em lotes simétricos, mas assegurando a posse dos seringueiros sobre suas colocações, de modo a garantir a prática da atividade extrativista. A partir desse debate, a solução legal encontrada foi pensada em termos do estabelecimento da "concessão do direito real de uso" (CNPT,1999a; 1998b; FLOR, 1997; CASTILHO, 1997; MILLIKAN,1994).

Em 1985, as demandas dos extrativistas começaram a ganhar contornos mais claros. Neste ano ocorreu o primeiro Encontro Nacional dos Seringueiros, em Brasília. Era o momento do lançamento do Plano Nacional de Reforma Agrária. Em meio a este cenário, a proposta de criação de Reservas Extrativista configurou-se, portanto, como o "a reforma agrária dos seringueiros", na medida em que a sua criação buscava legitimar a posse e reconhecer os direitos à terra daqueles que nela trabalhavam e viviam há muitos anos. Essa medida garantiria, por um lado, que a terra cumprisse sua função social e a promoção da sustentabilidade, já que a manutenção do extrativismo dependia por sua vez da manutenção da floresta e seus recursos (ALMEIDA, 2003,2004; CUNHA, 2002; CNPT, 1999b).

Em 1987, o INCRA propôs a criação do Projeto de Assentamento Extrativista - PAE, "destinado à exploração de áreas dotadas de seringais extrativos através de atividades economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis, a serem executadas pelas populações que ocupam ou venham a ocupar as mencionadas áreas" através da Portaria N° 627, de 30 de julho de 1987. Essa Portaria estabelecia que a destinação da área fosse

estabelecida mediante concessão de uso em regime comunal, segundo a forma decidida pela comunidade concessionária - associativa, condominial ou cooperativista (MILLIKAN,1994; CNPT, 1998b; 1999a; 1999b; FLOR, 1997).

Esta ação do INCRA significava a incorporação das Reservas Extrativistas (então sob o nome de Projetos de Assentamentos Extrativistas - PAE), ao Plano Nacional de Reforma Agrária. Até abril de 1994 foram criados 10 projetos de assentamento extrativista, cinco no Acre, três no Amapá e dois no Amazonas, totalizando 889.548 ha. Apenas três deles, no Acre, receberam apoio para sua implantação (ALMEIDA, 2003; MILLIKAN,1994; CNPT, 1998b; 1999a; 1999b; FLOR, 1997).

3.1.1 Reservas Extrativistas

Frente ao imobilismo dos PAEs, bem como da pressão social, e grande veiculação na mídia nacional e internacional em prol da preservação das florestas, o Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS, criado em 1985, além de continuar insistindo na criação de Reservas Extrativistas como forma de fazer reforma agrária para a classe, passou a defender as reservas como "espaços territoriais destinados à utilização sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis", ou seja, incorporando claramente a dupla vocação desse tipo de reserva: atender a uma demanda de justiça social e promover a conservação e sustentabilidade ambiental (ALMEIDA 2003,2004; CUNHA,2002; MILLIKAN, 1994).

Em 1989, as Reservas Extrativistas foram legitimadas, no âmbito da Política Nacional do Meio Ambiente, possibilitando sua criação a partir da Lei 7.804/1989, e sua regulamentação através do Decreto 98.897/1990. Segundo esta legislação a instituição responsável pela criação e gestão das reservas federais era o IBAMA. Em 2007, a partir da divisão do Ibama e criação do ICMBio, este passou a ser o órgão responsável pelas UCs federais.

Até aquele momento, o paradigma dominante era preservacionista, ou seja, baseado na criação de espaços protegidos *intocados*, especialmente destinados à conservação da biodiversidade, sem população humana, modelo dominante até a década de 1980. Aos poucos, um novo modelo *conservacionista* tomava forma. Este novo modelo propunha a permanência de populações tradicionais nas áreas destinadas à conservação, de modo que as comunidades locais não fossem vítimas, mas parceiras das preocupações ambientais, e

tivessem um papel ativo na conservação do ambiente em que viviam. É nesse contexto que foram concebidas e criadas as primeiras Reservas Extrativistas no Brasil, na década de noventa (ALMEIDA, 2003; CUNHA, 2002).

As RESEX representam um marco na história da conservação da biodiversidade no país, inovando por terem sido criadas "de baixo para cima", ou seja, a partir de movimentos sociais organizados, e também, por tomar por base as características diferenciais de populações extrativistas de ecossistemas amazônicos, de modo a articular as dimensões ambiental e fundiária (ALMEIDA, 2003; CUNHA, 2002; MILLIKAN, 1994).

As quatro primeiras RESEX federais foram criadas no ano de 1990, um ano depois do assassinato do líder sindicalista Chico Mendes. Dentre essas primeiras reservas, duas delas situam-se no estado do Acre (Alto Juruá e Chico Mendes), uma no Amapá (Cajari) e uma em Rondônia (Rio Ouro Preto).

Em 2000, a Lei do SNUC (9.985), reconheceu a Reserva Extrativista como uma categoria de unidade de conservação de uso sustentável.

3.1.2 A RESEX do Rio Ouro Preto

O zoneamento econômico-ecológico de Rondônia definiu a Zona IV como base para o ordenamento e desenvolvimento do extrativismo em Rondônia. Esse documento veio a se transformar no principal instrumento de pressão, utilizado por organizações não governamentais e movimentos sociais, incluindo o movimento extrativista, junto ao Governo do Estado de Rondônia para promover mudanças na forma de condução das políticas de ordenamento territorial (CASTILHO, 1997; ICMBIO, 2008f; MILLIKAN, 1994).

Em continuidade ao movimento, e contando com apoio do Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS, Instituto de Estudos Amazônicos - IEA e Instituto Estadual de Florestas - IEF/RO, foi realizado em fevereiro de 1989 o I Encontro Estadual de Seringueiros e Soldados da Borracha. Nesse Encontro, realizado em Guajará-Mirim/RO, foi reforçada a tese da necessidade dos seringueiros terem para si áreas protegidas semelhantes às comunidades indígenas, não divididas em lotes individuais (ALMEIDA, 2003; FLOR, 1997; CNPT, 1999a).

Assim, ainda durante o ano de 1989, o Instituto de Terras de Rondônia - ITERON, contando com o auxílio técnico de outras instituições estaduais e federais, realizou o Levantamento Sócio-Econômico, Fundiário e Edafo-Florístico da Bacia do Rio Ouro Preto, com a finalidade de criar uma Floresta Extrativista Estadual (MILLIKAN, 1994; CNPT, 1990). Entretanto, em 1990 o Governo Federal adotou a política de criar reservas extrativistas, criando a Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto em 13/03/90, pelo Decreto nº 99.166.

De acordo com os representantes das comunidades presentes na oficina de planejamento realizada em maio de 2013, a Resex foi criada para atender aos seguintes objetivos específicos: Garantir área de trabalho livre para os extrativistas, sem padrões; Evitar invasões na área; Preservar a mata nativa; Garantir o uso sustentável dos recursos naturais; Promover acesso à educação e à saúde aos beneficiários.

Localizada no extremo oeste do estado de Rondônia, nos municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré, a RESEX é circundada por outras áreas protegidas, com exceção do seu limite noroeste, onde confronta-se com propriedades agropecuárias. A RESEX limita ao norte com a Terra Indígena Lage e Parque Estadual de Guajará-Mirim, ao sul e oeste com a Reserva Biológica Estadual do Rio Ouro Preto, Reserva Extrativista Estadual do Pacaás Novos, e ao leste com a Terra Indígena Uru-eu-wau-wau, localizada entre 64°18' e 65°16' Oeste e 10° 35' e 11°03' sul, abrangendo uma área de 204.583 hectares.

Em 2008 houve uma iniciativa para reconhecer o conjunto de áreas protegidas no Oeste de Rondônia como um mosaico, conforme o artigo 26 do SNUC (Lei 9.985/2000) e o Capítulo III do Decreto 4340/2002. A iniciativa não teve andamento, mas a região é reconhecida como de fundamental importância para a conservação ambiental, principalmente pelo fato de ser a área de floresta contínua de maior extensão no estado (3.936.416 hectares) e de estar sob ameaça constante, especialmente nos eixos das BRs 364 e 429. O Anexo B2 apresenta o mapa da RESEX do rio Ouro Preto e as áreas protegidas limítrofes.

Outra iniciativa semelhante que não teve prosseguimento, do lado brasileiro, foi o reconhecimento oficial do Corredor Binacional Brasil-Bolívia Guaporé-Itenez/Mamoré. A proposta do Corredor na fronteira do Brasil com a Bolívia tramitou na década de 2000, incluindo aproximadamente 50% da área do Estado de Rondônia, em sua porção leste. Do lado boliviano, entretanto, foi sancionada a Lei nº 3012 em 04/04/2005 reconhecendo o corredor ecológico naquele país, na fronteira com o Brasil.



Figura 3.1. Colocação da RESEX Rio Ouro Preto.

3.2 Aspectos Ambientais, diversidade de paisagens e ecossistemas

3.2.1 Climatologia:

O clima da área da RESEX é quente e úmido, com temperatura média anual de 25°C, média máxima de 32°C e média mínima de 21°C. A média anual de precipitação pluvial é de 2.200 mm, sendo que na estação chuvosa ou “inverno” (novembro a maio) as precipitações atingem a média de 300mm ao mês, e na época de estiagem ou “verão” (junho a outubro), a média mensal é de 80 mm. De abril a junho pode ocorrer o fenômeno "friagem", descrito localmente como uma queda brusca de temperatura, que pode chegar em até 10°C, e de curta duração, geralmente associada à massa de ar frio vindas do sul do país (MILLIKAN,1994).

3.2.2 Geologia e Geomorfologia:

Os sedimentos da serra do Pacaás Novos, relacionados à Formação Parecis de idade cretácea, se acumularam ao longo do tempo numa ampla depressão ao longo das margens do Rio Ouro Preto. As pendentes do terreno foram formadas a partir dos flancos das serras

em direção ao rio principal da bacia. As elevações do relevo são sustentadas por pedras e conglomerados polimíticos (não uniformes) que estão encobertos por sedimentos novos trazidos pela rede de drenagem do Rio Ouro Preto. O Anexo B7 apresenta o mapa de declividade da RESEX, essencialmente um grande vale às margens do rio Ouro Preto (MILLIKAN,1994).

A cadeia montanhosa é identificada pelos blocos altos da Formação Pacaás Novos que constituem a serra e pela área deprimida que permitiu a deposição dos sedimentos cenozóicos da Formação Solimões, onde se instalou a drenagem da bacia do rio Ouro Preto. Os principais tipos geológicos encontrados na RESEX são: Aluviões, Formação Solimões, Epimetamórfitos do Comemoração e Formação Pacaás Novos.

3.2.3 Pedologia

Na RESEX, predominam os solos:

1. Aluviais (acumulados por detritos) recentes, associados a florestas médias a baixas, semi-caducifólias, sazonais e sujeitas à inundação periódica;
2. Solos aluviais mais antigos, de drenagem limitada, ou inundados periodicamente, sazonalmente saturados incluindo os gleysolos (várzeas contendo argila, argila e detritos)
3. Solos com drenagem impedida (igapós), que estão associados a florestas médias a baixas, semi-caducifólias e hidromórficas (muito úmidas);

Os solos antigos, provavelmente “ferralsols” (latossolos e ou podzolicos, profundos ou rasos), são localizados em áreas de boa a média drenagem de planície pleneplanadas. Estes solos em geral têm um pH de 5-5,6 com baixo nível de Ca, alto nível de Al, baixo nível de P e níveis médios e baixos de matéria orgânica. Compõem o ecossistema de florestas médias a altas, semi-caducifólias, sazonais.

As terras da RESEX Ouro Preto, na sua quase totalidade, são consideradas inaptas para o cultivo de espécies anuais ou pastagens extensivas cultivadas, por não apresentar aptidão agrícola. Portanto, para a pequena agricultura é importante destacar a necessidade de práticas adequadas de adubação e escolha do tipo de cultura em função do solo existente.

Em alguns pontos da Reserva, como na comunidade Colônia existem manchas de “terra preta”, solos antropogênicos, vestígios de civilizações indígenas que habitavam a região do rio Ouro Preto. Nestas áreas com aptidão agrícola excepcional, encontra-se

tipicamente a palmeira “ouricuri” (*Cocos coronata*) que os comunitários reconhecem como sinal de terra mais fértil (MILLIKAN, 1994). O Anexo B6 apresenta a pedologia da Unidade.

3.2.4 Hidrografia

No perímetro da RESEX, situa-se a maior parte da bacia hidrográfica do Rio Ouro Preto, que faz parte da Bacia do Rio Mamoré. As cabeceiras nascem na Serra dos Pacaás Novos entre a Área Indígena Uru-Eu-Wau-Wau e o Parque Estadual de Guajará-Mirim.

Ao longo de uma planície inundável de floresta de várzea, percorre um curso sinuoso até a sua foz, à margem direita do Rio Pacaás Novos, que é afluente do Rio Mamoré. Por toda a sua extensão recebe diversos afluentes como o Igarapé Amarelo, Igarapé do Bicho, Igarapé Concórdia, Igarapé da Maloca, Igarapé Sempre-Serve e Igarapé Taboca.

A diferença entre o nível mais baixo das águas do rio Ouro Preto, que ocorre no final do verão (setembro-outubro) e o nível mais alto (em plena época chuvosa de março) é superior a três metros.

No período chuvoso, o Rio Ouro Preto inunda as florestas de várzea/igarapé - a água provoca enchentes nas florestas de várzea/igarapé por toda a extensão do rio e apresenta uma tonalidade escura devido à matéria orgânica em suspensão. Durante a estação seca, as águas retornam para o leito do rio assumindo a coloração esverdeada e a navegabilidade torna-se difícil, principalmente para embarcações maiores (MILLIKAN, 1994). O Anexo B3 apresenta o mapa de hidrografia da área da RESEX.

Moradores da RESEX relatam alterações climáticas nos últimos tempos, informando que atualmente parece chover mais e fazer mais calor do que há cerca de cinco anos atrás. Um indício disso, segundo os moradores, é que alguns igarapés que costumavam secar sempre durante o verão local, ultimamente têm mantido um volume mínimo de água. Também, na região das cabeceiras do Rio Ouro Preto, em seus trechos mais estreitos, houve um aumento do período de melhor navegabilidade, em função do mesmo não ter baixado tanto seu volume durante o verão, segundo relato dos moradores do alto rio.

3.2.5 Vegetação

Os principais tipos de vegetação encontrados na RESEX do Rio Ouro Preto (ver mapa no Anexo B8) são:

1. Floresta Ombrófila aberta - Ab/Aa
2. Floresta Ombrófila aberta com palmeiras - As
3. Floresta Ombrófila densa aluvial - Da
4. Formação pioneira arbórea - Pa
5. Formação pioneira graminosa - Ph
6. Formação pioneira arbórea inundada - Pz
7. Formação pioneira arbustiva - Pb
8. Savana arbórea aberta - Ca
9. Savana arbórea densa – Cd
10. Campina de areia branca - L

De acordo com o diagnóstico de vegetação do Estado de Rondônia, elaborado no âmbito do Planaflo - Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia, as tipologias vegetacionais acima são caracterizadas conforme abaixo:

Florestas Ombrófilas: Florestas tropicais úmidas, pluviais, sempre verdes. Dossel bem distinto, com indivíduos emergentes e sub-bosque estratificado. Ocorre sobre latossolos, podzólicos, lateritas de idades variadas desde o quaternário (aluviais), predominando no terciário até o pré-cambriano.

Abertas: Florestas com dossel descontínuo, permitindo ausência de área foliar entre 30 e 40 %. Podem estar associadas a palmeiras, cipós, bambus e sororocas.

Densas: Florestas com dossel contínuo, fechado. Dominância de árvores na abóbada, sem associações co-dominantes.

Aa-Floresta Ombrófila Aberta Aluvial / Floresta de Áreas Inundáveis

Este tipo de floresta cresce em áreas de solos hidromórficos, rasos, mal drenados, em terrenos planos de até 100 m de altitude e nas planícies de inundação de rios com forte sazonalidade como o Guaporé, São Miguel, Corumbiara e Cautário. A topografia é acidentada, com pequenas formações erosivas.

As florestas aluviais, geralmente, possuem porte mediano, até 30 m de altura, latifoliadas e sempre verdes, com caducifolia insignificante (menos de 5 %). O dossel pode ser uni-estratificado, com alguma emergência ocasional e abertura de até 30 %. O sub-bosque geralmente é denso, com dominância do estrato arbustivo-herbáceo, possibilitando pouca visibilidade. A densidade pode ser superior a 600 árvores por hectare. Nos solos distróficos a densidade é maior mas o tamanho médio das árvores diminui.

São comuns espécies como o açai (*Euterpe precatoria*), paxiúba barriguda (*Iriarte ventricosa*) e paxiúba comum (*Socratea exorrhiza*), sororoca (*Phenakospermum guianense*) dentre outras.

As florestas de áreas inundáveis apresentam dossel com emergentes e abertura menor do que nas floresta abertas não inundadas (até 20 %). Na maioria das vezes o sub-bosque é limpo. Os indivíduos arbóreos freqüentemente apresentam raízes tabulares, sendo que algumas espécies podem apresentar caducifolia, como resposta ao excesso de água, como as *Hevea* spp. São comuns espécies tolerantes a inundações como *Virola surinamensis*, *V. crebinervia*, *Iriarte ventricosa*, *Euterpe*, *Mauritia*. Ocorrem ainda o jaraí (*Sarcaulus brasiliensis*), jacareúba (*Calycophyllum brasiliense*), etc.

Ab- Floresta Ombrófila Aberta de Terras Baixas

Floresta crescendo sobre latossolos ou solos lateríticos, medianamente profundos e bem drenados. Dominam a paisagem em grande parte do estado de Rondônia, especialmente na zona de transição para a Amazônia.

O dossel é aberto até 40 %, podendo ser uni-estratificado ou com emergentes. Nesta categoria as florestas podem ainda ser mistas com palmeiras e/ou cipós. O sub-bosque geralmente é denso, com a presença de pequenas palmeiras (*Geonoma* spp., *Astrocaryum mumbaca*, *Bactris* sp.), *Maranthaceae*, sororocas e guarimãs. As espécies de palmeiras mais comuns de dossel são *Attalea maripa*, *A. phalerata*, *A. martiana*, mistas com espécies arbóreas como cedrorana (*Cedrelinga catanaeformis*), mogno (*Switenia macrophylla*), cerejeira (*Torresia acreana*) dentre outras. Em geral a estrutura da comunidade comporta até 180 espécies e uma densidade entre 400 e 500 árvores/ha.

As- Floresta Ombrófila Aberta Submontana

Estas florestas crescem sobre solos antigos, rasos, fortemente intemperizados, com afloramento de rochas e seixo superficial, rolado do cristalino. A topografia é declivosa (até 40°). A paisagem é dominada por vales e ravinas.

Este tipo de floresta possui indivíduos emergentes ao dossel, podendo estar associadas a palmeiras e cipós. Entre as palmeiras, destacam-se o babaçu (*Attalea phalerata*), o coco-cabeçudo (*A. martiana*) e inajá (*A. maripa*). Nos vales profundos, de difícil acesso, nas fontes d'água de rios que nascem nas serras é possível encontrar enclaves de vegetação higrófila com o aparecimento de indivíduos de açaí, sororoca e paxiúba. No dossel ocorrem espécies arbóreas como o cumaru (*Dipteryx odorata*), margonçalo (*Hieronima laxiflora*) e gema-de-ovo (*Poecilanthe effusa*).

Da-Floresta Ombrófila Densa Aluvial

Essas florestas crescem sobre solos de origem hidromórfica, mal drenados e rasos. Podem ficar saturados durante as chuvas de inverno, inundando o terreno. Algumas vezes é possível distinguir os canais de drenagem, produzindo um relevo irregular. Ocorrem com frequência nas bacias dos rios de água branca como o Mamoré e Madeira, bem como naqueles de água mais escura como o Guaporé, Cautário e Ouro Preto.

Nesse tipo de floresta são comuns as espécies que crescem sobre solos não consolidados como a paxiúba e o açaí. A densidade varia bastante, mas geralmente possuem maior número de árvores do que as florestas densas que crescem em terrenos do período terciário, onde as árvores são maiores.

Formações Pioneiras: vegetação florestal ou não que cresce sobre terrenos quaternários inconsolidados, apresentando diferentes graus de inundação. Dossel geralmente uni-estratificado nas formações pioneiras arbóreas. O porte e a contribuição do estrato herbáceo é determinado pela influência fluvial e pela cota altimétrica do terreno. Locais mais baixos e com maior período de inundação favorecem formações pioneiras herbáceas.

Pz- Formação Pioneira sob Influência Fluvial Arbórea

Esta categoria de vegetação inclui uma paisagem arbórea ou arborescente e cresce sobre solos hidromórficos, recentes, ainda não consolidados, localizados na planície de inundação de quase todos os rios do estado. Aqui são comuns também as torres de cipó desenvolvendo-se sobre árvores, geralmente *Virola surinamensis*, *Symphonia globulifera*,

Triplaris sp. Os buritis estão presentes mas com frequência inferior aquela observada nas áreas pioneiras de buritizais. O dossel pode atingir de 25 a 30 m de altura e o estrato inferior é dominado por macrófitas, lianas e ervas de uma coloração verde-claro.

Pa- Formação Pioneira sob Influência Arbustiva e/ou Arbórea

Estão presentes em solos hidromórficos inundáveis, periódica ou permanentemente, em depressões de planícies. O relevo é plano e a altitude é sempre inferior a 100 m. Constitui um ecótono de transição entre as áreas mais altas de aluvião não-inundáveis e as formações pioneiras arbustivas ou herbáceas. Essas feições provavelmente são produzidas pela cota altimétrica e conseqüentemente pelo período de inundação.

Pb- Formação Pioneira sob Influência Fluvial Arbustiva

É uma categoria de vegetação pioneira também associada a áreas de aluvião recente, não consolidada, localizadas em cotas altimétricas baixas (até 50 m), submetida a longos períodos de inundação. O relevo é plano, com depressões que tornam favoráveis os processos de inundação e colmatagem. No inverno essas áreas estão ligadas a calha dos rios e, no verão formam-se pântanos e lagoas onde dominam ervas e capins aquáticos. São comuns espécies susceptíveis a inundação como buriti, caranã etc.

Ph-Formação Pioneira sob Influência Fluvial Herbácea e/ou Graminóide

Constituem formações campestres que crescem sobre solos também aluviais, inundáveis, não consolidados e localizados à baixas cotas altimétricas (até 50 m), próximo a calha dos rios. Este ambiente passa a maior parte do tempo inundado. São conhecidos regionalmente como campos naturais alagados. São comuns a este ambiente espécies de gramíneas aquáticas como as canaranas (*Hymenachne amplexicaule*), *Axonopus purpusii*, arroz-bravo (*Oryza perennis*) e ciperáceas como a taboa (*Cyperus giganteus*) e junco (*Eleocharis* spp.).

As áreas mais deprimidas e profundas formam lagoas dominadas por macrófita aquáticas como *Eichornia crassipes*, *Cabomba aquatica*, *Nymphaea* sp, Limnaceae, *Salvinia*, *Azolla* e alface-d'água.

Savanas / Cerrados

São formações com feições xeromórficas produzidas por estacionalidade ou estresse edafo-climático de origem hídrica ou de saturação de alumínio e ferro. As savanas brasileiras, denominadas cerrados, podem ser definidas como ambientes onde existe um estrato herbáceo ou graminoso contínuo, exceto em algumas feições florestadas como o cerradão.

Cd- Savana Florestada (Cerradão)

Forma de savana transitória para floresta, crescendo sobre solos ácidos e pobres, mas com certo grau de retenção hídrica, o que permite o aumento de biomassa. Corresponde a feição cerradão das classificações de Coutinho (1978) e Eiten (1976). São comuns espécies como *Bowdichia virgilioides*, *Coccoloba latifolia*, *Andira* sp., *Byrsonima crassa* etc.

Ca- Savana Arborizada (Cerrado Arbóreo-Arbustivo)

Áreas densamente povoadas por elementos arbóreos formando ilhas ou aglomerados, somando-se então ao estrato arbustivo. Esta categoria corresponde a forma típica de cerrado na classificação de Coutinho e Eiten op. cit. Predominam espécies características como *Curatella americana*, *Pseudobombax* sp., *Qualea* sp. e *Tabebuia rosea*.

L-Campinarana / Campina de Areia Branca

São formações não-florestais e não-savânicas, com ocorrência de forma pontual, mas freqüentes em toda a região amazônica, especialmente encravadas no domínio das planícies terciárias de terra firme. Esses ambientes são singulares pelo contraste que formam com a floresta adjacente, pois crescem sobre solos de areia branca. A camada arenosa pode atingir até 3 m de profundidade, limitada por um horizonte C impermeável, cimentoso e acinzentado. A maioria das espécies são endêmicas mas é possível encontrar algumas que ocorrem também em cerrados ou outras áreas não florestais, como o umiri (*Humiriabalsamifera*), *Ourateacastanaefolia*, *Himatanthussucuuba*, *Pagamea* sp. , *Pradosiaglicycarpa* etc. Comum encontrar muitas bromélias terrestres e alta densidade de epífitas.

Apesar dessa tipologia não constar no mapa de vegetação (Anexo B8) da RESEX Rio Ouro Preto, ela ocorre nos campos de areia, classificados no mapa como “Formação Pioneira Graminosa” (na cor verde).

No levantamento da Planaflores (1992), dois pontos de amostragem foram localizados na RESEX, ambos na área da comunidade Floresta, com os dados abaixo:

Ponto 1:

Localização: Latitude: 10°51'42,5”S, Longitude: 64°58'5”W

Ambiente: Mata densa de terra firme, Topografia: Plana

Plantas inventariadas em parcela de 10ha:

CAP ≥ 30 cm : 433

CAP ≥ 2,5 cm/CAP ≤ 29,9 cm: 50

Regeneração, arbustos e ervas (CAP ≤ 2,5 cm): 334

A vegetação da unidade amostral é de mata densa de terra firme. No estrato arbóreo, com relação ao número de indivíduos, destacam-se as espécies *Orbygniaphalerata* (açáí), *Cecropiasciadophylla* (embauba branca), *Sclerolobium* sp. (tachi), *Tetragastrispanamensis* (breu vermelho), *Goupiaglabra* (cupiuba) e *Euterpeprecatoria* (açáí). Arecaceae e Moraceae foram as famílias com maior frequência e densidade.

Ponto 2:

Localização: Sapezal. Latitude: 10° 51'43,6”S, Longitude: 64° 59'15,2”W.

Ambiente: Floresta de igapó, inundável. Topografia: Ondulada

Plantas inventariadas em parcela de 10ha:

CAP ≥ 30 cm : 528

CAP ≥ 2,5 cm/CAP ≤ 29,9 cm: 33

Regeneração, arbustos e ervas (CAP ≤ 2,5 cm): 171

A vegetação é caracterizada como mata de igapó, sendo frequentes as espécies: *Caraipa* sp. (cabeça de negro), *Macrolobium angustifolium* (ipê da várzea), *Tachigaliapaniculata* (tachi preto) e *Eschweilera* cf. *coriácea* (matamatá branco). As famílias que mais se destacaram, com relação ao número de indivíduos foram Caesalpinaceae, seguida da Lecytidaceae e Guttiferae.

Em 2007, servidores do ICMBio realizaram um levantamento florestal preliminar na área da RESEX, onde foram encontradas as espécies abaixo relacionadas:

Tabela 3.1. Principais espécies florestais madeireiras da RESEX Rio Ouro Preto/RO.

Nome comum	Nome científico
Breu	<i>Protium spp.</i>
Castanha	<i>Bertholletia excelsa</i>
Copaíba	<i>Copaifera spp.</i>
Cumarú	<i>Comarouma odorata</i>
Matamatá	<i>Eschweilera odorata</i>
Piquia	<i>Caryocar spp.</i>
Sucupira	<i>Bowdicha spp.</i>
Tauari	<i>Couratari pulchra</i>
Taxi	<i>Sclerobium spp.</i>
Angelin	<i>Hymenolobium sp.</i>
Itaúba	<i>Mezilaurus itaúba</i>
Cedro	<i>Cedrela Odorata</i>
Maracatiara	<i>Astronium Lecoitei duck</i>
Taxi	<i>Tachiglalia spp.</i>
Ucuuba	<i>Virola spp.</i>

Fonte: ICMBio, 2008e.

Tabela 3.2 Outras espécies florestais não madeireiras frequentes na RESEX do Rio Ouro Preto/RO.

Nome Comum	Nome científico
Babaçu	<i>Orbignya speciosa</i>
Açaí	<i>Euterpe Oleracea</i>
Tucumã	<i>Astrocaryum culeatum</i>
Buriti	<i>Mauritia Flexuosa</i>
Murumuru	<i>Astrocaryum murumuru</i>
Bacaba	<i>Oenocarpus bacaba</i>
Paxiuba	<i>Iriarteia sp.</i>

Fonte: Elaborado a partir de dados de MILLIKAN, 1994 e CNPT, 1999a.

Além destas de maior frequência, também ocorrem na paisagem algumas espécies com potencial de uso: Maparajuba (*Manilkara Amazônica*), Cedromara (*Cedrelinga catenaeformis*), Arapari (*Caesalpineia ceal*) e Barriguda (*Chorisia glaziovii*), Maçaranduba (madeira de lei), Ipê-Roxo e Amarelo (Pau-d`arco); Garapeira, Cinzeiro e Acoaricara.

A floresta é essencial para a sobrevivência econômica e manutenção da identidade cultural da população da RESEX. O desenvolvimento do Manejo Florestal Comunitário na Resex do Rio Ouro Preto é uma alternativa de renda promissora aos seus beneficiários, mas exige organização para que as comunidades residentes possam manejá-la de forma autônoma e sustentável.

As florestas localizadas entre a várzea e a terra firme contêm grande percentual de seringueiras (*Hevea brasiliensis*) misturadas com espécies de madeira clara e mole. Nas florestas de terra-firme predominam as árvores produtoras de castanha (*Bertholletia excelsa*) e culturas agrícolas de subsistência.

Na terra firme de flanco, situada entre a várzea e o planalto, geralmente plana, arenosa, pobre em húmus, em alto processo de lixiviação, baixa fertilidade, há um escasso volume de madeira "dura" (as espécies que geralmente tem valor econômico), além de possuir trechos de savana.

A terra de planalto apresenta considerável conteúdo de argila que a torna pouco lixiviada. Aí as árvores altas que compõem o extrato superior necessitam mais de fósforo e de nitrogênio do que de carbono. Por isso, a ciclagem de matéria orgânica é fundamental para a manutenção do ecossistema florestal e este para a produtividade especialmente extrativista (MILIKAN,1994; CNPT, 1999).

Quanto às possíveis interrelações entre a situação atual da vegetação e a presença humana na unidade, segundo relatório PROAE-SIPAM, em 2007, a RESEX do Rio Ouro Preto possui uma área não antropizada de 192.653,46 hectares, o que corresponde a 93,04%, e uma área antropizada de 13.885,11, o que corresponde a 6,71% (SIPAM, 2007; ICMBio, 2008f).

Cabe por fim destacar que a RESEX do Rio Ouro Preto apresenta melhor estado de conservação do que as áreas da região que não estão sujeitas a algum regime de área protegida. A única exceção é a área da proposta de exclusão, o ramal Cachoeirinha, situado no oeste da face norte da RESEX.

3.2.6 Fauna

A fauna da Resex é típica do bioma Amazônia, incluindo grande diversidade de animais silvestres. Nas baixadas ocorrem açaí e bacaba, cujos frutos atraem araras, inhambus, jacamins, jacus, mutuns, papagaios, periquitos e tucanos. Recomenda-se a execução de levantamentos faunísticos na RESEX, em vários pontos, para especificar a fauna existente e especialmente para verificar o impacto da caça sobre a fauna, avaliando sua sustentabilidade.

A caça e a pesca desempenham um papel significativo em termos de alimentação familiar. As técnicas utilizadas para caçar incluem a espingarda, chumbeira, armadilha e “espera”.

Entre as espécies animais de maior frequência de caça na RESEX, elencam-se as seguintes:

Tabela 3.3. Principais espécies caçadas na RESEX do Rio Ouro Preto/RO

Espécies caçadas	
Nome popular	Nome científico
Caititu (porco)	<i>Tayassu tajacu</i>
Cotia	<i>Dasyprocta ssp</i>
Macaco prego	<i>Cebus apella</i>
Mutum	<i>Mitu mitu</i>
Paca	<i>Agouti paca</i>
Veado capoeira	<i>Mazana americana</i>
Veado roxo	<i>Mazana guazoubira</i>
Anta	<i>Tapirus terrestris</i>
Capivara	<i>Hydrochaeris hydrochaeris</i>
Queixada (porcão)	<i>Tayassu pecari</i>
Macaco preto	<i>Ateles pauciscus</i>
Macaco guariba (capelão)	<i>Alouatta seniculus</i>
Macaco de cheiro (mão de ouro)	<i>Saimiri ustus</i>

Fonte: ICMBio, 2008e.

Já as espécies de peixes mais pescadas, estão descritas na tabela abaixo.

Tabela 3.4. Principais espécies pescadas na RESEX do Rio Ouro Preto/RO

Nome comum	Nome científico
Tucunaré	<i>Cichla sp.</i>
Traira	<i>Hoplias sp.</i>
Surubim	<i>Pseudoplatystoma sp</i>
Piranha branca	<i>Serrasalmus ssp.</i>
Piau	<i>Leporinus ssp.</i>
	<i>Schizodon ssp.</i>
Pacu	<i>Myleus ssp.</i>
	<i>Mylossoma ssp.</i>
Mandi	<i>Pimelodus ssp.</i>
Jatuarana	<i>Brycon ssp.</i>

Fonte: ICMBio, 2008a. Relatório Preliminar de Caracterização da RESEX,

elaborado pelas Analistas Ambientais Tatiana Lima e Luciana Nars.

Os animais e peixes elencados como sendo os mais consumidos na RESEX não necessariamente coincidem com as espécies de maior abundância no ambiente. É necessário também considerar que o comportamento alimentar dos moradores é regido por variáveis socioculturais, entre elas, as preferências, os tabus, as maiores ou menores facilidades de acesso e dependência em relação à caça e pesca, o domínio de técnicas tradicionais apropriadas, entre outras variáveis.

Dados levantados durante trabalho de campo realizado em maio de 2009 indicaram também que, de acordo com a percepção dos moradores de cada comunidade da RESEX, há algumas diferenças expressivas entre as comunidades no que se refere à disponibilidade do estoque de recursos pesqueiros e faunísticos encontrados. Essas diferenças foram atribuídas tanto a características ambientais específicas de cada área dentro da reserva, como presença de lagos, predomínio de terras de várzea, presença ou ausência de rios; quanto às formas de uso e ocupação, tamanho da população em cada comunidade, maior ou menor vulnerabilidade a invasões. Estes aspectos estão detalhados no subitem "Utilização da Fauna".

3.3 Aspectos socioeconômicos, culturais e institucionais da unidade

A Resex é composta por 12 comunidades, além da área proposta para exclusão. Oito comunidades localizam-se ao longo do Rio Ouro Preto e quatro ao longo dos “ramais”, que são estradas vicinais de terra Anexo B13.

3.3.1 As vias de acesso à RESEX

O centro municipal mais próximo da RESEX do Rio Ouro Preto é Guajará-Mirim. Embora a Unidade contemple uma pequena parcela de sua área nas imediações do município de Nova Mamoré, não foram observadas relações significativas dos poderes públicos deste município e a população da Reserva (ICMBio, 2008d).

Também não foram registradas relações significativas de parentesco, amizade ou comerciais, entre moradores da RESEX e o município de Nova Mamoré, que indiquem ida

freqüente dos moradores à Nova Mamoré, tudo convergindo para o município de Guajará-Mirim (ICMBio, 2008d).

Partindo do município de Guajará-Mirim, o acesso às comunidades da "linha seca" ocorre por "ramais", ou seja, estradas rurais não pavimentadas, a saber: comunidade ramal dos Macacos (acessível pelo ramal Cachoeirinha, noroeste da reserva), comunidade ramal dos Seringueiros (ou Nova Esperança) e comunidade ramal do Pompeu, oeste da Reserva.

Outras comunidades, aquelas dispostas ao longo do Rio Ouro Preto, necessitam de transporte fluvial, ao menos em um trecho, para acessá-las. Normalmente, o acesso fluvial a essas comunidades ocorre da seguinte forma: partindo de Guajará-Mirim pelos rios Mamoré e Pacaás Novos e então acessando o rio Ouro Preto desde a sua foz, ou, o caminho que é mais regularmente utilizado pelos moradores, seguindo por uma via de acesso terrestre, de aproximadamente 40 Km na parte oeste da Reserva, até o "barracão do Pompeu", situado nas margens do Rio Ouro Preto, em seu baixo curso. Nele ficam ancoradas embarcações e motores, sendo que no local há uma pessoa que presta serviços como autônomo, de vigia dessas embarcações e motores, carros de moradores ou outras pessoas em trânsito no Rio Ouro Preto (amigos ou parentes dos moradores ou eventualmente de funcionários de serviços públicos, entre outros).

O "barracão do Pompeu", localizado às margens do baixo Rio Ouro Preto, é uma edificação rústica de madeira, de propriedade do ICMBio e uso coletivo dos moradores da região, e, por ser de fácil acesso, tanto fluvial, quanto por "terra", sedia a maior parte das reuniões com agentes externos à RESEX e grande parte das reuniões comunitárias.



Figura 3.2. Barracão do Pompeu.

Raramente os moradores das comunidades situadas às margens do Rio Ouro Preto viajam até Guajará-Mirim por barco. Preferem atracar o barco no "Barracão do Pompeu" e seguir por terra, pagando frete e percorrendo os 40 Km por ramal, pois, se forem até a cidade de barco, podem ter problemas com a fiscalização (falta de carteira de habilitação para dirigir embarcação ou falta de documentação da embarcação e motor), e perigo de roubo de embarcação deixada no porto de Guajará-Mirim. Também, a viagem via fluvial é mais longa e demorada, e quem transporta alguma carga tem que pagar "frete" a um carroto ao chegar em Guajará-Mirim, de modo que optam por pegar o frete já no ramal do Pompeu e reduzir o tempo de viagem. A comunidade Nova Colônia é a única comunidade ribeirinha onde predomina o transporte fluvial até a cidade, uma vez que, que está mais à jusante do rio, abaixo do Ramal do Pompeu, de modo que o deslocamento por barco é o mais utilizado pelos moradores dessa comunidade. Alguns também mencionaram que há uma saída por terra na localidade "Bananal", que se liga ao Ramal dos Macacos e que é utilizada por alguns que moram à jusante do rio.

Quanto ao gasto de deslocamento à cidade, os comunitários estimaram, em 2009, que o trajeto de ida e volta de Nova Colônia para Guajará fica em 16 reais se o motor for a diesel, e 30 reais se o motor for gasolina, sendo o percurso realizado em cerca de três a cinco horas, dependendo da embarcação utilizada e do nível do rio.

Via terrestre, na comunidade Ramal dos Macacos, acessível apenas por ramal, há transporte coletivo público, embora escasso e precário e somente até uma parte do caminho, já que o ônibus passa no "ramal Cachoeirinha", uma estrada que fica a aproximadamente dois quilômetros a pé em relação ao local das residências no ramal dos Macacos. O ônibus faz o trajeto até Guajará-Mirim, duas vezes por semana, sendo dez reais o valor da passagem e mais o acréscimo de 2,50 Reais pagos por volume.

Cumprir informar que existe um planejamento antigo de construir a rodovia BR-421, ligando Guajará-Mirim a Ariquemes, cortando a Resex de oeste a leste. Entretanto, a estrada não teve sua construção iniciada dentro dos limites da Resex e atualmente discute-se uma proposta, no âmbito do Estado de Rondônia, de alterar o traçado da estrada para desviá-la das unidades de conservação da região. Sabe-se que as estradas são vetores de desmatamento e degradação ambiental, o que é especialmente comprovado em Rondônia. Na região da fronteira ainda há o agravante das estradas servirem ao tráfico de drogas, o

que é constatado numa estrada que já existe ao norte da Resex, passando pelo Parque Estadual de Guajará-Mirim. Assim, a Resex Rio Ouro Preto/ICMBio deve envidar esforços para que a BR-421, ou outra estrada de impacto semelhante, não venha a ser aberta na área da Resex.

3.3.2. Sazonalidade

A alternância de moradia dentro da própria RESEX é atualmente menos significativa do que já foi, restrita a alguns moradores que ainda possuem uma moradia no "centro" (área mais distante do curso d'água) e outra na "beira" (na margem do rio principal), ou ainda entre alguns que residem muito distantes dos locais onde colocaram suas roças. Na comunidade Três Josés, no alto curso do rio, por exemplo, as áreas de terra firme encontram-se bem distantes da várzea do Rio Ouro Negro, próximas das áreas onde colocam roça, sendo que, durante o verão, período do fabrico da borracha, os moradores estabelecem-se na várzea, em moradias ou "ranchos" geralmente menores e mais improvisados do que o local que entendem ser de fato sua "moradia", na terra firme. Isso ocorre pelo fato de que as árvores de seringa da região estão localizadas na várzea.

Entretanto, ainda permanece o fenômeno de dupla-moradia, tanto em relação a mais de uma localidade dentro da RESEX, como em relação à mudança sazonal da família inteira ou parte dela para o município de Guajará-Mirim, costume que vem desde a época da exploração intensiva do látex sob as regras dos seringalistas ou "patrões", segundo relatos (levantamento de campo, maio de 2009).

De acordo com relatos dos moradores, na época dos patrões de seringa, nos meses de "inverno" local (época de chuvas intensas), os seringueiros que haviam trabalhado "a contento" (ou seja, segundo os parâmetros dos patrões, tendo produzido a quantidade de látex previamente combinada com os mesmos), costumavam "baixar" para a cidade, geralmente em embarcação do próprio patrão, onde permaneciam em pensões ou casa de parentes por dois a três meses, época em que as estradas de seringa estavam submersas pelas águas. Apenas quem não conseguia saldar suas dívidas anuais no barracão de seringa, permanecia nos arredores do próprio barracão do seringalista, até que a água baixasse e pudesse retornar para suas colocações. Ou seja, na época do auge da seringa, permanecer parte do ano na cidade era sinônimo de bem-aventurança, já que só quem estava "em dia" com o seringalista podia fazê-lo (SILVA, 2000; TEIXEIRA, 1980; ALMEIDA, 2003).

Também foi descrito que os próprios seringalistas costumavam pagar "adiantado". Segundo relatos dos moradores, os meses na cidade eram o momento em que mais se gastava, uma vez que se acreditava que no ano seguinte o preço e a demanda pelo látex brasileiro iriam continuar em ascensão, como ocorreu consecutivamente por alguns anos. Para mais informações sobre exploração do látex, consultar o item "Extrativismo" (2.6.2).

Atualmente, o fenômeno da dupla moradia ocorre principalmente por causa da precariedade de alguns serviços infra-estruturais, como saúde e educação. Há poucas escolas disponíveis na RESEX, e elas só ministram aulas até a quarta série do primeiro grau, acentuando esse movimento constante de habitação intermitente e sazonal dos moradores, que ficam divididos entre suas moradias na RESEX e na periferia de Guajará-Mirim.

Além dos motivos já apontados, o levantamento de campo indicou que há razões culturais que vão além dessas questões de ordem prática que estariam relacionadas a esta "flutuação" dos moradores, bem como ao êxodo definitivo de uma parcela significativa dos mesmos. Uma dessas razões seria a atração exercida principalmente sobre os mais jovens, relacionada ao "estilo de vida urbano". Nos depoimentos dos moradores em maio de 2009, foram citados, nesse sentido, a possibilidade de arranjar cônjuges, de "ascensão social", trabalhar em algum serviço "mais leve" do que a prática da agricultura, frequentar bares e "bregas", ficar perto da "zoada" (termo local para designar barulho, som, "agito").

De maneira geral, segundo relatos dos moradores, os jovens que saem da RESEX para estudar e conseguem uma oportunidade de emprego em Guajará-Mirim ou nos arredores, dificilmente retornam à RESEX. Entre os que não voltam também estão os idosos que migram para a cidade e que necessitam de modo contínuo de acompanhamento médico-hospitalar.

Muitos vivem de forma precária durante sua estadia na cidade, sem emprego, contando apenas com a verba que costumam obter em suas atividades agroextrativistas praticadas por parte da família que na RESEX permaneceu ou ainda, por toda a família, durante parte do ano em que todos retornam para a área. Dentre os que vivem de forma "flutuante", muitos dizem que retornam para a RESEX por impossibilidade de se manter continuamente na cidade. Também são frequentes relatos dizendo que, *se na RESEX não se ganha dinheiro, também não se gasta*, referindo-se à possibilidade de alimentar a família a partir de recursos locais (caça, pesca e roça), ao contrário da cidade. A atual falta de perspectiva de melhoria de vida e de alternativas de renda na RESEX frente à baixa

lucratividade da extração do látex e das dificuldades de ganho econômico com outras atividades, sobretudo a agricultura, foram também apontadas como as principais razões da busca, mesmo que sazonal, de outras oportunidades na cidade.

3.3.3 Trabalhos coletivos e reciprocidade

A vida na RESEX caracteriza-se por certo grau de isolamento. Por outro lado, também caracteriza-se pela presença da reciprocidade, com o estabelecimento de relações de troca e intenso convívio entre os moradores locais, que se manifesta pela "camaradagem", "compadrio", e pela ajuda mútua, principalmente entre membros de famílias extensas e vizinhos. Em muitas localidades da reserva ainda hoje ocorre a prática de trabalhos coletivos, tanto para atender demandas referentes a espaços de uso comum (limpeza de "furos", caminhos, etc), quanto para demandas individuais ou familiares (construções e trabalhos de roça, etc).

Embora esse traço cooperativo esteja presente na cultura da região (ALMEIDA, 1999,2003; SANTOS,2002; SILVA,2000; PERDIGÃO,1992) observa-se que ele é mais proeminente em algumas localidades do que em outras, segundo relatos dos próprios moradores. Tudo indica que há uma tendência de que, quanto maior o isolamento e distância em relação ao centro municipal, mais próximos e mais intensos são esses laços de reciprocidade. São compartilhadas não apenas a "força de trabalho" em muitas situações ao longo do ano (para trabalhos agrícolas, para fazer farinha, entre outros), mas também para dividir os custos de combustível e o transporte até a cidade, compartilhar TV, ferramentas, entre outras coisas, segundo relatos e observação direta (maio de 2009).

A rusticidade dos meios de vida locais e as dificuldades impostas pelo típico ambiente de densa floresta equatorial, de difícil acesso, tornam as relações de reciprocidade e auxílio mútuo muitas vezes determinantes para viabilizar a permanência de muitas famílias no local. Muitos são os relatos de situações de emergência envolvendo doença, ferimentos ou ainda a necessidade de comprar mantimentos na cidade, cuja viagem não seria possível sem cooperação, com a formação de um pequeno grupo para viabilizar essas atividades.

Entre as atividades mencionadas que são realizadas de modo cooperativo envolvendo coletivos, de tamanho que varia entre dois indivíduos a um grupo de mais de uma dezena de moradores, são muito citadas aquelas relacionadas à troca de dias de

serviço, produção "por meheiro" entre outros "acertos" (acordos) entre dois ou mais indivíduos ou grupos. Por outro lado, a prática de "mutirões", ou seja, de trabalhos coletivos envolvendo a comunidade inteira ou muitos indivíduos de mais de uma localidade, é de menor frequência atualmente.

O "acerto" coletivo mais freqüente citado foi a "troca de dias de serviço" geralmente envolvendo permuta de dias de auxílio laboral entre dois ou mais agricultores para "brocar" (abrir) uma nova área de roça, através da derrubada da vegetação, para fazer aceiros e queimada na área derrubada, colheita de produtos agrícolas (por exemplo o café, produzidos por algumas famílias na reserva) e outras tarefas que necessitam de curto intervalo temporal e exigem mão de obra para serem realizadas a contento.

A prática do mutirão geralmente ocorre em prol de ações de interesse da coletividade, como por exemplo, limpar as vias de acesso das embarcações de pequeno porte, ou "furos", como são localmente designados os "atalhos fluviais" abertos na floresta alagada; bem como reformar escadas de acesso à comunidade, barracão comunitário utilizado para reuniões e/ou festejos, escola, entre outras coisas.

Por exemplo, na comunidade Nossa Senhora dos Seringueiros, houve a instalação de um projeto de geração de energia realizado pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR, através do processamento do óleo de babaçu cujas edificações foram construídas através de mutirão comunitário. Outra tarefa que costuma ser realizada de modo coletivo é a construção e/ou reforma de moradias, principalmente quando é feita com teto de palha, que exige mão de obra de horas de trabalho de preparo da palha, cortando e "aprumando-a" para que então esteja adequada para uso.

Além dos mutirões e troca de dias de serviço, a produção "de meia" ou o trabalho de "meeiros" também é muito citado como prática de organização do trabalho entre os moradores da RESEX. Trata-se de um esquema de produção baseado na divisão dos lucros e da força de trabalho entre mais de um indivíduo ou família, envolvendo o plantio ou beneficiamento de produtos agrícolas em terra alheia, principalmente o plantio e feitura de farinha de mandioca.

Em outras palavras, plantar "de meia", ou ser "meeiro" de alguém significa assumir um compromisso com ele de "empreita", de trabalho. Geralmente o "meeiro", ou uma das "partes" (um dos indivíduos) detém a força de trabalho e a outra detém a terra ou a produção, a colheita, etc. Embora o esquema mais usado localmente seja este, foram relatados vários outros formatos locais possíveis de "meeiro". Por exemplo, uma das partes

ou sócio plantou a roça, o outro colhe e faz a farinha e a produção é dividida entre ambos; ou um só plantou e fez a manutenção da roça, e o outro faz a farinha e a divide; ou ainda um mesmo indivíduo planta mandioca e faz a farinha em uma roça que não é a sua e divide sua produção como "pagamento" ao dono do sítio.

Cabe mencionar que algumas comunidades queixam-se da ausência de mutirões e do envolvimento político dos moradores nas lutas empreendidas pelas associações que os representam (ASAEX e ASROP). Observa-se que há forte relação entre o grau de mobilização e organização dos moradores e a capacidade de resolução de demandas coletivas através de mutirões.

3.3.4 Festejos e Encontros

Vários fatores influenciam o maior ou menor envolvimento dos moradores em práticas de trabalho coletivo, que não se resumem apenas a tarefas associadas à geração de renda ou subsistência, mas também a atividades festivas, religiosas, recreacionais e políticas.

Os seguintes festejos anuais ocorrem nas comunidades: Festa do Divino Espírito Santo, em maio, na comunidade de mesmo nome; Festa de Santa Luzia, na comunidade Ramal dos Seringueiros em 13/12, encontro de Natal na comunidade Nossa Senhora dos Seringueiros em 25/12. Também são realizados os festejos a seguir, mas nem sempre todo ano: São Francisco (outubro), São João (junho); São Pedro (junho) e Nossa Senhora do Seringueiro (dezembro).

Além desses encontros de natureza festiva, também foram mencionados encontros motivados pelo campeonato de futebol e reuniões de "base" das associações representativas dos moradores.

Os campeonatos de futebol costumam ocorrer em várias comunidades e mobilizam um grande contingente de moradores. Nos dias de jogo de campeonato, a comunidade que sediará a partida recebe os times (cada comunidade tem um time) e suas "torcidas" (os moradores da respectiva comunidade), bem como os demais visitantes das comunidades e eventualmente amigos e parentes que moram em Guajará-Mirim. Além do jogo, geralmente há refeições coletivas e pernoite; às vezes um "brega" à noite (nome local para designar baile) com música proveniente de aparelho de som ligado no gerador a diesel.

Quanto ao gênero musical, apreciam sobretudo o "brega", que é uma espécie de "mix" de outros ritmos populares, usualmente dançado em dupla.

Quanto aos encontros religiosos, há momentos de culto ou congregação, no dizer dos próprios moradores, organizados por algumas famílias de religião evangélica que moram em distintas comunidades (entre elas, Nova Colônia e Divino Espírito Santo) e eventualmente reúnem-se entre si e/ou recebem a visita de outros membros de sua(s) religião(ões) vindos de Guajará-Mirim. Os moradores que identificaram sua religião são católicos ou evangélicos.

Também foram relatadas algumas festas familiares de grandes proporções, que chegam a reunir mais de 100 pessoas, a exemplo da festa de natal na casa da família fundadora da comunidade Nossa Senhora dos Seringueiros, envolvendo não apenas a família extensa, mas também amigos e parentes dos cônjuges dos familiares. Essas festas familiares costumam se estender por dias e ocorrem geralmente em datas próximas às férias letivas (janeiro).

Interessante observar que há uma estreita relação de parentesco entre os moradores da Resex, principalmente pela ocorrência de casamentos. Numa mesma comunidade ou entre localidades vizinhas, muitos são parentes de primeiro grau, e, em relação à totalidade de comunidades que fazem parte da Unidade, também é alta a incidência de parentesco entre seus membros.

Pode-se dizer que outro traço cultural característico da vida na RESEX do Rio Ouro Preto é a grande permeabilidade e interrelação entre a organização política, as relações familiares e de reciprocidade.

3.3.5 Organização política e representações

A partir de relatos e observação direta (maio 2009) da dimensão política da vida na RESEX, tudo indica que a mesma não se encerra somente nas arenas eminentemente dessa natureza, como as reuniões e atividades das duas associações existentes, mas se desdobra em várias situações do dia a dia local. Estão pulverizadas nas ações dos moradores, na maneira como são encaminhadas as "questões" locais, conflitos, que, às vezes, são conflitos domésticos e familiares, que ganham uma dimensão pública e envolvem o posicionamento de muitos, influenciando expressivamente a maneira pela qual se estabelecem as redes de aliança, as linguagens de negociação e a distinção entre as

dimensões entre "público" e "privado" no cotidiano desses moradores. O entrecruzamento e a tênue fronteira entre as relações de reciprocidade, parentesco e organização política local, ecoa também na organização espacial e formal das comunidades.

A agregação de colocações ou localidades¹ em "comunidades" na RESEX foi catalisada por agentes e necessidades externas, ou seja, ocorreu inicialmente em função da necessidade de organizar as demandas por escola e posto de saúde ao longo do Rio Ouro Preto, e de descentralizar lideranças que fossem representativas de todas as regiões da RESEX. Este processo de ordenação do espaço em "núcleos de base" vem se desenrolando desde a criação da Unidade.

A formação de lideranças e de uma ação política² por parte dos moradores, segundo relatos, foi muito desenvolvida nos últimos anos, desde a criação da RESEX, como ressalta o depoimento de um morador:

"(...) as coisas melhoraram muito. Tem morador que há dez anos atrás, se visse uma voadeira chegar aqui, corria pro mato, hoje não, qualquer um deles já fala, já se apresenta em qualquer lugar de Guajará, já conhecem muita coisa (...)"³

Desde que a RESEX foi criada até atualmente houve um reordenamento dessas comunidades, ou seja, algumas delas passaram a incluir mais colocações, ou localidades, outras menos. Por exemplo, as localidades que hoje compõem a comunidade de Pompeu eram, antes, partes da comunidade de Nossa Senhora dos Seringueiros.

Também foram criadas outras comunidades, como Três Josés, a partir do desmembramento da colocação de mesmo nome da comunidade vizinha. Isso ocorreu, segundo relato dos moradores, motivados pela idéia de que a criação de uma nova comunidade daria acesso a mais uma "vaga" de escola ou professor ou outros serviços sociais demandados pelas localidades da RESEX à Prefeitura de Guajará-Mirim.

Outras comunidades foram também constituídas com o incentivo do órgão gestor, visando administrar problemas colocados pelos próprios moradores. Enquadram-se nessa

¹ "Colocação" é o termo utilizado localmente e referendado pela literatura sobre populações Amazônicas para se referir genericamente às localidades com estrada de seringa, ou seja, sítios ribeirinhos que podem incluir moradia, roça e estradas de seringa (ver por ex: SILVA, 2000; TEIXEIRA,1980).

² Referimo-nos aqui à ação política "formal", ou seja, formalização de lideranças, associações de moradores, organização de demandas, interlocução com órgãos públicos, etc. No entanto, vale lembrar que a "ação política", se entendida como organização coletiva das demandas de um grupo, não foi "inaugurada" com a criação da RESEX, apenas formalizada e intensificada mediante estímulo das arenas políticas formais abertas para e por esses sujeitos sociais - os moradores - participarem das definições a cerca de suas próprias vidas e do espaço que habitam.

³ J. Avilhaneda, morador da comunidade Sepetiba, em depoimento à consultora em 18/05/2009.

categoria as comunidades estabelecidas na "linha seca" da RESEX: Ramal dos Macacos, Ramal dos Seringueiros (ou Nova Esperança) e Ramal do Pompeu. O IBAMA, em 2003, apoiou a fixação de moradores provenientes de outras regiões da RESEX para esta área, abrindo vias de acesso (estradas não pavimentadas, "ramais") em 2002. Os moradores nelas estabelecidos são, a maioria, provenientes de áreas mais afastadas da RESEX, a montante no Rio Ouro Preto, e vieram motivados pela maior acessibilidade desses ramais à cidade.

Segundo os moradores, as primeiras comunidades foram nomeadas como tais a partir dos antigos barracões de seringa, a exemplo da comunidade Ouro Negro, antigo barracão Ouro Negro. Muitas delas não possuem um aglomerado de residências e construções de uso coletivo, ou algo que pareça uma vila (como o termo *comunidade* pode sugerir), mas são, usualmente, um conjunto de sítios ou localidades relativamente distantes entre si, usualmente acessíveis umas das outras somente por via fluvial e em alguns casos por *varadouros* (trilhas abertas em terra firme) e cuja área de uso comum se restringe à escola ou posto de saúde, campo de futebol e casa de reuniões e festejos (algumas delas possuem uma TV comunitária).

É interessante observar que muitos nomes de sítios/localidades fornecem indicações tanto de características marcantes da região, quanto da subjetividade do morador em relação à sua história de vida entrelaçada à "domesticação" do espaço vivido, ou, a transformação do "espaço" em "lugar" (AUGÉ,1994). Para ilustrar, por exemplo, no primeiro caso registramos os nomes das seguintes colocações: "Sapezal", "Areia Branca", "Belas Palmeiras"; e no segundo caso, colocações: "Escondido", "Vida Nova"; "Paraíso"; "Purgatório"; "Minha História".

Quanto a associações, em 1991, um ano depois de criada a RESEX, os moradores estavam organizados na Associação de Seringueiros de Guajará-Mirim (ASGM), que abrangia, além do Rio Ouro Preto, a RESEX Estadual do Rio Pacaás Novos e Rio Novo. A entidade era representativa de todos os seringueiros da área, até que em 1996, foi criada a entidade associativa específica do Rio Ouro Preto, a Associação dos seringueiros do Rio Ouro Preto – ASROP, por sugestão do CNPT/Ibama, para viabilizar o repasse de verba para a RESEX federal, já que, por ser de fonte e valor diferenciado, as RESEX estaduais e federais não poderiam continuar a ser consideradas em conjunto.

Anos mais tarde, alguns membros dessa associação resolveram desmembrá-la em duas, criando a ASAEEX – Associação dos Seringueiros Agroextrativistas do Baixo Rio

Ouro Preto. Inicialmente não havia uma divisão espacial da área de abrangência de cada uma dessas duas associações no rio, ou seja, o critério de associativismo dos moradores a cada uma delas era por afinidade política ao grupo, de modo que havia associados de ambas as associações por todos os lados do rio. Em 2002, houve a setorialização da área de abrangência de cada Associação no rio. Assim, A ASROP ficou como a entidade representativa da região do alto rio, e a ASSEX ficou como a entidade representativa do baixo rio. Essa necessidade de territorializar a área de abrangência de cada associação no rio ocorreu em função da prestação de contas em relação ao uso de recursos de projetos das duas associações.

Essa informação é importante no sentido de ilustrar como essa setorialização do rio em dois grupos de acordo com critérios espaciais foi construída para atender a necessidades institucionais, e, portanto, não reflete necessariamente uma divergência política no rio, em termos de dois grupos com interesses e afinidades distintas entre si.

De acordo com estudos feitos no âmbito do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil/Projeto RESEX - Fase Intermediária, em agosto de 1998, naquele momento era apontado como problema no funcionamento dessas associações o reduzido envolvimento comunitário no interior da reserva, que era ainda mais acentuado diante do problema do distanciamento das lideranças com relação às bases (CNPT, 1998b). Assim, a participação comunitária era muito restrita a algumas lideranças e alguns moradores.

Outra dificuldade das associações era a fragilidade dos processos de planejamento. Havia grande dificuldade em promover reuniões de base e envolver entidades parceiras (CNS, ONGs, etc), dificuldade essa que ainda hoje persiste em algumas comunidades mais distantes, segundo relatos. E, por último, quanto à estrutura organizacional das associações, faltava clareza sobre as atribuições de seus membros e estruturas como conselhos deliberativos e fiscais.

Atualmente, de acordo com o relato dos moradores, o cenário mudou. Há uma maior definição e clareza por parte dos membros da associação sobre seus papéis na estrutura organizacional, bem como quanto ao fluxo de informações entre as lideranças e as bases. Há um grau de envolvimento e informação muito maior dos moradores sobre as associações e seu papel nelas. Ainda assim, é notável a necessidade de novas lideranças comprometidas com o local. E isso se reflete nas dificuldades encontradas por essas organizações a cada gestão ou formação de diretoria.

Durante alguns anos, as lideranças comunitárias organizadas através da ASROP estiveram à frente da representação local nas arenas políticas externas à RESEX. Ultimamente, as duas associações participam das arenas políticas externas e internas, representando, cada qual, os interesses da sua área respectiva de abrangência na unidade. Ambas fazem parte do conselho deliberativo da RESEX e do GT para elaboração do Plano de Manejo. Há que se ressaltar, entretanto, que nem todos os associados de ambas associações são reconhecidos como beneficiários da RESEX.

Atualmente, há um diálogo contínuo entre as duas associações que, por vezes, coordenam seus serviços administrativos em suas sedes em Guajará – Mirim, e alguns de seus membros cogitam, inclusive, a possibilidade de reordená-las novamente em uma única associação para facilitar as demandas de "papelada" (documentação formal), de acordo com depoimento dos próprios.

Ao nível das comunidades, cada uma possui uma liderança eleita entre os moradores e que "responde" pelos interesses da sua coletividade em caso de reuniões externas.

Algumas lideranças locais também estão vinculadas a outras organizações, como a OSR – Organização dos Seringueiros de Rondônia, o CNS – Conselho Nacional das Populações Extrativistas, e uma cooperativa de produtores agroextrativistas.

Como exemplos da atuação das associações, atualmente, para obter auxílio do INSS, auxílio maternidade, financiamento do PRONAF, aposentadoria rural de extrativista, entre outros auxílios de programas oficiais é necessário que o ICMBio e a Associação, ambos, atestem a condição de beneficiários do morador que pleiteia esses benefícios. Também, ambas associações assinaram o Contrato de Concessão do Direito Real de Uso (CCDRU) da área da Resex com o ICMBio, publicado no DOU de 24/12/2010.

Cabe por fim mencionar que os ocupantes da área da proposta de exclusão, não tradicionais e não extrativistas, estão organizados e representados através de duas associações: a Associação dos Criadores do Vale do Mamoré (ACRIVALE) e a Associação dos Agricultores do Ramal Cachoeirinha (criadores de gado em sua maioria).

3.3.6 **Saúde**

O precário acesso à assistência médica e odontológica é uma das queixas gerais dos moradores de todas as regiões da Unidade. De acordo com dados do questionário socioeconômico aplicado pelo ICMBio em 2007, as doenças que acometeram mais pessoas na área são: Verminoses/diarréia (32%), problemas renais (22%), Gastrite (19%), alcoolismo (12%), Malária (11%), doenças respiratórias (8%), doenças mentais (6%) e doenças da pele (6%). Em relação à malária, ressalta-se que 23% da população da Resex teve malária naquele ano (ICMBio, 2008d), indicando a vulnerabilidade da região quanto à gravidade da doença e a necessidade de um controle acirrado dos órgãos responsáveis na área (VALIANTE, 2008). Ainda, 56% dos moradores informaram ter acesso às campanhas de vacinação na RESEX.

Embora haja alguns postos de saúde construídos na Resex, alguns deles em condições precárias de conservação (responsabilidade da Prefeitura), havia apenas três agentes comunitários de saúde atuando em 2009. Os agentes percorrem todas as comunidades do rio, colhendo amostras e fazendo exames de lâminas para verificar a ocorrência de malária, bem como distribuindo e ministrando algumas medicações nos moradores doentes. Em períodos de muita ocorrência de malária, os doentes têm que aguardar às vezes alguns dias até que haja um agente de saúde para realizar o exame e encaminhar a medicação. A medicação principal disponível para agentes de saúde é composta por analgésicos, anti-térmicos, antimaláricos, antibióticos e anti-sépticos (VALIANTE, 2008; MILLIKAN, 1994; CNPT, 1999a).

Frente à falta de serviços médicos na RESEX, a maioria dos moradores recorre a hospitais e postos de saúde em Guajará-Mirim quando ficam doentes. Alguns recorrem a outros postos de saúde da região, a exemplo do posto de saúde da Terra Indígena Pacaás Novos, relativamente próximo à comunidade Nova Colônia. (ICMBio, 2008d).

Também foi observado grande ocorrência de problemas odontológicos na RESEX. Por falta de orientação e hábitos adequados à manutenção da saúde dentária, associada à falta de assistência odontológica, são frequentes os casos de moradores que perdem seus dentes. Muitos destes ainda não possuem prótese. Frente à escassez de assistência odontológica, é comum que a assistência que eventualmente chegue, seja para promover a extração dos dentes com problemas, agravados pela demora em auxílio (CNPT, 1998b; VALIANTE, 2008; ICMBio, 2008).

3.3.7 Aspectos Sanitários

Quanto às instalações sanitárias, a maioria das colocações (80%) possui latrinas, que são fossas secas, ou seja, buracos de aproximadamente dois metros de profundidade e um metro de largura, cobertos com uma tábua furada, utilizados para dispor as fezes. Cerca de 20% das colocações não possuem qualquer tipo de instalação sanitária, apenas um local designado para isso em área de capoeirão, ou ainda, há apenas uma vala sem cobertura alguma (ICMBio, 2008d).

Quanto ao tratamento da água consumida, de acordo com depoimentos, observação direta e informações do cadastro socio-econômico, a maioria dos moradores tem a informação de colocar cloro na água (ICMBio, 2008d), mas poucos de fato colocam, consumindo-a sem qualquer tratamento. Geralmente a água utilizada para consumo direto é retirada de poço ou nascente na propriedade (quando há) ou ainda de igarapé, e armazenada em filtro ou moringa de barro. Em situações de deslocamento, a água para beber é coletada pelos moradores diretamente no curso de água principal. A grande ocorrência de verminoses e diarreia na RESEX provavelmente está associada ao consumo de água sem tratamento adequado.

Vale mencionar que os moradores da comunidade Ramal do Macacos citaram a ocorrência de contaminação da água do igarapé local (igarapé "Sempre Serve") por pisoteamento de gado bovino situado na região próxima à nascente deste igarapé. Segundo os moradores, o pisoteio de gado na água é notado por sua coloração esbranquiçada e pelo lamaçal observado nessas áreas onde o gado visita o igarapé para beber água, contaminando também o restante do curso d'água com suas fezes. O igarapé é utilizado por alguns moradores do ramal dos Macacos para consumo direto.

Quanto à destinação do lixo, usualmente é disposto em buracos ou em área distante da casa (MILLIKAN, 1994; ICMBio,2008d). Poucos têm a prática de queimar o lixo. Constatou-se, por observação direta (maio 2009), a prática de lançamento de resíduos oleosos no cursos d'água, durante lavagem dos apetrechos de cozinha na "beira", bem como a utilização e lançamento de resíduos de produtos de limpeza de alto poder contaminante no curso d'água na lavagem de roupas e utensílios (principalmente alvejantes, "cloro", "veja", saponáceos de vários tipos e, desinfetantes).

3.3.8 Educação

A educação foi mencionada como uma das principais causas de saída temporária de moradores da RESEX durante levantamento de campo em maio de 2009. As escolas que existem na unidade são multisseriadas e só ministram até a quarta série do primeiro grau (atual quinto ano). Foi também observada, em uma das comunidades, Floresta, a existência de alfabetização de adultos. A experiência estava sendo iniciada, com grande expectativa de mais de uma dezena de alunos adultos matriculados.

De acordo com os dados do questionário socioeconômico aplicado pelo ICMBio, em 2007, 80% dos moradores eram alfabetizados e 18% não. Destes, 31% disse ser somente alfabetizado, 42% disse ter o ensino fundamental, 3% disse ter ensino médio e 1% disse ter ensino superior (ICMBio, 2008d).

Quanto à existência de escolas (estrutura física e professor), há atualmente escolas em funcionamento nas comunidades de Floresta e Ramal dos Seringueiros (ou Nova Esperança). Outras comunidades possuem a estrutura física das escolas mas atualmente não estão funcionando, pela escassez de professores disponibilizados pelo município e também pelo número de alunos dessas comunidades ser pequeno. As escolas existentes nas comunidades da RESEX são municipais.

Além do fato de que algumas comunidades, por não disporem de professores, os alunos interessados em estudar tem que se deslocar até a escola mais próxima nas comunidades vizinhas, há também o problema dos alunos que já concluíram a quarta série (atual quinto ano) na RESEX e que gostariam de dar continuidade aos estudos, a despeito do fato de não haver escola no seu nível na Reserva

Em 2009 havia um total de oito escolas na RESEX, com 79 alunos matriculados, cuja gestão é realizada pela Prefeitura de Guajará-Mirim (Tabela 3.5). As escolas disponibilizam o ensino da 1ª a 4ª séries (1º a 5º anos). Não há ensino de 5ª a 8ª séries (6º a 9º anos), nem ensino médio na RESEX.

Cabe informar que algumas das escolas atendem também alunos da comunidade vizinha, que caminham ou se deslocam de canoa, às vezes por longas distâncias, pelo rio ou varadouro na mata, para freqüentar a escola.

À época, os moradores apontaram como precários, a estrutura física das escolas, a dificuldade em acessar a merenda escolar municipal e o fato de serem multisseriadas, ou seja, ter alunos da primeira à quarta série, que dividem o mesmo espaço e período do dia para o aprendizado, tornando a aprendizagem bastante deficitária em relação a uma escola regular. Também foi relatada a constante ameaça de fechamento das escolas da RESEX,

por não atingir o número mínimo de alunos, em razão da contínua evasão de famílias, durante o ano escolar para Guajará-Mirim, quando parte dos filhos em idade escolar querem completar os estudos na cidade, por não haver na RESEX, ou ainda que saem em busca de melhores oportunidades, ou para tratar problemas de saúde.

Atualmente, em 2013, constata-se que as ameaças de fechamento das escolas se concretizaram, pois apenas duas escolas permanecem em funcionamento, nas comunidades de Nova Esperança e Floresta.



Figura 3.3. Escola da Comunidade Floresta.

Tabela 3.5. Escolas por comunidade e número de alunos na RESEX do Rio Ouro Preto/RO, em 2009.

Comunidades	Escola em funcionamento	Nome da Escola	Número de alunos
Nova Colônia	SIM	José Ribamar Nunes	09
Ramal do Pompeu	SIM	Professor José Tadeu de Souza Filho	09
Nossa Sr.^a. dos Seringueiros	SIM	Manuel Manussakis	09
Nova Esperança (ou Ramal dos Seringueiros)	SIM	10 de Abril	18
Ramal dos Macacos	SIM	Ernandes Costa	07
Floresta	SIM	Ecologista Francisco Mendes	08
Divino Espírito Santo	SIM	Maria da Conceição	12
Três Josés	NÃO	-	-
Ouro Negro	SIM	Jéferson Guimarães	07
Petrópolis	NÃO	-	-
Sepetiba	NÃO	-	-
Bom Jesus	NÃO	-	-

3.3.9 Divisão do trabalho familiar

Geralmente toda a família participa das atividades produtivas, mas há algumas especificidades de gênero.

Abertura de roça ("brocar") e queimadas são atividades tipicamente masculinas. Caçadas também são atividades tipicamente masculinas. Pescarias quotidianas são praticadas por todos os membros da família, já as pescarias "especiais", ou seja, quando há

deslocamentos para locais distantes especialmente para esta prática, costuma ser atividade masculina.

O corte de seringa, no passado era praticado por homens, mas atualmente há também algumas mulheres que são seringueiras. Sobre isso, algumas delas dizem haver injustiça histórica, relatando que, no passado, já havia mulheres seringueiras na RESEX que nunca foram registradas como tais, pois suas produções eram registradas sempre em nome da produção do marido ou parente homem mais próximo (SILVA,2000; CUNHA, 2002).

A manutenção da roça e o feitiço de farinha envolvem igualmente toda a mão de obra familiar. São de domínio principalmente feminino a preparação de alimentos, a manutenção da casa, limpeza do terreiro, limpeza de roupas e utensílios e o cuidado com os filhos menores. Crianças de oito a dez anos usualmente já são capazes de desempenhar todas as funções de subsistência e já possuem responsabilidades e funções no trabalho familiar.

Observa-se que, embora haja uma certa divisão de gênero entre os trabalhos "pesados", masculinos e outros mais "leves", femininos, eles são flexibilizados a partir da disponibilidade de mão de obra disponível para "dar conta" das demandas de trabalho familiares. Por exemplo, se há poucos indivíduos, as mulheres participam das tarefas mais pesadas, ou, se possuem filhos muito pequenos, afastam-se de algumas atividades.

3.4 População beneficiária e outros usuários

No diagnóstico socioeconômico realizado em 2007 pelo ICMBio, foi contabilizada a população da RESEX em 583 habitantes e 157 famílias. A população é bastante jovem, já que a maioria dos cadastrados tem até 19 anos (figura 3.1). Do total, 56,6% são homens e 43,4% mulheres. O maior número de homens é decorrente do maior número de homens solteiros, de acordo com os relatos dos moradores. Seja aqueles que nunca se casaram ou aqueles que se separaram e as esposas deixaram a RESEX.

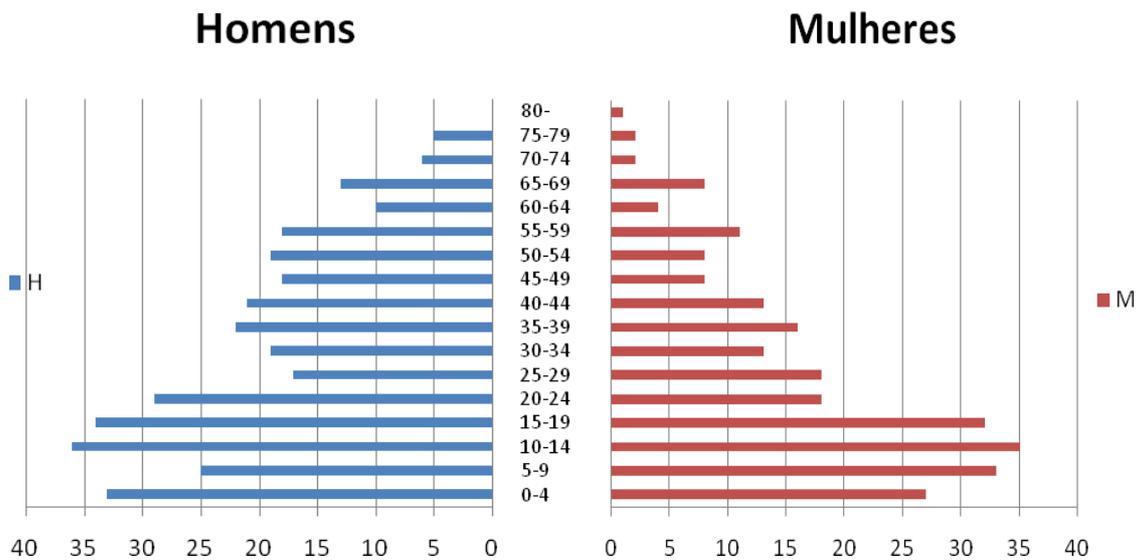


Figura 3.4. Pirâmide etária da população da RESEX Rio Ouro Preto, cadastrada em 2007.

Em 2011 o ICMBio procedeu uma atualização do cadastro da RESEX. Foram visitadas 197 localidades das quais se registraram as coordenadas e fotos de todas as residências visitadas. O objetivo desta vez foi levantar os “beneficiários”, ou seja, aqueles que tem direito sobre uso e acesso aos recursos naturais da RESEX, que são ocupantes e usuários tradicionais desses recursos. A permanência ou não no cadastro da UC foi definida a partir de discussões entre a equipe do ICMBio e as associações, resultando na elaboração do “Perfil do Beneficiário da RESEX Rio Ouro Preto” (abaixo), com base no acompanhamento das atividades dos comunitários da RESEX desde o segundo semestre de 2009. A conclusão sobre a permanência ou não do comunitário no cadastro foi pautada pelo uso que este fazia não somente da casa mas de toda a área da colocação.

Esse cadastro utilizou um formulário diferente do anterior, sendo mais reduzido, de forma que não é possível fazer uma boa comparação entre os dois. No de 2011, por exemplo, há poucas informações sobre as crianças. Também, as famílias sem perfil de beneficiárias não foram incluídas no cadastro. No total, foram cadastradas 339 pessoas com perfil de beneficiários, em 119 famílias. De qualquer forma, sabe-se que a população da RESEX vem declinando.

Em 2013 o ICMBio está empreendendo um grande esforço para realizar o diagnóstico socioeconômico e o cadastro de todas as famílias beneficiárias e usuárias de

todas as RESEX federais, de forma que o cadastro da RESEX Rio Ouro Preto deve ser, então, atualizado.

3.4.1 Perfil de beneficiário da Resex do Rio Ouro Preto

O Perfil do Beneficiário foi aprovado em reunião do Conselho Deliberativo no dia 11 de outubro de 2011, através da Resolução nº 01, conforme a seguir.

Os beneficiários da Resex do Rio Ouro Preto conciliam o trabalho de agricultura (roça), com o trabalho de extrativismo. Suas principais atividades extrativistas são a extração de seringa, castanha, madeira, palha, óleos essenciais como a copaíba, coleta de frutas nativas como o açaí, patoá e outros; caça e pesca. Os principais alimentos cultivados na roça são: mandioca para fazer farinha, arroz, milho, banana, macaxeira, jerimum, cana, melancia, maxixe, mamão e outros. Também trabalham com artesanato e atividades domésticas como cozinhar, cuidar da casa e dos filhos. Os beneficiários têm atuação nas associações, porém poucas mulheres assumem cargos nas diretorias. Os beneficiários vão à cidade regularmente para vender a produção, comprar o rancho, visitar ou acompanhar os filhos que estudam na cidade e em situações de tratamento de saúde.

Os “não-beneficiários”

A população não-extrativista que mora na área proposta para exclusão, e pratica sobretudo atividades pecuárias não se enquadra na categoria "beneficiário", e ainda não há dados numéricos sobre a população dessa área. Esses moradores são produtores rurais, pequenos criadores de gado e caseiros em sua maioria, ou seja, não são população beneficiária extrativista e de ocupação tradicional.

Além dessa área, com ocupação humana e atividades dominantes inadequadas para os objetivos da unidade, centradas na pecuária extensiva para corte, observa-se também algumas propriedades no interior dos limites da RESEX que, embora não sejam pecuaristas, também não possuem usos tradicionais.

Apesar de serem reconhecidos como "não-beneficiários", possuem diferentes inserções junto aos comunitários locais e quanto à forma como utilizam a Reserva⁴, e

⁴ Para exemplificar, essas diferentes inserções, por exemplo, "Seu Ancelmo, é um senhor idoso, que tem como fonte de renda a aposentadoria, que mora com sua esposa, também aposentada, desde antes da

portanto, sugere-se que as negociações referentes à possíveis acordos com esses moradores deva ser conduzida caso a caso, e também que seja levada em consideração a percepção dos demais comunitários e associações de moradores a respeito de cada um deles.

3.5 Histórico e formas de uso e ocupação do território

3.5.1 Antecedentes ocupacionais da RESEX

A região da bacia do rio Ouro Preto foi por longo período habitada por indígenas de várias etnias, sobretudo Pacaás Novos. Essa presença indígena na área foi relatada por seringueiros mais antigos da região. Conta-se que, até por volta dos anos sessenta, eram freqüentes os conflitos envolvendo indígenas e seringueiros. Foram mencionados, por exemplo, que indígenas às vezes derrubavam as cuias de látex das seringueiras e penduravam-nas ao longo do caminho, ou ainda perfuravam-nas com flechas. Também foram relatadas algumas ocorrências de aprisionamento, ataques e perseguições de seringueiros pelos índios. Esses eventos sugerem que havia uma relação de territorialidade entre grupos indígenas e a região do rio Ouro Preto (VILAÇA, 1992; WAWZYNIAK, 1994 APUD MILLIKAN, 1994).

Os conflitos envolvendo extrativistas e indígenas diminuíram no período da segunda guerra mundial, ao mesmo tempo em que aumentava o contingente de seringueiros em Guajará-Mirim, por conta da propaganda governamental e do recrutamento dos "soldados da borracha" entre migrantes nordestinos. Estima-se que entre as décadas de setenta e sessenta, havia cerca de 250 colocações no Rio Ouro Preto, e, no dizer local, algo em torno de "seiscentas facas" (seringueiros).

Esses seringueiros estabelecidos principalmente ao longo das várzeas do Rio Ouro Preto trabalhavam no regime dos "patrões" de seringa, o sistema de aviamento. Os "patrões" seringalistas dominavam não apenas as relações comerciais e de trabalho nos seringais e sobre os seringueiros, mas exerciam também forte domínio em todas as esferas

RESEX ter sido instituída. Ele mantém funcionando a única "Peladora de arroz" comunitária que foi doada pelo Projeto RESEX, na década de noventa, e também atua contra pescadores e caçadores invasores que freqüentemente invadem a unidade em busca de caça e pesca. Por outro lado, ele próprio não tem o hábito de pescar e caçar. Outros exemplos, Maria Valvina e Maria das Dores, ambas proprietárias, que moram na cidade e mantêm sítio na RESEX. A primeira é funcionária pública, e utiliza seu sítio como casa de veraneio para receber amigos, a segunda, é casada com pecuarista, que cria gado na propriedade, situada no ramal do Pompeu.

da vida privada dos seringueiros que trabalhavam sob suas ordens (CUNHA,2002; SILVA, 2000; TEIXEIRA,1990).

Embora legalmente os seringalistas não tivessem a titulação das "colocações" sob seu domínio, controlavam todo o uso e acesso aos recursos naturais nas áreas que estabeleciam como "seus" seringais, controlando também a entrada dos seringueiros, que eram por eles *colocados*. Daí a origem do termo *colocação* para designar sítios que incluem estradas de seringa, mediante acordo de trabalho. Além dos termos da produção, o patrão determinava todas as regras que regiam a vida nas colocações. O seringueiro só tinha permissão para vender seu produto (látex) no barracão do seringalista e só podia comprar as mercadorias de que necessitava também neste barracão, por preços bem elevados em comparação com o comércio de Guajará-Mirim. Segundo registros e relatos dos moradores (em levantamento de campo em maio de 2009), o lucro do patrão em torno das mercadorias que vendia aos seringueiros girava em torno de 300%, ou seja, lucrava com a compra do látex e com a venda, com exclusividade, de mercadorias em seus barracões (CNPT 1998b; MILLIKAN,1994; VALIANTE,2008).

Os seringalistas obtinham ainda financiamentos bancários para bancar suas atividades. Em Guajará-Mirim, os seringalistas recebiam empréstimos subsidiados do Banco de Crédito da Borracha (que a partir de 1951 foi transformado em Banco de crédito da Amazônia). Em alguns períodos, havia também comerciantes da cidade que financiavam os seringalistas (casas de aviação). Muitos desses comerciantes eram turcos, gregos e libaneses que haviam emigrado ao Brasil para trabalhar na estrada de ferro Madeira-Mamoré. Vale ressaltar que o maior seringalista do Rio Ouro Preto era um grego, Manuel Manussakis (MILLIKAN,1994; FLOR,1997).

Por longo período, predominou o sistema de aviamento. Os seringalistas contratavam seringueiros para extrair látex dos "seus" seringais e "aviavam", ou seja, pagavam um *abono* (adiantamento em dinheiro) anualmente aos seringueiros, que, por seu lado, comprometiam-se a pagar o empréstimo com a produção de látex do ano seguinte. Esse acordo era uma forma de manter o seringueiro na sua colocação, já que não poderia mudar de região enquanto não quitasse sua dívida, nem deixar a colocação durante os meses de inverno. Só aqueles que estavam com sua conta em ordem no barracão podiam se deslocar para Guajará-Mirim e permanecer por lá durante o inverno, assumindo um novo empréstimo do patrão para se manter durante este período sem atividade.

Além do aviamento em dinheiro, a juros, em período subsequente, também era comum uma outra forma de empréstimo, calculada a partir da quantidade de borracha. Esse tipo de empréstimo era conhecido como "compra de borracha "na folha".

A maior parte do lucro dos seringalistas era obtido através da comercialização de mercadorias com exclusividade em seus barracões situados próximos às colocações, bem como pela cobrança de 10% sobre a produção anual de borracha de cada seringueiro, conhecida como cobrança da "tara" (CNPT 1998b; DEAN, 1990; MILLIKAN, 1994; SILVA, 2000) .

O seringalista estipulava a quota mínima de látex a ser produzida por cada seringueiro "colocado" em seu seringal. Usualmente, cada colocação tinha quatro estradas de seringa, com cerca de cem seringueiras em cada estrada. Além disso, segundo relatos dos moradores, havia estímulo do *patrão* para aumentar a extração do látex, premiando aqueles que produziam mais do que o combinado e punindo os que produziam menos do que tinham se comprometido. As punições incluíam perseguição e violência por parte do patrão, muitas vezes apoiado pelos poderes locais do município, bem como humilhações públicas e interferências na vida privada dos seringueiros (SILVA, 2000; SANTOS, 2002).

Ainda quanto ao controle do uso e ocupação do espaço pelos patrões, além de restrição de tempo e mão-de-obra (que eram integralmente utilizados na produção do látex), a produção agrícola era proibida nas colocações. No Rio Ouro Preto, só havia roças próximas aos barracões, controladas pelos mesmos (CNPT, 1998b; MILLIKAN, 1994).

Apesar de não terem roças estabelecidas na época dos seringalistas, os seringueiros "tiravam" um dia da semana para pescar e caçar para garantir a alimentação dos demais dias. Também tiravam um dia para fazer "cavaco", ou seja, cortar pequenas lascas de madeira utilizados para defumar a borracha e um dia para a defumação. Assim, a seringa era retirada por quatro ou cinco dias consecutivos e um dia era para caçar e pescar para os demais dias da semana, mantendo a carne ou peixe no sal.

Com a crescente queda da borracha no mercado internacional, houve mudanças nas relações entre seringalistas e seringueiros, principalmente após 1964. Com a mudança no cenário político-econômico brasileiro, foi interrompida a concessão de créditos bancários aos seringalistas. O novo esquema que passou a vigorar desde então foi o arrendamento de colocações.

Sem acesso a crédito bancário, por endividamentos subsequentes e mudanças na economia do país, os seringalistas passaram a cobrar aluguel pelo uso das colocações pelos

seringueiros. A compra exclusiva de mercadorias dos seringueiros no barracão dos patrões foi substituída, na época dos arrendamentos, pela entrada de "marreteiros" no rio, ou seja, embarcações que funcionavam como mercados ambulantes, vendendo produtos aos seringueiros estabelecidos no Rio Ouro Preto, sem intermediários (CNPT, 1998b, 1999a, MILLIKAN, 1994).

Em 1989, momento em que ocorreu a primeira reunião das lideranças seringueiras do Estado de Rondônia, no município de Guajará Mirim, ficou determinado que nenhum seringueiro pagaria mais o "arrendamento" de estradas de seringa da região. A produção de borracha deste ano sofreu abalo pelo boicote ocorrido pelos seringalistas da região, pois, naquele ano, não compraram a borracha dos seringueiros em represália ao não pagamento de renda.

Desde a década de 80 a borracha sofria contínuas quedas de preço, porém, logo após ter sido criada a RESEX, em 1990, até o ano de 1992, foi especialmente ruim para a venda de borracha. Assim, neste ano, apesar da área já ter sido transformada em RESEX, houve muita dificuldade por parte dos moradores para escoar a borracha, que passava por grande queda de preço e baixíssima procura, já que as usinas de beneficiamento de borracha fecharam nesse período.

Com o declínio da atividade extrativista, os seringueiros passaram a buscar outros meios de sobrevivência frente à situação que se apresentava. Dos "soldados da borracha" ainda vivos, pouquíssimos retornaram à sua terra natal (o nordeste do país), ou receberam alguma forma de compensação oficial (aposentadoria ou terras). Muitos deles e seus descendentes, nascidos nos seringais, vieram em busca de oportunidades de trabalho na cidade, e a maioria fixou residência definitiva nas margens de rios, lagos e igarapés do Rio Ouro Preto, passando a desenvolver a agricultura de subsistência e complementarmente praticando a caça e pesca (CNPT, 1999b).

A fixação definitiva de uma família em um sítio ou colocação foi um padrão de ocupação inaugurado nesta fase de transição do extrativismo para a agricultura, especialmente na década de setenta. Antes disso, era comum a mudança de colocação em função das determinações do patrão ou ainda da mudança de seringal (DEAN, 1990; MILLIKAN, 1994; SILVA, 2000).

3.5.2 As moradias típicas e a organização do espaço produtivo

As moradias do Rio Ouro Preto estão dispostas ao longo das margens do rio principal e de alguns afluentes e igarapés secundários. Muitos seringueiros ainda estão estabelecidos nos mesmos locais onde foram *colocados* pelos seringalistas, próximos às estradas de seringa, que na região ocorrem nas florestas de várzea.

A localização das moradias próximas ao rio ou igarapé também ocorre em função das atividades quotidianas. Usualmente, nas águas da beira do rio principal, o Rio Ouro Preto, lava-se roupas, utensílios de cozinha, coloca-se mandioca "de molho" na água (para que amoleça e solte a casca, uma das etapas da produção de farinha), pesca-se e por fim, é também a via de acesso a outras localidades.

As habitações típicas costumam ser em madeira, suspensas em relação ao nível do chão (palafitas), em função da possibilidade de inundação e para diminuir a ocorrência de insetos e animais. Paredes e assoalho são construídos com tábuas serradas com motosserra (mais recentemente, e, as mais antigas, são em paxiúba (*Iriartea spp.*) ou açai (*Euterpe spp.*) (CNPT,1999a; 1998b; MILLIKAN,1994).



Figura 3.5. Moradia típica da RESEX Rio Ouro Preto.

Nas construções mais antigas, feitas de Paxiúba, o caule é aberto em quatro metades formando tábuas que cercam a casa, e o assoalho é feito a partir desses caules "batidos", colocados com a parte exterior para cima. Já o açai, apesar de também ser uma palmeira, é mais resistente, "duro", e, por ser fino, é também utilizado na construção de

algumas ferramentas para a roça e para pesca artesanal (arpão, cabos, cunhas). Embora a paxiúba (*Iriartea exorriza*) seja a mais frequentemente utilizada no cotidiano dos moradores, em edificações e ferramentas, também foram citadas várias outras espécies com este fim. Por exemplo, Jatobá (*Hymenaea sp*); Itaúba (*Mezilaurus itauba*) e Taxi (*Tachigalia spp.*). Além dessas, há muitas outras espécies vegetais utilizadas pelos moradores, que caracterizam um uso extrativista. Elas estão organizadas em levantamento realizado em 1994 (MILLIKAN, 1994) e elencadas no item "Extrativismo" (2.6.2).

A qualidade e durabilidade dos tetos de palha (em Paxiúba - *Iriartea spp*; Inajá-*Maximiliana régia*; Ouricuri - *Cocos Coronata*; entre outros) dependem do tempo, da espécie utilizada, e da mão de obra disponível para fazê-lo, oscilando entre alguns meses a 5 anos. Segundo relatos dos moradores, quanto mais alto, e maior o ângulo de inclinação do telhado, mais eficiente será em termos de isolamento térmico, ausência de goteiras e durabilidade. A palha a ser utilizada costuma ser retirada na lua nova e, geralmente, entre os meses de março e junho são construídos ou reformados.

Em 2005, muitos moradores foram contemplados com financiamento do Programa de Apoio à Habitação do INCRA. As moradias foram construídas com tábuas serradas com motosserra e telhas de amianto, as paredes pintadas no seu exterior. Muitos moradores que tiveram acesso ao financiamento substituíram as moradias do tipo palafita cobertas com palha para moradias construídas com madeira serrada e coberta com telhas de amianto (ICMBio, 2008d; 2008f). No entanto, observa-se ainda algumas casas de farinha e outras edificações secundárias e de construção recente, edificadas com materiais locais (palha e madeira sem acabamento/não-serrada). Nem sempre a construção de tetos rústicos, é motivada pela falta de um outro material. Segundo depoimentos de alguns moradores, esse tipo de teto traz a vantagem de ser melhor isolante térmico, tornando as edificações domésticas mais "frescas", principalmente quando o local da edificação é local de trabalho nas horas mais quentes do dia, como é o caso das casas de farinha.



Figura 3.6. Moradia financiada pelo INCRA.

Quanto à organização do espaço doméstico, nos arredores das moradias usualmente há algumas árvores fruteiras nativas e também algumas espécies introduzidas. A lista dessas espécies encontradas pode ser consultada no item "agricultura familiar" (2.6.1). Também é comum haver um canteiro suspenso, geralmente plantado em uma canoa ou bacia furada, elevado do chão por estacas ou paus, para abrandar o ataque de formigas e outra pragas, onde se cultiva sobretudo temperos, como salsinha e cebolinha, pimenta e algumas hortaliças, chás e ervas de uso doméstico.

As casas de farinha, geralmente são construções rústicas, em palha, sem paredes, com uma ou duas fornalhas. Situam-se a meio caminho entre a casa e a roça, de modo a facilitar o transporte da mandioca do roçado até a "beira", onde é deixada de molho, e depois de feita a farinha de mandioca, são novamente transportadas as sacas até a "beira" para carregar a embarcação (ver mais sobre isso no item *agricultura familiar*). Usualmente cada família tem sua "beira", ou seja, local na beira do rio, onde há uma tábua ou tronco de madeira flutuante, material de limpeza para lavar roupa e utensílios, eventualmente, escada de madeira ou no próprio barranco, e um esteio para amarrar embarcação, fixado próximo à margem. A limpeza da vegetação da "beira", construção e reforma de escadaria, indica seu uso "particular", ou seja, a "beira" é uma extensão do espaço doméstico de cada família, sendo zelado e utilizado pela mesma.

Quase toda família da RESEX possui uma área de roça, na maioria das vezes para cultivos sazonais (não perenes), com exceção de alguns poucos sítios onde foi observado cultivo do café. As roças costumam estar situadas próximas às moradias, com um tamanho

que varia entre duas e oito tarefas (4 tarefas = 1 hectare). Há algumas roças com dimensões bem superiores, em localidades onde moram mais de um chefe de família, e há outras bem menores, mas a média gira em torno desses valores citados (ICMBio,2008d; CNPT, 1998b; MILLIKAN,1994). Para ver mais detalhes, consultar item "2.6.1 Agricultura familiar".

Há casos isolados de moradores que possuem roça em local distinto daquele em que habita. Isso ocorre em função da indisponibilidade de áreas de terra firme cultiváveis e relativamente próximas ao escoamento da produção. Quanto mais à jusante do Rio Ouro Preto é a roça, mais difícil e oneroso é o transporte da produção agro-extrativista, e, sobretudo, a produção de farinha de mandioca. Muitas vezes o custo do escoamento para a cidade torna a atividade economicamente inviável.

Quanto à disposição espacial das estradas de seringa, elas situam-se na área de várzea, e possuem usualmente formatos de "gota", são trilhas abertas no meio da mata que ligam as várias seringueiras. Quando em uso, essas estradas são "limpas", ou seja, desbastadas anualmente. Geralmente o início da estrada e o fim da mesma são no mesmo ponto, "fechando a gota", próximas da moradia (DEAN, 1990; MILLIKAN, 1994; SILVA, 2000).

Comunidades situadas no médio e baixo curso do Rio Ouro Preto, Floresta, Nossa Senhora dos Seringueiros, Nova Colônia e Pompeu, possuem características distintas das demais em relação à organização do espaço produtivo e das moradias. Em razão do Rio Ouro Preto ficar num vale, limitado por terras altas e formações inclinadas, a distância entre o rio e as formações inclinadas é maior na região do médio curso do rio até sua montante, e vai se estreitando da altura da comunidade Floresta, em seu médio curso, até o estuário do rio.

Por essa razão, e pela maior densidade populacional nessas comunidades de acesso mais fácil a Guajará-Mirim, há menos terras firmes disponíveis nessas comunidades, tanto para uso agrícola quanto para abertura de novas moradas. Segundo os moradores, isso também estaria relacionado à maior degradação do solo agrícola na região, em razão da super-utilização, e conseqüente presença de ervas daninhas ou espécies invasoras.

Outra especificidade apontada na área do médio e baixo curso do rio é que as terras firmes são mais distantes da margem do rio, sendo que para acessar as moradias é necessário percorrer caminhos reais ou varadouros em meio à mata. Por estarem distantes

da margem do rio, nessas comunidades as moradias geralmente utilizam água de poços e, em parte do ano, de igarapés intermitentes, para consumo e afazeres domésticos.

3.6 Práticas produtivas, uso e manejo dos recursos naturais

De modo recorrente, há uma estreita ligação entre as formas de uso e ocupação do território e as práticas produtivas e manejo de recursos naturais por populações tradicionais que habitam áreas florestadas, como ocorre na RESEX do Rio Ouro Preto (DIEGUES & MOREIRA, 2001; ZARIN et al, 2005).

Historicamente é possível observar que nem sempre a atividade extrativista foi a única atividade da economia local, e nem sempre foi atividade central de geração de renda.

Desde o momento da criação da RESEX, em 1990, até hoje, houve uma contínua "baixa" do extrativismo do látex como fonte de sobrevivência (CNPT, 1998B,1999A; FLOR,1997; MILIKAN,1994). O extrativismo passou a ser a segunda atividade de geração de renda na unidade, predominando a atividade agrícola, e, de forma complementar, a caça e pesca de subsistência, numa estratégia de uso múltiplo dos recursos. Essas atividades ocorrem de modo simultâneo ou intercalam-se ao longo do ano, fluando de acordo com variáveis ambientais e/ou socioeconômicas.

Ao longo do ano, ocorrem expressivas variações nas práticas de caça e pesca, em função da oscilação do regime das águas e disponibilidade dos habitats aquáticos e terrestres. A sazonalidade também está presente na coleta de diferentes frutos nativos utilizados na alimentação, bem como a disponibilidade da seringa e da castanha. Para informações sobre a disponibilidade desses frutos ao longo do ano, ver item 2.7.1 (organização do ano produtivo).

Outra característica marcante quanto ao uso de recursos na RESEX refere-se à indissociabilidade de algumas práticas extrativistas e demais atividades. Há várias especificidades no modo local de uso de recursos, com a presença de muitos elementos extrativistas na agricultura, caça e pesca. Por exemplo, na confecção de instrumentos e ferramentas de trabalho – balaios, cuias, arpão, armadilhas, e também na construção de embarcações, casas de farinha, pontes, escadas, e, por fim, moradias, como já mencionado no item 2.5.2 e que deverá ser ainda abordado no item 2.6.2. Essa permeabilidade de elementos extrativistas nas demais atividades torna mais adequado o uso do termo "agroextrativismo" para definir as práticas locais de manejo como baseadas no uso

múltiplo de recursos, bem o entendimento de que o modo de vida local define-se por uma dependência difusa de vários produtos da floresta, e não apenas àqueles estritamente relacionados a ganhos econômicos, como a castanha e o látex (ALMEIDA, 2003; DIEGUES & MOREIRA, 2001; CNPT, 1998b,1999a; ICMBio, 2008d; FLOR,1997; MILLIKAN, 1994; ZARIN et al, 2005).

Os moradores da RESEX do Rio Ouro Preto fazem largo uso de várias espécies da flora nativa, tanto pra alimentação quanto para usos medicinais, em construções de moradias, instrumentos de trabalho/ferramentas, embarcações, além daquelas espécies exploradas com fins comerciais (sobretudo castanha e látex de seringa *verdadeira*).

Ainda, outra especificidade do uso de recursos naturais na RESEX, que apresenta relações com as formas locais de apropriação do território, é a coexistência de recursos e espaços de uso comunal e de uso individual, cujas regras de uso estão estabelecidas no “Acordo de Gestão”

Os recursos pesqueiros são apropriados de modo comum, no entanto, há algumas regras locais sobre restrições de acesso e direitos costumeiros sobre os locais de pescaria. Essas restrições referem-se principalmente aos locais que cada família dispõe seus espinhéis. Nestes locais, entende-se que seja de uso preferencial do morador que os colocou. Fora dessas situações, entende-se que o local de pescaria de cada morador é mais ou menos toda a área de abrangência de sua comunidade, incluindo lagos, baías e furos que acessam alguns sítios.

No entanto, não é muito comum que se pesque em áreas muito próximas ao sítio de um outro morador, a menos que seja parente ou em situações de deslocamento, apenas com linha (caniço preso na linha), com exceção dos moradores da "linha seca", ou seja, das comunidades que não estão na beira do rio Ouro Preto, que costumam eventualmente se deslocar para pescar na região do baixo curso do rio, geralmente em lagos e baías (para mais informações sobre pesca ver item "Utilização de Recursos Pesqueiros, 2.6.3).

Quanto aos recursos faunísticos, a caça é considerada um recurso coletivo. No entanto, entende-se que cada um deve caçar em sua área de "fundo de roça" ou estrada de seringa ou ainda áreas florestadas próximas à sua localidade, ou do outro lado do rio, enfim, em trechos distantes das localidades onde há morador. São tidas como “normais” a prática de caça com espingarda quando ocorrem durante deslocamento de um morador por varadouros que atravessam sítios, roças ou estradas de seringa de outrem. Por outro lado, a montagem de "esperas" (armadilhas), quando descobertas nestes mesmos locais, são

interpretadas como atos invasivos, ou, no mínimo, falta de educação, segundo relato dos moradores. Ou seja, há uma noção do território comunal e território individual ou familiar de caça que cabe a cada um. Em situações de viagem, com deslocamento pelo rio, essas noções não se aplicam, pois eventualmente pode ocorrer a prática da caça e pesca para consumo imediato dos que estão se deslocando.

Também são áreas comunais, em cada comunidade, edificações como escolas, casa de reunião, campos de futebol, postos de saúde. Eventualmente há uma televisão comunitária. Em muitas comunidades, os moradores disseram também já ter tido um aparelho de radiofonia comunitário, embora em 2009 não houvesse nenhum em funcionamento (ICMBio, 2008d).

3.6.1 Agricultura familiar e produção agrícola

A agricultura praticada na RESEX é familiar e não mecanizada, classificada como "agricultura de subsistência".

A informação de que a terra na RESEX é considerada inapta para agricultura, de acordo com os dados secundários (RADAM Brasil, Zoneamento Ecológico Econômico de Rondônia e levantamento realizado por MILLIKAN), foi confirmada pela percepção de muitos moradores. Muitos dizem que o solo da região não é adequado para plantio principalmente devido ao tempo reduzido de utilização de áreas de roça que, depois de um ano de cultivo já ficam inaptas para plantio e com muitas ervas daninhas (principalmente o sapé).

Costuma-se, na região, brocar em torno de um a dois hectares por ano para fazer roça, com o uso da foice ou terçado, atividade realizada geralmente no final do inverno local. Geralmente utiliza-se a mesma área para roçado por um a três anos, e depois a área permanece em "pousio" por período que oscila entre quatro e dez anos, dependendo das condições de fertilidade do solo, das condições de regeneração e da disponibilidade de terras agricultáveis, até que se torne um "capoeirão" ou mata secundária (CNPT, 1998a, 1998b; ICMBio, 2008d). Assim, o uso agrícola na RESEX gira em torno de 12 hectares por família, entre áreas cultivadas e em pousio.

A vegetação da área destinada a uma nova roça é brocada (inicialmente são cortados os "paus" maiores e depois derrubados o mato e o restante da vegetação), geralmente entre abril e maio. Entre agosto e setembro faz-se a queimada. Se a área for

mata secundária ou capoeirão, necessita de um tempo menor entre o corte e a queimada, cerca de dois meses. Se a área for de floresta primária, este tempo pode chegar a quatro meses, segundo relatos locais (CNPT, 1998a, 1998b; ICMBio, 2008d).

Quanto às queimadas da área, o ICMBio frequentemente recomenda aos moradores o máximo cuidado em relação a essa prática nos roçados da reserva, lembrando aos moradores que só realizem essa atividade no início do período do inverno, após três chuvas, e com a abertura de aceiros e mutirão, com o objetivo de diminuir o risco de incêndio.

Quanto ao tempo de utilização de uma área de roça para cultivo agrícola é calculado em função não apenas da produtividade do solo, que decai após o uso contínuo, mas é motivada principalmente pela ocorrência de espécies gramíneas e arbustivas invasoras da roça. Depois de um ano de lavoura, torna-se mais trabalhosa a manutenção do roçado. Para roçar, ou seja, limpar as ervas daninhas que nascem nas roças, o intervalo entre uma ação e outra varia muito. A tendência é que, quanto maior o uso da terra, maior a presença de capim, aliás a presença do sapé foi indicada como principal razão da substituição anual ou bianual da área dos roçados por novas áreas "brocadas".

Por esta razão, o cenário normalmente encontrado nas áreas de terra firme próximas às moradias é um mosaico de áreas de vegetação secundária em vários estágios sucessionais, totalizando, em média, aproximadamente 12 hectares de área de vegetação já manejada em algum momento, em cada sítio.

Em 2002 e alguns anos subsequentes o desmatamento de áreas florestadas para estabelecimento de novas roças foi um pouco maior nas comunidades de "Linha Seca" que estavam se estabelecendo, do que as demais localidades já estabelecidas nas margens do Rio Ouro Preto.

Em relação aos cultivos de frutíferas e outras espécies consorciadas à produção central das roças da região (mandioca), foram observados (em maio de 2009) nos terreiros próximos às moradias, ou ainda em meio às áreas de roça, algumas frutíferas consorciadas, nativas ou não. Entre as nativas, foram elencadas principalmente: cupuaçu, biribá, graviola, ingá, pupunha, açaí, urucuri, bacaba, tucumã. As demais espécies não-nativas mais citadas foram: mamão, laranja, tangerina, abacate, limão, manga, graviola, goiaba, jambo, café, acerola, cana, caju, mamão, cacau, abacaxi, banana, maracujá, urucum.

O principal cultivo agrícola na RESEX é a mandioca (*Manihot esculenta*) nas variedades "brava" e a macaxeira. A mandioca "brava" é assim chamada por ser tóxica ao

consumo direto, perdendo a toxidade quando processada em farinha. Predomina o plantio da variedade "brava" pelo fato de que é mais produtiva. A macaxeira ou mandioca "mansa", sem toxidade, é plantada em menor quantidade, apenas para consumo direto, para tirar "goma", o polvilho utilizado na feitura de tapioca ou consumida também cozida.

A mandioca é a principal fonte de carboidratos na alimentação local, consumida principalmente na forma de farinha, que também é o principal produto produzido e comercializado pelos moradores da RESEX. A produção é escoada principalmente para os mercados do município mais próximo, Guajará-Mirim (ICMBio, 2008d, 2008f; VALIANTE, 2008).

A farinha produzida na região é a "farinha d'água". O modo mais costumeiro de produção é, após retirada do solo, a mandioca é deixada de "molho" na água, até o dia seguinte. A quantidade de raízes "arrancadas" de cada vez é calculada a partir da mão de obra disponível para fazer a "farinhada" (produção de farinha). Após iniciado o processo, a mandioca fica "azedada" ou, como se diz localmente, "puba", se não for transformada em farinha após um dia. Por essa razão a quantidade colhida de cada vez é sempre calculada na medida da força de trabalho disponível para a "farinhada". As características naturais de grande resistência da mandioca faz com que a raiz possa permanecer na terra por muitos meses, possibilitando que os moradores produzam farinha durante todo o ano a partir de uma mesma roça.

Depois de retirada do "molho", geralmente dentro de uma canoa, na *beira*, a mandioca é transportada em balaies grandes, produzidos com cipós da região, até as casas de farinha. O objetivo desta etapa é amolecer sua casca, para que possa ser retirada sem a necessidade de descascá-la com faca no dia seguinte – processo que, segundo os moradores, é mais demorado e trabalhoso. Após retirada a casca, a mandioca é moída – em moedores manuais ou movidos a diesel, e depois é lavada e prensada. O líquido retirado é deixado para decantar, obtendo-se, do pó decantado no fundo, o polvilho, localmente chamado de goma. A goma é utilizada na alimentação local, na forma de tapioca e biscoitos. A água restante da goma, em algumas poucas famílias é deixada fermentar alguns dias, transformando-se em tucupi, uma espécie de tempero semelhante a um vinagre.

A mandioca ralada é prensada e, finalmente, torrada em chapas, que apresentam formato circular e côncavo, de aproximadamente um metro de diâmetro, aquecidas à lenha ou carvão. Geralmente, cada porção de massa de mandioca colocada na chapa necessita de

uma a duas horas para ser adequadamente torrada, devendo para isso, ser constantemente mexida pelo feitor, com uma grande espátula de madeira. A torragem adequada da farinha é que vai garantir a sua comestibilidade (evaporação de sua toxidade) e a sua durabilidade (quanto mais úmida, menos durável), segundo relatos de moradores (Maio/2009).

Dependendo da mão de obra familiar disponível, o fogo da fornalha é mantido em maior ou menor atividade durante o feitiço de farinha, o que implica em uma maior agilidade por parte do feitor para mexê-la com maior frequência com a espátula, ou ainda um revezamento das pessoas durante esse processo. De modo geral, quanto mais pessoas envolvidas, mais intenso é mantido o fogo e mais rápida a produção.

Além da mandioca, são cultivados para subsistência, várias qualidades de banana (*Musa paradisiaca*), feijão (*Phaseolus vulgaris*), milho (*Zea mays*) e arroz (*Oriza sativa*). O arroz e feijão, são atualmente cultivados em pequena escala e são utilizados na alimentação local da própria família produtora. A banana, de fácil manejo e reprodução, também é cultivada para consumo direto. O milho é utilizado para tratar pequenas criações (patos e galinhas), e eventualmente vendido para outros moradores da RESEX que não o cultivam e que possuem criações. Há alguns anos atrás, alguns moradores disseram vender arroz, feijão e milho para comércio de Guajará. Atualmente a atividade é pouco significativa, e pouco viável economicamente. A principal razão apontada para isso é a concorrência desses produtos vindos de outras regiões e comercializados no município (ICMBio, 2008d, 2008f; CNPT, 1999a; VALIANTE, 2008).

Como estimativa de produção, os moradores comentaram que, na região da comunidade Floresta, produz-se por volta de 100 sacos de farinha de mandioca por hectare de roça, num tempo aproximado de 18 meses. Também foi feita uma conta aproximada de quantos pés de mandioca existem em uma roça: são cerca de 10.000 pés de mandioca por hectare, ou seja, a cada 100 metros quadrados, com um espaçamento aproximado de 60 cm entre cada pé.

Cabe ainda mencionar a discussão sobre as razões pelas quais a produção agrícola do rio está centrada na mandioca: foi observado pelos moradores que a principal razão disso nem sempre é porque as outras culturas são mais exigentes (em relação à fertilidade do solo), mas deve-se ao valor de mercado e o trabalho demandado por cada uma delas. Na comunidade Ramal dos Macacos, por exemplo, há um morador cujo principal produto agrícola não é a mandioca, mas sim o milho. Segundo ele, em novembro 2009, 60 Kg de milho eram vendidos por 18 reais, e 60 Kg de farinha eram vendidos por 75 reais.

Ressaltou, porém, que, apesar de ser mais lucrativa, a plantação de mandioca e produção de farinha envolve muito mais trabalho e tempo, incluindo a necessidade de realizar entre três e quatro capinas na roça antes da colheita, em torno de 18 meses. Já o milho cresce e já pode ser colhido em quatro meses, sendo necessária uma capina de roça antes da colheita.

Por fim, cabe ainda ressaltar que, em 2007, 36% entre os 170 chefes de família entrevistados responderam que utilizam fertilizantes e defensivos (agrotóxicos) na colocação. Entre os que usam, 15% responderam que usam adubos químicos e 1% adubos orgânicos (ICMBio,2008d).

3.6.2 Extrativismo vegetal

Os principais produtos extrativistas com fins de comercialização utilizados na RESEX são o látex e a castanha do Brasil (ICMBio, 2008d, ICMBio, 2008f). Em levantamento de campo em maio de 2009, foram registrados outros produtos da flora nativa extraídos de forma eventual, para uso local, e em quantidade não significativa por alguns moradores, mas que representam importantes indicações de atividades extrativistas potenciais da unidade, as quais estão indicadas na tabela abaixo.

Tabela 3.7. Produtos da Flora Nativa utilizados na RESEX do Rio Ouro Preto/RO

Nome popular	Nome científico	Local de ocorrência*	Parte utilizada	Uso
Abiu	<i>Pouteria caimito</i>	V	fruto	alimentação
Açaí	<i>Euterpe spp.</i>	V, T	fruto (vinho) ripa, raiz	alimentação, assoalho, parede, remédio
Amargosa	<i>Hymenolobium sp.</i>	V	madeira	caibro, linha, travassa (casa)
Angelin	<i>Hymenolobium spp.</i>	V, T	madeira, tábua	Canoa
Aquariquara	<i>Minquartia spp.</i>	V, T	madeira (habitação)	esteio, barrote
Araparí	<i>Piptadenia sp.</i>	V	casca	Remédio
Babaçu	<i>Orbignya spp.</i>	T	oleo, palha (bruta), palha (olho) coco, mesocarpa	alimentação, cobertura de casa, defumação de látex, sabão, sabonete, alimentação de animais (ração de peixes)
Bacaba	<i>Oenocarpus bacaba</i>	T	fruto	alimentação
Bacuri	<i>Platonia insignis</i>	V, T	fruto, madeira	alimentação, canoa
Buriti	<i>Mauritia vinifera</i>	V	fruto	limentação (in natura e vinho)
Cacau do mato	<i>Theobroma speciosum</i>	V, T	fruto	alimentação
Cacau jacaré	<i>Theobroma sp.</i>	V,T	fruto	alimentação
Cajuí	<i>Anacardium</i>	V	casca, fruto	remédio, alimentação,

Carapanaúba	<i>giganteum</i> <i>Aspidosperma sp.</i>	V, T	casca (chá), madeira	isca coceira, malária, cabo de martelo, machado, faca, remo
Castanheira	<i>Bertholletia</i> <i>excelsa</i>	T	castanha (in natura/ leite), casca, madeira	alimentação, remédio, tábua, canoa
Cedro	<i>Cedrela spp.</i>	T	madeira, casca (chá)	canoa, móveis, tábua, remédios
Cipós	<i>Philodendron sp.</i>	T, V	fibra	vassoura, pano, cestarias, enrolar
Ambé	<i>Heteropsis</i>			tabaco, cedeiras ,
Timbó	<i>jenmanii,</i>			remédio contra veneno
Jacitara	<i>Heteropsis</i>			(insetos)
Titica	<i>flexuosa</i>			remédio, lamparina
Copaíba	<i>Copaífera spp.</i>	T, V	óleo	canoa, remo, tábua
Cumarú de cheiro	<i>Dipteryx odorata</i>	T	madeira, casca (chá)	pilão, remédio
Condurú	<i>Brosimum sp</i>	V	madeira	caibro, linha, travessa (habitação) cavaco para defumar
Cupuí	<i>Theobroma</i> <i>rubiucarium</i>	T, V	fruto	Alimentação
Envireira Ferro	<i>Xylopia sp.</i>	T, V	madeira	habitação
Envireira	<i>Xylopia sp.</i>	T,V	madeira	habitação
Vassourinha				
Gameleira	<i>Ficus gomelleira</i>	V,T	leite	coalhar leite da seringueira
Garrote	<i>Brosimum utile</i>	V,T	leite	misturado com leite de seringueira
Genipapo	<i>Genipa</i> <i>americana</i>	V	fruta, madeira	alimentação, utilitário
Guariúba	<i>Clarisia</i> <i>racemosa</i>	T	madeira	canoa, tábua
Inajá	<i>Maximiliana</i> <i>régia</i>	V, T	palha	cobertura
Itaúba	<i>Mezilaurus itauba</i>	V, T	madeira	remo, embarcação, esteio de casa
Jatobá	<i>Hymenaea sp.</i>	T	casca, madeira	remédio, tábua, carvão
Louro	<i>Cordia spp.</i>	T	madeira	canoa, tabua
Massaranduba	<i>Manilkara huberi</i> ou <i>Mimusops</i> <i>huberi</i>	T,V	madeira	esteio
Mara Vermelha	?	T	madeira	canoa, tábua
Maria Preta/	<i>Diatenopterix sp.</i>	T	madeira	esteio
Coração-de-	ou <i>Zollernia</i>			
Negro	<i>paraensis</i>			
Ouricuri	<i>Covos coronata</i>	T, C	palha	cobertura de casa
Pama	<i>Pseudolmedia</i> <i>multinervis</i>	T	fruta	Alimentação
Patauí	<i>Jessenia bataua</i>	T,V	fruto, oleo	alimentação (vinho), cabelo
Pau D'arco, Ipê	<i>Tabebuia</i>	T	Casca (chá), madeira	remédio, tábua, esteio
Amarelo, Ipê	<i>serratifolia,</i>			
Roxo	<i>Tabebuia vilaceae</i>			
Paxiúba	<i>Iriarteia exorriza</i>	V,T	ripa batida	parede, assoalho
Paxiubão	<i>Iriarteia</i> <i>Ventricosa</i>	V,T	ripa batida	parede, assoalho
Piranheira,	<i>Piranhea</i>	V	madeira	estaca
Piranaúba	<i>trifoliata</i>			
Piqui	<i>Baju</i> <i>Caryocar vulgare</i>	T	fruto	alimentação

Poia	<i>Ipecacuanha sp.</i>	T	raiz	Remédio
Preciosa	<i>Aniba canelilla</i>		madeira , casca	esteio, alimentação (chá)
Pupunha	<i>Bactris gasipaes</i>	T,C	fruto	alimentação
Quina-Quina	<i>Geissospermum sericeum</i>	T	casca (chá)	malária
Seringueira (verdadeira)	<i>Hevea brasiliensis</i>	V	leite , estrumo	comercialização, utilitário, adubo/horta
Seringueira	<i>Hevea</i>	T	leite	comercialização
Itaúba (amarela)	<i>guianensis</i>			
Sorva	<i>Couma spp.</i>	T,V	fruto, leite	alimento, comercialização
Surucuína	<i>Eclipta alba</i>	T	raiz (batata)	medicação contra picadas venenosas
Taboca (vários)	<i>Bambusa sp</i>	V,T	bambú	assoalho, parede
Taxi (vermelho, bravo e preto)	<i>Tachigalia spp.</i>	V,T	madeira, casca (chá)	caibro, linha, ponte (estradas de seringa), remédio
Toarí	<i>Couratari guianensis</i>	V,T	casca (envira)	uso geral
Tucumã	<i>Astrocaryum vulgare</i>	T	fruto	alimentação
Tuturubá	<i>Pouteria sp</i>	T	fruto	alimentação
Uxi	<i>Endopleura uchi</i>	T	fruto, madeira	alimentação, carvão
Vassourinha	<i>Sida sp</i>	T,V	madeira	caibro, esteio, linha

*Local de ocorrência: T- Terra firme; V- Várzea; C- Espécie comum nas antigas capoeiras indígenas/terra preta.

Fonte: MILLIKAN, 1994.

Borracha

A extração do látex ocorre nos meses de verão (junho a dezembro). No inverno, entre os meses de janeiro e maio, período em que as chuvas são freqüentes, ocorre a elevação do nível das águas e o alagamento das estradas de seringa, situadas na várzea, impossibilitando a prática da atividade (CNPT 1998B, 1999a; ICMBio,2008d; 2008f).

As estradas de seringa são trilhas abertas na mata de aproximadamente um (1) metro de largura e que são roçadas todo ano quando em uso. Essas trilhas ligam as seringueiras dispersas na várzea, formando um caminho usualmente oval, em formato de uma gota, e que sempre termina em local próximo ao seu começo, usualmente próximo da moradia.

Essas estradas costumam ter entre 100 e 200 seringueiras, e, cada colocação normalmente possui de três a quatro estradas de seringa, dependendo da mão de obra familiar disponível (CNPT 1998B, 1999a; ICMBio,2008d; 2008f; MILLIKAN,1994).

Na época dos *patrões*, a extração do látex era iniciada de madrugada, em torno das três horas da manhã, e o látex era defumado após sua extração. Atualmente, a extração é iniciada pela manhã, e encerra-se no início da tarde, de acordo com o relato de alguns moradores estabelecidos no alto Rio Ouro Preto que ainda exploram a borracha. O látex extraído é vendido *in natura*, apenas prensado. Não ocorre mais sua defumação. Já houve momentos em que foram estimuladas a produção de látex processado em placa bruta defumada- PBD, que tinha um valor de mercado aproximadamente 30% superior à borracha prensada, o CVP- Cernambi Virgem Prensado (MILLIKAN, 1994). Atualmente, a única forma de comercialização que ocorre na região é o CVP (ICMBio, 2008d).

Os cortes nas seringueiras eram realizados de modo alternado, ou seja, a cada semana, era cortada uma estrada por dia e depois colhido o látex, seguindo a mesma ordem inicial. Quando a atividade era largamente praticada na RESEX, também eram exploradas as "falsas" seringueiras, ou seringa amarela (*Hevea guianensis*), que tem qualidade inferior, é menos elástica, quebradiça, mas é abundante na região. Ainda em 1992 os seringueiros costumavam incluir cerca de 15% de Itaúba ou "borracha amarela" na sua produção, que, ao contrário da borracha "verdadeira" (*Hevea brasiliensis*), são mais freqüentes nas terras firmes (MILLIKAN, 1992). Atualmente, a produção de látex está bem reduzida, sendo que a "borracha amarela" não é extraída de forma significativa (ICMBio, 2008d; 2008e).



Figura 3.7. Seringueira em frente ao Barracão do Pompeu e extração da borracha.

O período total estipulado de prática da atividade é entre 90 e 120 dias de corte no verão, com um trabalho aproximado de quatro a cinco dias semanais. Neste esquema, a produção total de látex por colocação usualmente girava em torno de 1000 quilos por colocação, ou seja, as seringueiras produzem uma média de 05 a 08 frascos por corte, (sendo que um frasco equivale a dois litros de látex líquido e 1,2 de látex coagulado) o equivalente a seis a nove quilos de borracha coagulada (CASTILHO, 1997; CNPT,1998B; 1999a; MILLIKAN, 1994).

Em 1992, a produção oscilava entre 100 e 2500 Kg por família, mas com uma produção média anual em torno de 987 Kg por família (MILLIKAN , 1994). Mais de uma década depois, em 2007, a produção total da RESEX, girava em torno de 4970 kg (ICMBio, 2008d).

Já foi estimulada a fabricação de outros produtos a partir da borracha na RESEX. A principal iniciativa foi o processamento de placas de borracha, na comunidade "Nossa Senhora dos Seringueiros", desenvolvida por estímulo de pesquisadores da UNIR, que capacitaram alguns moradores dessa comunidade a processar o látex por meio desta técnica. Segundo relatos locais, a iniciativa não teve continuidade por falta de mercado para escoar o produto. No passado também eram produzidos artefatos de borracha, como sapatos, bolas, sacos emborrachados, para uso local e pequena comercialização (CNPT, 1998b,CNPT,1999a; MILLIKAN,1994).

Atualmente a política de preços mínimos para produtos extrativistas do governo federal estipula que pode ser subsidiada por família até 400 Kg de borracha. Desde 2008, segundo os moradores, já houve expressivo aumento de extrativistas que retomaram o fabrico de borracha, depois de muito tempo sem praticar a atividade pelos baixos preços de mercado. A produção de borracha contabilizada em 2008 pelos moradores foi de 4.970 kg e em 2009 foi estimada em 10.000Kg.

Castanha

Também foi mencionado um possível aumento da produção de castanha por parte dos moradores. A castanha do Brasil (*Betholletia excelsa*) é, depois da seringa, o principal produto extrativista da RESEX do Rio Ouro Preto. Os "piques" de castanha costumam ficar distantes das colocações e do curso dos rios, em terras firmes (CNPT 1998B, 1999a; ICMBio,2008d; 2008f). Segundo relatos dos moradores, é uma atividade bem irregular, tanto pela variação de sua produção natural quanto pelo seu valor de mercado. Para cada

ano "bom" de castanha, segue-se dois ou três de baixa produtividade, quando as castanheiras formam poucos ouriços. Além disso, há anos que embora as castanheiras tenham produzido bem, o preço de mercado não torna a atividade vantajosa. A relativa durabilidade da castanha permite que os moradores mantenham a castanha armazenada por alguns meses antes de comercializá-la, na expectativa de conseguir um preço melhor (CNPT, 1998b, 1999a; ICMBio, 2008d; VALIANTE, 2008).



Figura 3.7. Aspecto de uma castanheira.

Quanto às quantidades, em 1992 a produção comercializada na RESEX foi estimada em torno de 13,8 toneladas de castanha (MILLIKAN,1994). Em 2006, a produção total de castanha comercializada na RESEX foi de aproximadamente 52 toneladas, comercializadas pelo valor de 1,58 reais por kg (ICMBio, 2007).

O transporte da castanha extraída ao mercado consumidor e a abertura de novos canais comerciais para escoar a produção além do município de Guajará –Mirim, foram razões recorrentes citadas pelos moradores em levantamento de campo (maio de 2009) como atuais limitantes da expansão dessa atividade.

Açaí

O açaizeiro é uma espécie típica da Amazônia, pertencente à família das palmeiras. São encontradas em áreas de várzea, matas de terra firme e em igapós (terrenos baixos, próximos a rios e igarapés, que são frequentemente inundados). É uma palmeira delgada, que pode atingir mais de 25 metros de altura, apresentando-se em forma de touceira ou indivíduos solteiros. Na Amazônia encontram-se duas espécies: *Euterpe oleracea* e *Euterpe precatória*. Possui elevada importância exploratória devido à sua constante brotação e inúmeras possibilidades de aproveitamento de suas partes.



Figura 3.9. Aspecto de um açaizeiro e comunitários debulhando açaí.

Na Resex do Rio Ouro Preto, as concentrações naturais de açaí são da espécie *Euterpe precatoria*, conhecida popularmente como açaí-solteiro, açaí-do-amazonas ou açaí-da-mata. O fruto é importantíssimo no dia a dia da alimentação e cultura da população da Amazônia. O suco ou “vinho” do açaí extraído do fruto, rico em antioxidantes e aminoácidos, vem ganhando nos últimos anos cada vez mais consumidores adeptos de produtos naturais, energéticos e saudáveis, fazendo crescer seus mercados nos grandes centros do Brasil e exterior.

Durante o ano de 2012, através do Projeto PNUD BRA 08/002- Gestão das Reservas Extrativistas Federais na Amazônia Brasileira, foi realizado um estudo sobre a

viabilidade econômica do plano de negócios e projeto produtivo da agroindústria do açaí para Resex do Rio Ouro Preto e Resex do Lago do Cuniã, ambas no Estado de Rondônia.

O objetivo geral do projeto é orientar a organização adequada das comunidades da Resex para o manejo, extração, processamento e comercialização do açaí. O estudo teve duas fases: mapeamento dos açazais dentro da Resex e avaliação do Potencial Produtivo; e levantamento da viabilidade Econômica do Plano de Negócios e Projeto Produtivo da Agroindústria do açaí.

O levantamento foi realizado nas comunidades Sepetiba, Três Josés, Floresta e Pompeu. Foram mapeados sete açazais, somando 2.951,78ha de áreas passíveis de manejo, sendo uma pequena porcentagem desta utilizada pelos beneficiários para consumo e comercialização. O valor médio encontrado foi de 59 indivíduos produtivos por hectare. Nas áreas inventariadas, um açazeiro produz em média 7,5 kg de fruto. Assim, a Resex do Rio Ouro Preto apresenta um potencial de produção de 1.303 toneladas de açaí nos 2.951,78ha de açazais mapeados. O estudo mostrou também que a espécie *Euterpe precatória* possui características ecológicas favoráveis para o manejo sustentável, tais como a alta densidade e frequência de indivíduos, permitindo geração de renda satisfatória, contemplando atuais coletores e outros grupos de coletores que possam surgir.

A análise da viabilidade econômica do Plano de negócios e Projeto Produtivo da Agroindústria do açaí demonstrou que o empreendimento é viável economicamente e financeiramente apresenta uma lucratividade positiva. O investimento fixo total do empreendimento, com a aquisição de bens de capital necessário à estruturação da agroindústria, desde a construção do prédio é de R\$ 116.475,00 (em agosto de 2012).

Concluiu-se, juntamente com os beneficiários da Resex e seus gestores, baseado no histórico de projetos na Resex, que para o sucesso do Plano de Negócios e Projeto Produtivo da agroindústria do açaí, é fundamental, que uma instituição seja contratada para organizar e capacitar os beneficiários para o trabalho cooperativo, para gestão administrativa e técnico-operacional, desde a constituição da cooperativa até o início da produção e venda do açaí. Este acompanhamento foi estimado, durante os oito meses do Plano de Trabalho, no valor de R\$ 111.340,00 (em dezembro de 2012).

Entretanto, devido à ausência de energia elétrica com tensão bifásica no interior da UC, este projeto não é viável atualmente. Sugere-se um esforço institucional e forte articulação com a Eletrobrás Distribuidora Rondônia, para que seja autorizada a alteração da tensão monofásica para bifásica em alguns pontos estratégicos no interior da UC. Para

que qualquer projeto produtivo se torne factível, é fundamental esta alteração durante a complementação do Programa Luz para Todos na UC. Por este motivo a Agroindústria do açaí, apesar de se apresentar viável economicamente, desconsiderando a questão da energia, não foi prioridade para os beneficiários da Resex no Planejamento estratégico do Plano de Manejo.

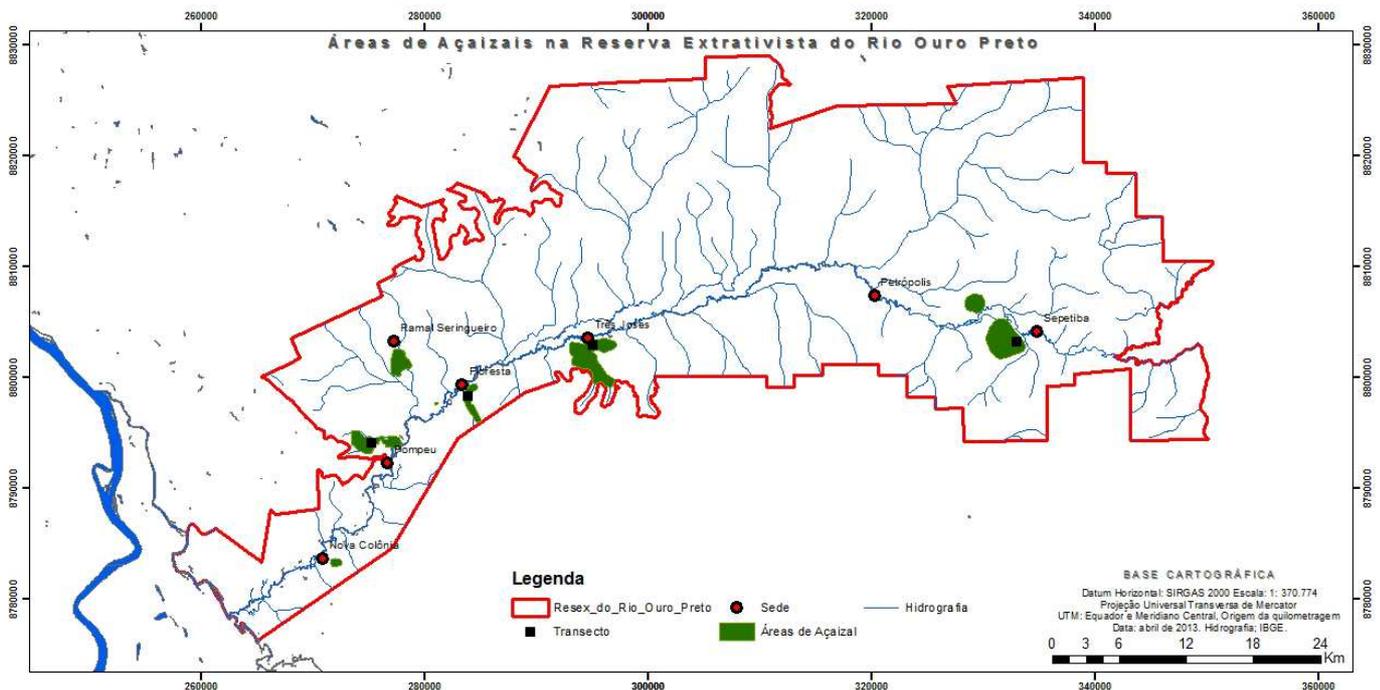


Figura 3.10. Localização dos principais açaizais na RESEX Rio Ouro Preto.

Copaíba

Por fim, sobre o uso da copaíba, foi relatado que as copaibeiras dessa região oferecem pouco potencial de retorno para os moradores, possivelmente em razão de terem sido exploradas de modo inadequado em algum momento, já que o uso incorreto das mesmas impede sua reutilização e pode mesmo levar a árvore à morte. Isso ocorre porque, após a retirada do óleo, a árvore deve ser vedada com um torno (rolha) de madeira, de modo a garantir que o caule da mesma não fique minando a seiva. Os poucos moradores que já tiraram o óleo de copaíba alguma vez relataram que, na região, elas não são muito fartas e não produzem muito óleo. Uma extração inicial gira em torno de 20 litros de óleo,

enquanto que, em outros lugares, segundo relatos de parentes e conhecidos que já exploraram o óleo de copaíba, a extração inicial de uma única árvore adulta pode chegar a 80 litros.

3.6.3 Utilização de recursos pesqueiros

A proximidade e abundância das águas e a prática da pesca são características centrais do modo de vida local.

A pesca é largamente praticada na RESEX, não apenas na calha do rio principal, o rio Ouro Preto, mas também em igarapés, baías, furos e florestas alagadas (igapós). A atividade é realizada por todos os membros da família: homens, mulheres, crianças, idosos, todos sabem pescar. Há muitos instrumentos utilizados para a sua prática, que variam de acordo com a época do ano, local de pesca, espécie desejada e disponibilidade do recurso. Entre os instrumentos, elencam-se: tarrafa, caniço, zagaia, flecha e linha.

De modo geral, a prática da pesca é mais abundante no verão local. A variação sazonal no nível da água influencia decisivamente a distribuição dos recursos pesqueiros e, conseqüentemente, os locais onde atividade de pesca é mais usual em cada período do ano. No verão, predominam as pescarias no rio principal e em lagos. No inverno, predominam as pescarias na várzea/Igapó, ou seja, em áreas de floresta alagada e ricas em matéria orgânica (ICMBio,2008d).

Em relação ao consumo de peixe na RESEX, em locais do alto rio, por exemplo, onde a oferta do recurso é farta, o consumo médio por família gira em torno de 50 Kg por mês, sendo mais abundante no verão (lagos), que, em razão da diminuição do volume de água do rio e de igarapés, promove o adensamento de peixes em espaços menores. Também em razão do menor esforço de pesca no verão, nesse período são utilizados apenas linhada (anzol), enquanto que no inverno são utilizados vários petrechos distintos de pesca: zagaia, flecha, tarrafa, espinhel, além de vários tipos de isca de frutas ou pedaços de outros peixes, minhocas e insetos, dependendo da espécie pretendida.

Se, por um lado, a pesca cotidiana é praticada por todos os membros da família, que o fazem geralmente de forma solitária, as pescarias mais longas costumam ser eventos masculinos e envolvem dois ou mais homens. Momentos em que um pequeno grupo desloca-se por uma distância maior, rumo a uma baía ou local mais distante das moradias, onde se espera encontrar maior abundância de peixe ou ainda determinadas espécies de consumo preferencial, como a Jatuarana (*Brycon spp.*).

A pesca é uma prática freqüente, quotidiana, e o peixe é consumido fresco. Em períodos de menor disponibilidade, alguns moradores pescam em locais mais distantes, geralmente baías ou lagos e conservam o pescado adquirido com sal. Também há o costume de conservar salgado o pescado para consumo quando uma família se desloca para a cidade. Algumas vezes é transportado em pequenos isopores, que não são muito eficientes no transporte por não haver gelo para a conservação do pescado.

Em relação à freqüência de pesca, nota-se uma peculiaridade das comunidades dos ramais em relação às demais. Na comunidade ramal dos Macacos, por exemplo, moradores relataram que no verão pescam com freqüência na Baía do Monte, situada na área do rio Ouro Preto, distante aproximadamente duas horas de caminhada de seus locais de moradia. Costumam ir toda semana (no verão) e pescam sobretudo traíra e tucunaré, que mantêm conservado no sal ao longo da semana.

Nas comunidades situadas à montante do Rio Ouro Preto houve relatos de que ainda é comum que se escolha a espécie pretendida para alimentação, e que não houve muita mudança no esforço de pesca nos últimos anos. Alguns moradores relataram inclusive que algumas espécies teriam até tido um ligeiro aumento populacional naquela área desde que a RESEX foi criada até atualmente, a exemplo da Jatuarana.

Por outro lado, nas comunidades situadas mais a jusante do rio Ouro Preto, há percepção de que tenha ocorrido uma diminuição dos recursos pesqueiros nessa área. Dentre as razões atribuídas à diminuição de peixe nas comunidades do baixo curso do rio Ouro Preto, elenca-se a sua superutilização, em razão de sua utilização pelas comunidades da "linha seca", e também devido à presença de forasteiros, que vêm pescar na região do Pompeu, por ser a região do Rio Ouro Preto de fácil acesso por via ramal.

As comunidades situadas na "linha seca" (nos ramais) dispõem apenas de igarapés intermitentes (não perenes) para pescar, sendo que, nas épocas em que estão fluindo, a pesca disponível se restringe à Traíra (*Hoplias sp.*) e, com menos freqüência, Piau (*Leporinus spp. e Schizodon spp.*). Por essa razão, os moradores dessas áreas também costumam se deslocar para alguma baía ou lago próximo ao Barracão do Pompeu, na altura do baixo rio Ouro Preto, para pescar.

Ainda de acordo com a percepção dos moradores, uma outra razão atribuída à uma possível diminuição dos estoques pesqueiros, tanto nas comunidades à montante quanto à jusante do rio Ouro Preto, seria o aumento da população de ariranhas (*Pteronura brasiliensis*).

Quando perguntados sobre os peixes mais consumidos, foram obtidas as respostas elencadas abaixo.

Tabela 3.7. Peixes mais consumidos na RESEX do Rio Ouro Preto/RO

Nome Comum	Nome Científico
1. Jatuarana	<i>Brycon spp</i>
2. Surubim	<i>Pseudoplatystoma sp</i>
3. Piau	<i>Leporinus spp.</i> <i>Schizodon spp.</i>
4. Piranha Branca	<i>Serrasalmus spp.</i>
5. Pacu	<i>Myleus spp.</i> <i>Mylossoma spp.</i>
6. Traíra	<i>Hoplias sp.</i>
7. Tucunaré	<i>Cichla sp.</i>
8. Mandí	<i>Pimelodus spp.</i> <i>Rhamdia spp.</i>
9. Branquinha	<i>Potamna spp.</i>
10. Cará	<i>Geophagus spp.</i> <i>Satanoperca spp.</i>
11. Curimatã	<i>Prochilodus spp.</i>

Fonte: Levantamento de campo, maio de 2009.

Dentre essas espécies mais consumidas, as mais apreciadas são Jatuarana (*Brycon spp.*) e Surubim (*Pseudoplatystoma sp*). Todas as espécies são capturadas no verão, e algumas durante o ano todo (Mandi, Pacu e Piau). Já a Jatuarana (*Brycon spp.*) é capturada predominantemente no inverno (com espinhel), na floresta alagada (igapó).

A técnica de pesca com espinhel, anzóis amarrados em linhas que ficam dispostas ao longo de uma corda esticada horizontalmente e amarrada na vegetação que margeia furos ou mesmo dispostos ao longo do rio principal, ocorre predominantemente no inverno, quando é mais difícil a prática da pesca pela elevação do nível da água e aumento do ambiente aquático, promovendo a dispersão dos peixes nos igapós. Quando as águas baixam, é comum ver esses "varais de anzóis" (espinhel), que permanecem muitas vezes amarrados, sem utilidade, até o próximo inverno.

O espinhel é o apetrecho de pesca utilizado na região que é alvo de muita controvérsia. De acordo com a portaria N° 466 da SUDEPE, de 8 de novembro de 1972, em seu artigo 2º, item g:

Artigo 2º No exercício de pesca interior fica proibido os seguintes aparelhos :

g) espinhel, cujo comprimento ultrapasse 1/3 da largura do ambiente aquático e que seja provido de anzóis que possibilitem a captura de espécies imaturas;

A instrução normativa do IBAMA Nº 43, de 23 de julho de 2004 limita, mas não proíbe o uso do espinhel, conforme o artigo 1º, VI (repetindo o texto do art. 2, item g da portaria SUDEPE Nº 466)

Art 1º- Proibir, no exercício da pesca em águas continentais, o uso dos seguintes aparelhos e métodos:

VI- espinhel, cujo comprimento ultrapasse a 1/3 da largura do ambiente aquático e que seja provido de anzóis que possibilitem a captura de espécies imaturas.

O Decreto Nº 10227 de 12 de dezembro de 2002 do estado de Rondônia regulamenta a Lei 1038 e é mais restritivo quanto ao uso desse apetrecho, em seu artigo 1º, VI estabelece que:

Art 1º- Para efeito desse regulamento, a utilização dos seguintes apetrechos, métodos, aparelhos, técnicas e circunstâncias serão considerados proibidos por ser predatório: (...)

VI- arpão, covo, espinhel e tarrafas de qualquer tipo;

Embora classificado como proibido pela citada legislação estadual, a utilização desse petrecho de pesca (espinhel) na RESEX é tolerada mediante entendimento de que é uma técnica tradicional da cultura local, sendo assegurada no Acordo de Gestão, com base na lei Nº 9985 de 18 de julho de 2000, que estabelece em seu artigo 18:

Art. 18. A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade;

É importante ressaltar, entretanto, que o uso de petrechos tradicionais de pesca pelos moradores deverá estar em consonância com a manutenção dos recursos naturais da unidade.

Quanto às áreas onde há espinhéis, respeita-se o direito de quem se apropriou primeiro do local. Por outro lado, há um entendimento de que ninguém vai colocar seus espinhéis ou tarrafa na frente da morada de outrem, e sim em suas próprias vias de acesso à localidade (furos, igarapés, etc) ou em locais "neutros". Isto é, locais que não tenham um habitante imediato, como por exemplo, as margens mais distantes do lado oposto onde está estabelecida a comunidade, trechos de igapó que não possuem moradores próximos, ou lagos, baías, canais (informações obtidas em levantamento de campo, maio de 2009).

Alguns moradores manifestaram ainda o desejo de praticar a pesca comercial, ou a criação de peixes. Outros mostram-se preocupados com o futuro da disponibilidade destes recursos frente à sua crescente utilização.

Quanto a tabus alimentares, definidos como regras sociais baseadas no costume que definem usos de alguns recursos por comunidades humanas (PEZZUTI, 2004) observamos que, embora a Jatuarana (*Brycon spp.*) e o Surubim (*Pseudoplatystoma*) sejam os peixes mais preferidos na região, eles também são considerados "reimosos" (fortes). Por essa razão, são evitados em algumas situações (como resguardos de picadas de cobra, pós-parto, entre outras situações específicas). Segundo depoimentos, na região, em geral são considerados "reimosos" os peixes "feras", ou seja, que são carnívoros e agressivos e alguns peixes de couro (que não possuem escamas).

3.6.4 Utilização de fauna

Depois da pesca, a caça é a principal forma de obtenção de proteína animal na reserva. É uma atividade predominantemente masculina, embora tenham sido relatados alguns casos de "caçadoras".

A prática dessa atividade é semanal ou quinzenal. A variação da intensidade da atividade ocorre em função das épocas do ano em que estes recursos são mais abundantes, ou que o esforço de caça é menor (pela facilidade de encontrar a caça em determinados locais, como os barreiros), ou ainda, em períodos em que a pesca esteja muito difícil.

As caçadas costumam ser solitárias ou em grupo (neste caso, planejadas, ocorrem em uma área mais distante da comunidade). Algumas espécies são espreitadas em barreiros (locais onde há sal no barro que atrai alguns animais, como as antas), outras são pegas nas roças (por exemplo, cotias- *Dasyprocta spp*) ou circulando pelos caminhos de acesso às roças, (por exemplo, queixadas- *Tayassu pecari*) e ainda outras mais frequentemente circulando pela floresta, em área de terra firme (por exemplo, veado "roxo"- *Mazama guazoubira*). Foram ainda relatados casos de caça ocorridas nas margens de rios ou no próprio cursos do rio, animais atravessando a nado, ou sobrevoando as águas, por exemplo patos (*Cairina moschata*).

Segundo relatos de moradores, tudo indica que a disponibilidade de caça é maior nas comunidades situadas na região do alto Rio Ouro Preto, por razões semelhantes àquelas apontadas para explicar a maior disponibilidade de pesca nessa região. Ou seja, o menor número de pessoas que moram nessa região, e a maior dificuldade de acesso, que, por sua vez, estaria associada à diminuição da prática de caça por forasteiros.

Quanto às técnicas utilizadas para caça, muitos moradores possuem ao menos uma espingarda, e o mais usual é a caça a tiros, ou a "espera", armadilha feita a partir do cano da espingarda engatado e segurado por um barbante, instalado nos caminhos usuais dos animais que se pretende abater.

Também foram relatados casos de caça "acuada" com porretes, paus, quando encontrada de modo casual (ou seja, sem que os moradores tenham saído com intenção de caçar). Por exemplo, um animal atravessando o rio a nado ou cruzando trilhas e caminhos reais utilizados pelos moradores. Animais de grande porte, como a anta e a queixada, são invariavelmente abatidos com arma de fogo. Não foram mencionados nem observados cães de caça na área da RESEX, embora tenham sido observados alguns cães domésticos (4), que, segundo seus donos, só sabem "enfeitar e latir".

Segundo relatos locais, alguns animais deixam rastros, e por essa razão são perseguidos mais facilmente. Entre estes, foram citados: queixadas, que sempre andam em bandos e deixam trilhas por onde passam na mata, catetos, antas e veados também deixam alguns rastros, porém mais discretos.

Também é muito comum os animais visitarem "barreiros", locais onde são atraídos pela lama salgada, que ingerem. Os "barreiros" são locais onde se formam "poças", por vezes situados na região das cabeceiras de igarapés, e em menor frequência, nas margens do igarapé. Nesses locais, o solo não possui vegetação, e é constantemente visitado por

animais e pisoteado, formando um lamaçal. Também pode ocorrer a presença de árvores frutíferas nesses locais, tornando-os ainda mais atrativos para os animais.

Além desses locais de "cevas naturais", ou seja, locais onde os animais vão se alimentar pela existência de fruteiras naturais e barreiros, foi também descrita pelos moradores a ocorrência de caça com "ceva", ou seja, trata-se do ato do próprio morador levar milho, frutas, palha de farinha de mandioca fresca - localmente conhecida como "crueira" - para atrair os animais para caça. Foram observados alguns locais, próximos a igarapés, onde há já uma escada em uma árvore e uma tábua fixada no galho logo acima do local da "ceva" pra que o caçador fique à espreita da caça, munido de espingarda.

Os animais citados como os mais regularmente caçados foram: queixada (porcão), porquinho (caititu), veado capoeira, veado roxo, Mutum, Tatu (*Euphractus sexcintus*), paca (*Aguti paca.*), Cutia (*Dasyprocta aguti*), Jacu (*Penélope ochrgaster*), patos (*Cairina moschata*). Também foi relatada a caçada, em menor frequência (que, segundo os moradores, seria em função da menor ocorrência desses animais) dos seguintes animais: Jacaré, Cujubim, Urumutum, Macaco Preto, Macaco Velho (Paruacu), Macaco Guariba (Capelão), Macaco de cheiro (mão-de-ouro), Arara, Tucano e Anta.

Durante o levantamento de campo, em maio de 2009, foram ainda citados pelos moradores o abate de alguns animais silvestres que estariam predando animais domésticos por eles criados. Entre eles, foram citados sobretudo várias aves de rapina (gaviões e águias), alguns felinos (onça pintada, gato do mato), além de, mais raramente, cachorros-do-mato e pequenas raposas. Também foi mencionado o abate preventivo de cobras (sucuri- *Eunectes murinus*; jibóia). Foi citado também o abate de um gavião real (*harpia*), espécie vulnerável à extinção, e a ocorrência da espécie na região das comunidades do baixo rio Ouro Preto, indicando a urgência de trabalhos de educação ambiental e acesso a informação no local.

Em 2007 foi aplicado pelo ICMBio um questionário junto à população local. Quando perguntados sobre "qual a melhor época para caçar", 51% responderam "no verão" e 25% "no inverno". Quanto à área de caça, quando perguntados "onde realizam suas caçadas no verão", 37% respondeu que em terra firme, 35% respondeu que na várzea, 12% no roçado, 5% na estrada de seringa, 5% na capoeira e 5% no castanhal. Já no inverno, 62% respondeu que realizam suas caçadas em terra firme, 5% na várzea, 2% no roçado e 1% na capoeira. Sobre o já mencionado abate preventivo de animais silvestres, quando perguntados se "existem espécies de animais silvestres causando danos aos animais

domésticos ou plantações na sua colocação", 81% respondeu "sim", e 12% respondeu "não". Por fim, quando perguntados se "existem espécies de caça que estão desaparecendo da floresta", 69% respondeu afirmativamente e 18% respondeu negativamente (ICMBio, 2008d).

Abaixo estão as espécies que foram costumeiramente caçadas pelos moradores, no ano de 2009. É interessante lembrar que há variações de disponibilidade de cada espécie ao longo das várias comunidades RESEX e também nos diferentes períodos do ano.

Tabela 3.8. Espécies caçadas na RESEX (2009).

Espécies caçadas	
Nome popular	Nome científico
Caititu (porco)	<i>Tayassu tajacu</i>
Cotia	<i>Dasyprocta ssp</i>
Macaco prego	<i>Cebus apella</i>
Mutum	<i>Mitu mitu</i>
Paca	<i>Agouti paca</i>
Veado capoeira	<i>Mazana americana</i>
Veado roxo	<i>Mazana guazoubira</i>
Anta	<i>Tapirus terrestris</i>
Capivara	<i>Hydrochaeris hydrochaeris</i>
Queixada (porção)	<i>Tayassu pecari</i>
Macaco preto	<i>Ateles pauciscus</i>
Macaco guariba (capelão)	<i>Alouatta seniculus</i>
Macaco de cheiro (mão de ouro)	<i>Saimiri ustus</i>
Inhanbu (Nambu)	<i>Crypturellus</i>
Tatu	<i>Dasypus novemcinctus</i>
Cujubim	<i>Pipile cujubi</i>
Jabuti	<i>Gerochelone carbonaria</i>
Jacu	<i>Penelope ochrogaster</i>
Arara	<i>Ara spp.</i>
Tucano	<i>Pteroglossus sp.</i>

Fonte: Levantamento de campo, maio de 2009.

Ainda quanto às espécies mais preferidas para caça, tudo indica que, quando os moradores saem especificamente para caçar, esperam encontrar animais de grande porte, como os mamíferos já citados. Pequenos mamíferos e aves são e pequeno porte tendem a ser capturados de modo ocasional, ou seja, pega-se um mutum ou um tatu quando aparecem no caminho, não se vai "à caça" atrás deles. Ainda a esse respeito, os moradores queixaram-se da dificuldade em conseguir munição para suas espingardas em Guajará-Mirim. A maioria deles disse comprar cartuchos bolivianos, cujo preço oscila entre dois e

quatro reais a unidade, em maio de 2009. Esse fato faz com que os moradores pensem antes de decidir abater um animal muito pequeno à bala.

Quanto aos tabus alimentares, foram mencionadas algumas restrições ao consumo de alguns peixes (já citados) e animais na região. O mais notável deles, é o tabu em relação ao consumo de Ariranha (*Pteronura brasiliensis*), cuja simples menção de consumo de sua carne causa horror aos moradores, e que, também por essa razão, segundo percepção dos mesmos, estaria associada à superpopulação desse animal na Unidade. Quando indagados sobre o porque de não consumir a carne deste animal, respondem que ela tem mau-cheiro e é muito dura e "reimosa" (forte).

Foi também relatado que, embora a capivara ocorra na região, ela é raramente consumidas na RESEX, e não é uma caça muito apreciada, por possuir cheiro forte, "pitiú".

No passado, o controle do tamanho da população das Ariranhas ocorria pela prática do abate para venda de sua pele e couro, então muito valorizados, não apenas na RESEX Rio Ouro Preto, mas em várias outras regiões amazônicas ocupadas por seringueiros (CNPT,1998b; 1999a; MILLIKAN,1994; SILVA, 2000). Atualmente, segundo os moradores, além de ser proibido seu abate e venda, não há mercado disponível para comercialização da pele deste animal. Muitos moradores acreditam também que a diminuição de peixes em algumas regiões da RESEX estaria relacionada ao suposto crescimento dessa população, sem que o mesmo esteja relacionado ao não-abate.

A arraia (provavelmente *Potamotrygon motoro ou hystrix*), que, segundo relatos, aparece com raridade na região e as cobras sucuri e jibóia (respectivamente, *Boa constrictor e Eunectes murinus*) foram também indicadas como animais que oferecem perigo, de ocorrência na região. Além de não-comestíveis, são concebidas como animais sujos, venenosos, "feras", absolutamente "reimosas".

Por fim, cabe mencionar algumas particularidades envolvendo o consumo de alguns dos animais citados. Embora mais de uma espécie de macaco tenha sido citada como espécie freqüente, muitos disseram que, embora apreciem o sabor de sua carne, não gostam de comê-lo, por sua semelhança física ao ser humano. Outros argumentaram que só o consomem "em último caso", na impossibilidade de encontrar outra carne. Enfim, tudo indica que sua caça é ocasional, ou seja, não se sai para caçar macacos, os mesmos só são abatidos quando encontrados casualmente. Entre eles, os mais freqüentes são os macacos prego (*Cebus apella*).

Outra informação interessante é que, observando as informações coletadas durante levantamento de campo em dezembro de 1992, dispostas em Millikan (1994), nota-se que, embora os animais citados como de ocorrência freqüente tenham sido os mesmos da lista acima, obtida partir de levantamento em maio de 2009, de acordo como depoimentos, tudo indica que houve mudanças expressivas nos últimos anos em relação aos animais mais caçados, seja em razão da diminuição da sua ocorrência, seja em função de mudança das preferências, como por exemplo a diminuição do consumo de macacos, citada por muitos moradores.

Por fim, é importante observar que as comunidades da chamada "linha seca", ou seja, Pompeu, ramal dos Seringueiros e ramal dos Macacos, por não estarem à beira do curso d'água, e disporem apenas de igarapés não perenes (que secam durante o verão) dependem mais intensamente da prática da caça. Além disso, nas comunidades da linha seca, há uma maior facilidade de circulação de pessoas que moram nas áreas de entorno ou de ocupação não tradicional, destacadamente o setor Cachoeirinha. Segundo os moradores, já foram observadas muitas vezes caçada com cachorro por parte de amigos ou conhecidos destes moradores na área da RESEX, contribuindo para a diminuição desses recursos, de modo que, em termos de vulnerabilidade em relação à ocorrência de caça, tudo indica que as comunidades dos ramais são as mais ameaçadas.

Cabe mencionar que, segundo moradores, os índios das Terras Indígenas localizadas nas áreas próximas da Reserva mantêm o costume de ir caçar nas áreas da RESEX, e que esse fato poderia estar impactando a disponibilidade de caça para os moradores, uma vez que, segundo eles, os índios tem mais habilidade para caçar e costumam pegar um grande volume de animais de uma só vez, por exemplo queixada, que costuma andar em bando, geralmente os índios costumam caçar o bando inteiro.

De modo geral, a caça e a pesca são mais fartas e/ou exigem menor esforço no verão. Entretanto, nas comunidades onde a terra firme e as moradias são mais distantes do leito do rio principal, ocorre o contrário em relação à pesca. Isto é, no inverno, com o transbordamento do rio, a água chega até as proximidades das moradias, de modo que fica mais fácil caçar, e mais difícil pescar, exceto Jatuarana. Já no verão, os animais ficam mais dispersos no ambiente, e no inverno, eles se aproximam das casas para beber água. Com os peixes, no entanto, salvo a citada exceção acima, ocorre o contrário, ou seja, se dispersam no inverno, com o transbordamento do leito dos rios nos igapós, e concentram-se no verão, quando a água "baixa", principalmente me baías e lagos.

3.6.5 Criação de Animais

Grande parte das famílias residentes na RESEX possuem animais de criação para consumo doméstico e em alguns casos, animais silvestres de estimação. Usualmente, apenas não criam animais aquelas famílias que têm o hábito de permanecer por períodos prolongados em Guajará-Mirim ao longo do ano.

As criações mais frequentes são as galinhas, em seguida têm-se patos (foi citado que os patos domésticos eventualmente se reproduzem com os patos silvestres) e marrecos. Em períodos do ano tidos como "bons" de caça ou pesca, as galinhas são mantidas como uma espécie de "reserva", ou seja, são consumidas preferencialmente em dias em que a caça ou pesca "falhou", ou ainda, usualmente quando recebem visita.

Como já foi mencionado, quem tem "pintinhos" fica sempre à espreita das aves de rapina, que, segundo os moradores, se não forem combatidas, são capazes de acabar rapidamente com a ninhada. Assim, os moradores tentam exterminar essas aves (águias e gaviões, não foram especificados nomes), que "atacam" as galinhas e suas crias durante o dia, enquanto estão ciscando no terreiro. À noite, costumam fechar as criações em galinheiros, para evitar ataques de raposas, gatos ou cachorros do mato, que também são combatidos muitas vezes através de "esperas" (armadilhas improvisadas com uma das partes da espingarda).

Outras criações menos frequentes observadas foram: alguns carneiros, na comunidade ramal dos macacos (linha seca), porcos, alguns coelhos de estimação (comunidade floresta), um cavalo (comunidade Divino Espírito Santo) e alguns gatos e cachorros, em várias residências (menos de dez).

São comuns, animais silvestres de estimação. Foram observados louros, araras e macacos nessa condição. Normalmente, são mantidos como animais domésticos até sua adolescência, momento em que ficam "arredios" ao trato, e que então costumam fugir, ou ser abatidos, mas nesses casos, normalmente não são consumidos.

3.7 Aspectos econômicos

Atualmente, a base da economia local é a produção de farinha de mandioca, e de forma complementar, a extração do látex e da castanha. A economia doméstica também é

complementada pela caça, pesca e criação de pequenos animais que compõem a alimentação, sendo que, usualmente não envolvem ganho em moeda.

Embora legalmente as RESEX se definam como áreas onde predominam atividades extrativistas, nos últimos anos, grande parte dessas reservas, incluindo a Rio Ouro Preto, não tem mais o extrativismo como a base de sua economia. Essa mudança deve-se principalmente à queda do preço da borracha, associada à falta de subsídios governamentais suficientes para manter a atividade como principal geradora de renda (ALMEIDA,2003;2004; CNPT,1998b, 1999a; CUNHA,2002; ICMBio,2008d; SILVA, 2000).

Desde o momento da criação da Unidade, em 1990, até hoje em dia, tem gradualmente ocorrido uma inversão dessas estratégias de sobrevivência na RESEX, de modo que, atualmente a atividade predominante de geração de renda é a agricultura familiar, centrada no plantio de mandioca e processamento em farinha, que é vendida nos mercados locais de Guajará-Mirim (CNPT,1998b, 1999a; ICMBio,2008d).

Atualmente, o subsídio governamental disponível é de 1,50 reais por quilo de látex, podendo alcançar o teto de até 200 kilos por família e alcança um valor de mercado em média de 2,70 reais por kg. Segundo os moradores, além do valor ser reduzido, há uma série de dificuldades burocráticas para acessar este financiamento que acaba desestimulando sua prática.

Foram observadas expressivas diferenças entre as comunidades a montante e a jusante do rio Ouro Preto em relação às práticas econômicas predominantes. Essas diferenças referem-se principalmente à intensidade do extrativismo. Grosso modo, retira-se mais látex nas comunidades a montante do Rio Ouro Preto do que nas comunidades à jusante. As comunidades à jusante, por terem maior facilidade de escoamento da farinha (transporte mais barato devido à menor distância da cidade de Guajará-Mirim em relação às demais comunidades do "alto" rio), possuem produção agrícola maior e de maior importância na composição das estratégias de sobrevivência dos moradores locais. Nas comunidades "da linha seca", criadas em 2003, que não estão dispostas ao longo das margens do rio Ouro Preto, por não possuírem várzea, local de ocorrência de seringueiras, nelas não ocorrem atividades extrativistas relacionadas à extração de seringa, predominando também a agricultura voltada para a produção de farinha de mandioca.

Quanto à produção de farinha de mandioca, a atividade é feita através de mão de obra familiar, e é escoada nos mercados de Guajará-Mirim. As famílias produzem ao longo

de todo o ano, de modo irregular, em quantidades que flutuam de acordo com as variáveis: valor de mercado da farinha, necessidade da família, mão de obra disponível, produção da roça de mandioca, acessibilidade dos rios (em algumas localidades, os rios e igarapés secam ou ficam bastante restritos à navegação alguns meses por ano). No momento deste levantamento, no primeiro semestre de 2009, o preço da saca de sessenta quilos de farinha oscilava entre 30 e 80 reais para venda aos mercados de Guajará-Mirim.

A falta de uma cooperativa e de documentação específica impede que essa produção seja escoada para outros mercados além daqueles situados neste município, o que, segundo os moradores, poderia ser uma alternativa para escoar a farinha produzida na RESEX por preços melhores já que, segundo eles, em Guajará-Mirim, o mercado de farinha estaria inflacionado devido à grande oferta do produto também largamente produzido pelos indígenas da região (terra indígena Uru-Eu Wau-Wau e Pacaás Novos).

Além disso, outro fator apontado pelos moradores como responsável pelos baixos lucros obtidos com a venda de farinha pelos moradores é que o escoamento dessa produção da RESEX para Guajará-Mirim costuma encarecê-la bastante, e, segundo relatos dos mesmos, é uma das principais razões pelas quais a RESEX possui mais moradores atualmente fixados em seu baixo curso e linha seca do que à montante do rio, uma vez que a atividade agrícola predomina na unidade como estratégia de sobrevivência.

Além da mandioca, outros produtos agrícolas são produzidos e comercializados localmente ou em pequena escala, destacadamente o arroz, café e milho. Abaixo, segue produção agrícola levantada a partir de dados de 2006 (ICMBio, 2008d).

Tabela 3.9 Produção agrícola na última safra registrada (2006)

Produto	Qnt. Produzida (KGs)	Valor Total
Farinha de mandioca	351980	R\$360.043,80
Arroz	34280	R\$16.065,60
Milho	24810	R\$9.107,60
Feilão	1580	R\$1.900,00
Banana	2100	R\$2.100,00
Café	8334	R\$9.184,20
Melancia	300	R\$1.085,00
Abacaxi	500	R\$500,00
Limao	140	R\$210,00
Feijão de corda	300	R\$450,00
Banana Branca	200	R\$200,00
Pimenta do reino	3	R\$11,40

Fonte: Levantamento socioeconômico realizado pelo ICMBio (2008d) tabulado

por VALIANTE (2008).

Entre os produtos extrativistas da safra 2006, foram citados:

Tabela 3.10 Produção extrativista veg. e da silvicultura da última safra registrada (2006)

Produto	Qnt. Produzida	Valor Total
Castanha	51964	R\$82.860,61
Borracha	4970	R\$8.246,50
Mel	301	R\$3.206,00
Copaíba	257	R\$1.542,00
Biojóia	1298	R\$8.704,00
Açaí	137	R\$243,88
Semente da pachiuva	2	R\$40,00
Caroço tucumã	8	R\$120,00
Farinha babaçu	25	R\$750,00
Passoca babaçu	16	R\$800,00
Óleo babaçu	7	R\$350,00

Fonte: Levantamento socioeconômico ICMBio em 2007 tabulado por VALIANTE (2008).

Das 170 famílias entrevistadas em 2007, 7% disse produzir ainda mel, totalizando 301 Kgs na safra 2006 (ICMBio,2008d). Foram ainda relatadas outras fontes de renda de forma isolada por alguns moradores, como a produção de biojóias, e a extração do óleo de babaçu, dentre outros produtos deste mesmo vegetal, surgidos de uma experiência da UNIR, em um projeto de energia alternativa e desenvolvimento de alternativas de renda desenvolvida na comunidade Nossa Senhora dos Seringueiros, situada no baixo Rio Ouro Preto. Também foi relatada a extração de óleo de copaíba para comercialização (ICMBio,2008d; VALIANTE, 2008).

Organizando as principais atividades produtivas ao longo do ano, tem-se o seguinte:

Tabela 3.11 Calendário de atividades dos moradores da RESEX Rio Ouro Preto/RO.

Atividade	Inverno						Verão					
	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out
Borracha												
Limpeza de estradas								X				
Conserto de Barraco								X				
Extração (corte)	X	X						X	X	X	X	X
Entre-safra (borracha Itaúba) ⁵			X	X	X	X	X					

⁵ A única diferença expressiva observada nos dois momentos, referente ao calendário de atividades, é que no levantamento de MIIKAN (1994), foi observado extração da borracha Itaúba (*Hevea Guianensis*) no

Castanha-do-Brasil		X	X	X								
Copaíba			X	X	X	X	X					
Agricultura												
Broca ou roçada						X						
Derrubada							X					
Queimada									X			
Plantio de Milho											X	
Plantio de Mandioca	X	X	X	X							X	X
Plantio de arroz	X											X
Colheita de arroz				X	X							
Colheita de milho				X	X							
Plantio de feijão				X	X							
Colheita de feijão							X	X				
Caça	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Pesca												
Pesca de rios e bahias (verão)	X	X						X	X	X	X	X
Pesca na várzea (enchente)		X	X	X	X	X	X					

Fonte: MILLIKAN, 1994; atualizado por novo levantamento de campo em maio de 2009.

Entre as famílias que trabalham na extração do látex, o fazem entre os meses de junho a novembro, com uma certa oscilação, tendo sido relatado que, até dezembro ainda é possível extraí-la só que, usualmente, os extrativistas costumam vender sua produção já em novembro. Alguns seringueiros disseram eventualmente não extrair o leite em agosto, época da floração da seringueira, por diminuir a produtividade nessa época e prejudicar a produção futura da árvore (a árvore fica com pouca resina).

O conserto de casas, limpeza de estradas de seringa e colheita de feijão também costumam ocorrer no início do verão, em junho.

Já a limpeza ("broca") e derrubada de novas áreas de roça em área de floresta ou capoeirão ocorrem no final do inverno, nos meses de abril e maio. Após a derrubada da vegetação, a mesma é deixada secar por um período que oscila entre dois a quatro meses, dependendo da densidade da vegetação que foi derrubada, para então se atear fogo, geralmente nos meses de agosto ou setembro.

O plantio de uma nova roça de mandioca, geralmente é a partir de setembro, podendo ocorrer até o final do inverno, em fevereiro. Quanto aos outros cultivos, todos são no inverno, sendo o milho é plantado em setembro, o arroz em outubro ou novembro, o

período da entressafra da borracha verdadeira (*Hevea brasiliensis*) entre Janeiro e maio, e no último de campo, em maio deste ano, constatou-se que não há mais extrativismo de Itaúba em nenhum momento do ano.

feijão em fevereiro e março. Quanto à colheita da mandioca, ela ocorre durante todo o ano, de acordo com a demanda de produção de farinha e a mão de obra familiar disponível. Já o milho é colhido em setembro, e o arroz entre fevereiro e março.

A caça, e a pesca ocorrem durante todo o ano, embora a primeira seja mais intensa no inverno e a segunda, mais intensa no verão. Outra peculiaridade é que no verão, a pesca ocorre em rios e baías, e no inverno ocorre na várzea (floresta alagada/Igapó).

Quanto à utilização de crédito rural, 84% dos moradores responderam que já utilizaram, sendo que alguns deles possuem mais de uma fonte de crédito, sendo 78% verba do INCRA, 55% do Banco do Brasil, 11% do banco da Amazônia (BASA) e 6% da EMATER (ICMBio, 2008d).

Quando perguntados sobre qual a utilidade do crédito, 59% responderam que já utilizaram crédito para atividades agrícolas, 3% para atividades extrativistas e 78% para benfeitorias. Este último item refere-se principalmente ao programa de construção de habitações ocorrido na RESEX.

Quanto à comercialização da produção extrativista, 8% responderam que é através da associação, 3% comércio local, 40% comércio na cidade, 3% regatão e 43% responderam "outros". Em relação à comercialização da produção agrícola, 72% responderam que negociam diretamente no comércio na cidade, e outros 26% responderam "outros" (ICMBio, 2008d).

Em relação ao meio de transporte utilizado para o escoamento da produção agrícola e extrativista, 80% disse ser através de caminhão ou caminhonete; 62% barco, 5% ônibus, 6% carro pequeno, 6% carroça/cavalo. É importante observar que, grande parte dos que responderam "caminhão ou caminhonete" também fizeram uso de "barco" até determinado trecho da RESEX (ramal do Pompeu) para então acessarem os ramais (estradas) que levam a Guajará-Mirim.

Cabe ainda mencionar comentários surgidos por muitos moradores sobre a dificuldade de manter uma segunda moradia na cidade. Muitos moradores gostariam de buscar alguma atividade complementar de melhoria de renda ao menos em parte do ano, mas que não o fazem por falta de condições financeiras para tal, já que a vida na cidade é mais cara, principalmente para os que não possuem residência própria.

Comentou-se ainda que, estando na Reserva, embora nem sempre haja ganho em espécie (em dinheiro), sempre é possível obter alimentação no lugar (peixe e caça) e

farinha. Principalmente as famílias mais extensas, passam dificuldade quando necessitam passar alguns dias o município de Guajará-Mirim.

Também foram recorrentes comentários sobre os altos custos de deslocamento dos moradores. Mesmo permanecendo morando na RESEX, já que necessitam se deslocar com uma certa frequência - usualmente em intervalos de um a dois meses – para a cidade, com o objetivo de vender farinha de mandioca produzida e os demais produtos.

3.8. Situação Fundiária

O Decreto N° 99.166 de 13/03/1990, criou a Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, com uma área total de 204.583 hectares, inserida integralmente na Gleba Samaúma, esta com tamanho total de 1.939.900 ha, discriminada e arrecadada administrativamente pelo INCRA, através do processo N° 4877/77 e matriculada em nome da União Federal no cartório de registro de Imóvel da Comarca de Guajará-Mirim, sob o número 321 às fls.21 do livro 2-A , em 13/01/1978 com fulcro na portaria INCRA/P/N° 1520 de 22/02/1977.

Para efeito de ordenamento da estrutura agrária, O INCRA, visando facilitar a administração da política fundiária de então, diante da grande extensão da Gleba Samaúma, fez uma subdivisão em Setores (CNPT,1999b). No caso da RESEX do Rio Ouro Preto, constam os Setores Pacaás Novos, Bom Sossego, Cachoeira, Serras, Bananeiras e Evandro da Cunha, os quais são subdivididos em subglebas identificadas numericamente como Glebas de Setor (Anexo B9).

Quando da criação da RESEX Rio Ouro Preto, os levantamentos ocupacionais e fundiários, detectaram 521 lotes titulados (no âmbito do programa de colonização “Soldado da Borracha”), abrangendo uma área de 126.391,10 hectares; 13 lotes acobertados por Contrato de Promessa de Compra e Venda (CPCV) outorgados pelo INCRA; 76 lotes em fase de regularização fundiária, cujos processos administrativos tramitavam com vistas a concessão dos respectivos Títulos de Propriedade; e mais 150 lotes tidos como simples ocupação, em fase de reconhecimento das áreas individuais pretendidas; além de 20 lotes vagos, embora demarcados (CNPT, 1999b).

Programa Soldado da Borracha

Em 1982, o INCRA loteou, em propriedades de aproximadamente 240 hectares, uma grande área da gleba Samaúma, dentro da atual RESEX do Rio Ouro Preto. O referido

loteamento foi um projeto do Coronel Jorge Teixeira de Oliveira, governador do então Território Federal de Rondônia, junto com o INCRA, cujo objetivo era indenizar com Títulos de terra pública, os antigos seringueiros, conhecidos como Soldados da Borracha, uma vez que estes nunca receberam indenizações financeiras pelo serviço prestado a pátria, quando chegaram na região resultado de uma convocação do Estado para abastecer de borracha os Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial.

Em Guajará Mirim, a maioria dos “beneficiários” do projeto “Soldados da Borracha” nunca tomaram posse em sua propriedade, devido a localização em áreas isoladas, com baixa aptidão agrícola, sem estradas ou outra infra-estrutura. Evidentemente, os seringueiros idosos, de poucos recursos financeiros, dificilmente se tornariam agricultores ou pecuaristas, objetivo desta destinação fundiária. Assim, a grande maioria dos lotes dos “Soldados da Borracha” foi vendida a preços irrisórios para especuladores de terra (MILLIKAN, B. 1994) ou nunca tiveram as Cláusulas Resolutivas pagas.

Muitos Títulos foram transferidos a terceiros através de procuração, uma vez que os mesmos não podiam ser vendidos se não fossem quitadas as cláusulas resolutivas do contrato do Título.

A partir de 1995, em decorrência das 227 ações de desapropriação, propostas pelo IBAMA em 1992, o INCRA iniciou um levantamento dos Títulos Soldados da Borracha que não estavam com as Cláusulas Resolutivas pagas, resultando em uma série de ações judiciais para cancelamento destas matrículas e retorno do patrimônio à União.

Em 1992, após levantamento dos Títulos do Programa Soldado da Borracha com registro de imóvel no Cartório da Comarca de Guajará-Mirim, o IBAMA identificou 227 títulos registrados e entrou com ações de desapropriação dos mesmos, a maior parte localizada fora da Área Proposta de Exclusão.

No decorrer destas ações de desapropriação, o Ministério Público questionou as indenizações propostas aos proprietários que estavam inadimplentes com as Cláusulas Resolutivas dos Contratos dos Títulos Soldados da Borracha. Por este motivo, o INCRA iniciou um levantamento dos Títulos que se encontravam nesta situação e entrou com ações judiciais para cancelamento da matrícula e retorno do Patrimônio a União.

Em 2005, a Justiça Federal determinou o registro em Cartório da Imissão de Posse ao IBAMA em todos os Títulos objetos das ações de desapropriação em curso.

Atualmente muitas sentenças já foram expedidas, tanto em decorrência das ações de desapropriação do IBAMA, quanto nas ações do INCRA para retorno do Domínio a União por falta de pagamento das cláusulas resolutivas. No entanto, esses processos de desapropriação continuam tramitando na Justiça Federal.

Em recente levantamento Cartorial, realizado em 2012, com base nas matrículas identificadas e confirmadas como integrante dos lotes do Programa Soldado da Borracha, foram identificados 73 Títulos com Imissão de Posse ao IBAMA, sem definição do domínio; 43 Títulos com Domínio registrado ao IBAMA devido à sentença judicial das ações de desapropriação, 87 Títulos com matrículas canceladas em decorrências dos processos judiciais do INCRA e 42 Títulos registrados em nome de particulares no Cartório de Registro de Imóveis, sendo que oito destes estão em processo de regularização fundiária através de Compensação de Reserva Legal a pedido do interessado.

Tabela 3.12. Situação fundiária dos lotes do Programa de Colonização Soldados da Borracha na RESEX do Rio Ouro Preto, Guajará-Mirim/RO

Títulos Expedidos	Situação no Cartório	Situação Atual (2012)	Área (ha)
521	<i>Registrados</i>	73	17.766,9125 ha
		43	10.664,4687 ha
		<i>Domínio do IBAMA</i>	
		87	20.814,0264 ha
		<i>Matrículas canceladas</i>	
		42	10.008,4018 ha
		<i>Particular</i>	
	252	<i>Sem informação</i>	67.137,2906
	<i>Sem informação de registro</i>		
TOTAL			126.391,10

Situação levantada com base nas Certidões do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guajará-Mirim/RO, dos lotes com número de matrícula confirmadas.

Com relação aos 227 Títulos objetos das ações de desapropriações pelo IBAMA, falta levantar a situação judicial e dominial de 97 processos. É necessário também realizar levantamento junto ao INCRA sobre a situação de regularidade dos 252 Títulos do Programa Soldado da Borracha que não se tem informação de registro no Cartório de Imóveis, nem da situação fundiária, assim como dos 34 títulos com registro de domínio

particular no Cartório de Imóveis, mas sem confirmação pelo INCRA da situação de cumprimento das Cláusulas Resolutivas.

Em 26/08/2010, a Secretaria de Patrimônio da União (SPU/MP) fez a entrega ao MMA de toda a área (204.583 hectares) da RESEX do Rio Ouro Preto, correspondente a uma parcela da Gleba Samaúma.

Em 24/12/2010, através dos Contratos de Concessão de Direito Real de Uso nº 24/2010 e nº 25/2010 o ICMBio fez a cessão sob regime de Concessão Direito Real de Uso de duas áreas, uma de 70.138,24ha para a ASAEX – Associação dos Seringueiros e Agroextrativistas do Baixo Rio Ouro Preto e outra de 134.444,76 ha para a ASROP – Associação dos Seringueiros da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto. Da área concedida à ASAEX, 28.108,91ha referente à área proposta para exclusão, ficaram com “efeitos sobrestados” até que sejam resolvidos os processos administrativos e/ou judiciais sobre a regularização fundiária da área.

As Concessões foram elaboradas com base na Certidão de Imóvel da Gleba Samaúma, Matrícula 321 do Livro 2ª de 1978, de onde também originaram os Títulos do Programa de Colonização Soldados da Borracha do INCRA, cujos destaques nunca foram a registro na matrícula originária.

Por este motivo, está sendo realizado o levantamento fundiário destes Títulos, para identificar a situação dominial do imóvel e proceder os atos administrativos e/ou judiciais para efetuar a regularização fundiária dessas áreas.

3.8.1. Área Proposta para Exclusão

Os limites da Resex Rio Ouro Preto foram definidos sem um levantamento adequado das ocupações no interior do seu perímetro, em decorrência da urgência em assinar o Decreto de criação, publicado em 13/03/1990, faltando dois dias para o final do mandato do Presidente José Sarney. Assim, devido ao conjunto de diferentes situações fundiárias descritas anteriormente, associado ao processo político de criação da UC, os limites acabaram abrangendo ocupações já estabelecidas de produção agropecuária na parte noroeste da Reserva Extrativista, nos ramais denominados Bom Sossego, Cachoeirinha e Pompeu.

Em decorrência disso, os proprietários rurais destes lotes pressionaram por uma solução que resolvesse a situação deles, propondo excluir essa parte da Reserva

Extrativistas. Assim, no dia 14/01/1992, reuniram-se IBAMA, CNPT (Conselho Nacional de Populações Tradicionais/IBAMA), ASGM (Associação dos Seringueiros de Guajará Mirim), OSR (Organização dos Seringueiros de Rondônia), ACRIVALE (Associação dos criadores do Vale do Mamore), INDIA (Instituto de Pesquisa em Defesa da Identidade Amazônica) e Polícia Florestal de Guajará-Mirim (atual Polícia Militar Ambiental), para discutirem uma proposta de redefinição dos limites da RESEX Rio Ouro Preto, considerando a descaracterização existente em parte da UC.

Após uma série de discussões entre ASGM e ACRIVALE, nas quais o IBAMA assumiu um papel intermediador junto com a Polícia Florestal, e com base no mapa elaborado pelo ITERON, intitulado: “Estudo das Ocupações Existentes na Floresta Federal Extrativista do Rio Ouro Preto” de 21/05/1991 em escala 1:100.000, foi decidida a exclusão de 33.400 hectares onde existiam propriedades particulares. Segundo MILLIKAN, B. (1994), o referido acordo foi definido sem a realização de levantamentos de campo, avaliação técnica ou uma ampla consulta com todos os interessados.

Em 1994, o Instituto de Terras de Rondônia (ITERON) contratou uma empresa para realizar a demarcação da RESEX Rio Ouro Preto, que foi executada, excluindo a área de 31.489,0049 ha definidos no acordo de 1992. Durante a demarcação a empresa também colocou algumas placas nos limites demarcados. Essa demarcação e sinalização gerou mais confusão, pois delimitou fisicamente um perímetro que não havia sido alterado legalmente.

Em 1999 foi elaborado um Laudo Técnico, resultado da ação de uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais do IBAMA, INCRA, SEDAM, UNIR e ITERON, intitulado Área de estudo para correção dos limites na porção norte da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto Guajará-Mirim/RO.

Este laudo tinha por objetivo fazer uma análise técnica da área proposta para exclusão, com levantamento de campo da situação fundiária, ocupacional, ambiental e socioeconômica.

De acordo com a pesquisa em campo realizada pelos técnicos, constatou-se que, “*se não a totalidade, a grande maioria dos atuais ocupantes estão, relativamente, há pouco tempo na área alvo de correção de limites da RESEX e são terceiros adquirentes das posses que ocupam, quase todos desconhecendo quem era o ocupante primitivo do lote à época da criação da RESEX*” (CNPT, 1999b). Identificou-se ainda, que a maioria dos ocupantes ocupava metade ou mesmo $\frac{1}{4}$ do lote originalmente demarcado e havia apenas sete casos de reconcentração fundiária com propriedades acima de 450 hectares.

O parecer final deste laudo identificou um acelerado avanço do desmatamento nessa área entre 1994 e 1997, e que isto estava afetando a dinâmica dos igarapés. Assim, sugeriu a criação de uma Área de Proteção Ambiental (APA) nesta área proposta para exclusão, para assim interromper o avanço do desmatamento sobre os ecossistemas frágeis serranos e criar uma zona tampão para a RESEX do Rio Ouro Preto.

Em 2000, por iniciativa do Poder Executivo, foi encaminhado para Câmara dos Deputados um Projeto de Lei (PL) para excluir uma fração de 31.489 ha da área da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, iniciando assim a tramitação do PL N° 2354/2000. Em 2001, foi firmado um acordo entre IBAMA e INCRA e realizado o primeiro levantamento ocupacional em toda a área de exclusão, quando foram identificadas 250 famílias ocupando a área, desenvolvendo agricultura e pecuária.

Ao longo da tramitação do Projeto de Lei (2000 a 2006) o Ministério Público Federal e a Diretoria de Desenvolvimento Sustentável – DISAM/IBAMA, em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente, levantaram a preocupação de que o Laudo Técnico que norteou a elaboração do referido PL deixava dúvidas sobre até que ponto a população beneficiária da RESEX do Rio Ouro Preto tinha sido envolvida na tomada de decisões sobre essa redução dos limites da Unidade, bem como os possíveis impactos ambientais dessa medida.

Após passar pelas Comissões de Agricultura e Política Rural; de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias; e de Constituição e Justiça, o referido PL foi enviado ao Senado em 23/05/2005, passando a tramitar como PLC (Projeto de Lei da Câmara) N° 47/2005. No entanto, através da Mensagem n° 169, de 22 de junho de 2006 do Poder Executivo, aprovada no Plenário do Senado em 11/07/2006, o referido Projeto de Lei foi retirado de tramitação e arquivado.

Em 24/04/2007 o Senador Valdir Raupp reapresentou a matéria, que ora tramita no Senado Federal como Projeto de Lei do Senado (PLS) n° 206/2007 com o mesmo teor do PL anterior, retomando novamente a reivindicação da exclusão de uma fração de 31.489,0049 ha da Resex do Rio Ouro Preto.

No ICMBio, a análise do PLS 206/2007, tramita através do Processo Administrativo 02001.002998/2007-87, onde na página 41 consta a Nota Técnica 437/2010-CCUC/DIREP, que recomenda ouvir a população beneficiária da UC, para ratificar o tamanho e a localização da área proposta para exclusão.

Diante disso, em 2012 foi realizada uma consulta de base, onde o ICMBio fez oficinas em 10 das 12 comunidades da Resex do Rio Ouro Preto para apresentar o conteúdo do PLS 206/2007 e ouvir a opinião dos moradores sobre a proposta de exclusão de uma fração da UC. Nas reuniões foi relatado que as comunidades fazem uso dos recursos naturais na maior parte da área proposta para exclusão, como a coleta de castanha, de palha e madeira para construção e manutenção das casas, de patuá e açaí, além de caça para subsistência. Por fim, nenhuma comunidade foi favorável à exclusão total dos 31.489,0049 ha da Resex. Três comunidades (35% das famílias cadastradas) foram favoráveis à exclusão de uma área menor, de forma a garantir a permanência das áreas de uso indicadas pelas comunidades dentro dos limites da Resex e excluindo apenas as áreas desmatadas e sem uso pelas comunidades. A maioria das comunidades (65% das famílias), considera que, além da área proposta para exclusão abrigar áreas de uso tradicional dos extrativistas, ela possui uma grande importância ambiental para a RESEX e por este motivo não deve ser excluída nenhuma parte da UC, sendo mantidos os limites atuais e que o governo deve pagar as indenizações aos proprietários para que eles desocupem essa parte da Reserva.

Paralelamente a essa consulta à população beneficiária, e atendendo ao item 4 da referida Nota Técnica, o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, criou um Grupo de Trabalho para discutir e elaborar um Parecer Técnico para subsidiar o posicionamento do ICMBio em relação ao PLS 206/2007. Este grupo identificou a necessidade de realizar um levantamento atualizado da situação ocupacional da área proposta para exclusão, assim como da situação fundiária de cada uma destas ocupações, para identificar as áreas ocupadas na condição de posse e as áreas com títulos válidos. Além disso, foi indicada a necessidade de um relatório técnico para entender as condições ambientais da área e de que forma a exclusão poderá afetar a UC.

3.9 Análise situacional da unidade: estado de conservação, ameaças e oportunidades

O estado de conservação da RESEX apresenta diferenças marcantes entre regiões, visíveis na imagem de satélite Rapid Eye 2011-2012 (Anexo B13). A área da proposta de exclusão ao norte da RESEX, de ocupação não extrativista, apresenta-se bastante degradada, com grandes áreas desmatadas; as comunidades situadas na “linha seca”

apresentam uma evolução do desmatamento, mas o impacto ainda é localizado; as comunidades ribeirinhas a oeste apresentam pequenas áreas desmatadas, para roça; as comunidades ribeirinhas a leste, bem como toda essa porção da Resex é muito preservada, com poucas e pequenas áreas de desmate para roça.

A área da proposta de exclusão caracteriza-se por intensos desmatamentos, que avançam sobre a floresta primária, inclusive sobre as áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal. Dados oficiais sobre desmatamento, como o relatório do SIPAM (2007) indicam um grande crescimento do desmatamento e queimadas na área da Resex, da ordem de 13.885 hectares desmatados. Mais de 70%, no entanto, refere-se à área da proposta de exclusão e imediações das comunidades da "linha seca" (CNPT, 1999b; ICMBio, 2008a, 2008f; SIPAM, 2007).

Depois da área de exclusão, a região de maior ocorrência de supressão da vegetação nativa é a das comunidades da "linha seca". Estas apresentam ocupação relativamente recente (a partir de 2003), formadas a partir da abertura de "ramais" (estradas) para fixar moradores provenientes de outras áreas ribeirinhas da RESEX, a fim de desenvolver a agricultura com maiores facilidades de escoar a produção para a cidade de Guajará-Mirim. As comunidades da "linha seca" (Ramal do Pompeu, Ramal dos Seringueiros e Ramal dos Macacos) apresentam maior vulnerabilidade não apenas em relação ao aumento do desmatamento para ampliação de atividades agrícolas dos moradores, mas também em relação à exploração ilegal de madeira e caça de animais silvestres praticadas por forasteiros, segundo depoimento de moradores.

Já as localidades ribeirinhas situadas ao longo do Rio Ouro Preto, essas são menos vulneráveis a invasões e retirada ilegal de recursos naturais por forasteiros, principalmente pela dificuldade de acesso, que aumenta quanto mais à montante do rio se localiza. Quanto mais à montante (comunidades de Sepetiba, Ouro Negro, Petrópolis e Três Josés), mais conservada é a área, o que pôde ser verificado em campo, pelas imagens de satélite e pelos relatos dos moradores sobre a disponibilidade de recursos naturais. Em 2009, por exemplo, relataram a abundância de caça, inclusive de anta (*Tapirus terrestris*), que já não ocorre nas comunidades mais à jusante (Divino Espírito Santo; Floresta; Nossa Senhora dos Seringueiros, Nova Colônia); e também de pesca (destacando-se a Jatuarana - *Brycon sp.*) em relação às demais comunidades da unidade.

Observa-se também, que há uma tendência na RESEX de quanto mais "rio acima", menor é a intensidade da prática da agricultura e menor sua escala. Na comunidade

Sepetiba (a mais próxima da cabeceira do rio), por exemplo, há somente roças de subsistência, para consumo direto. Possivelmente, a maior distância e o alto custo do transporte para essas localidades tornam a prática da venda da farinha de mandioca pouco lucrativa. Por outro lado, essas comunidades à montante são as que concentram a maior parte da produção extrativista de seringa (Sepetiba, Petrópolis, Ouro Negro, Três Josés). Assim, o melhor estado de conservação dos recursos naturais nas comunidades à montante do rio deve estar relacionado à maior dificuldade de acesso e à baixa densidade demográfica.

A região à jusante do rio Ouro Preto é mais impactada pela caça e pesca. Nessas comunidades (Divino Espírito Santo, Floresta, Nova Colônia, Nossa Senhora dos Seringueiros), bem como nas comunidades da linha "seca" (Ramal dos Macacos, Ramal dos Seringueiros - ou Nova Esperança - e Ramal do Pompeu) encontra-se a maior parte dos moradores da RESEX, e são mais frequentes as ocorrências de caça e pesca por forasteiros, segundo relatos de moradores. Também, além dos próprios moradores das comunidades do baixo curso do rio, os moradores das comunidades da "linha seca" pescam nos lagos e baías dessa região, já que nos "ramais" só há igarapés não perenes, pouco fartos em recursos pesqueiros.

De forma resumida e setORIZADA, a situação de ocupação e uso dos recursos na Resex é o seguinte:

Alto Curso do Rio Ouro Preto

-Abrangência: Comunidades Três Josés, Ouro Negro, Petrópolis e Sepetiba, as comunidades mais à montante do rio, mais próximas da região de cabeceira do rio e fronteira leste da RESEX. As colocações estão estabelecidas em ambas as margens do rio neste trecho.

-Características principais: Isolada; menos habitada; pesca e caça abundantes; predomínio da atividade extrativista; poucas roças.

-Ponto de atenção: Na fronteira norte da RESEX, face leste, aos fundos da comunidade Ouro Negro, divisa com o Parque Estadual de Guajará-Mirim, foram constatadas algumas ocorrências de perambulação de forasteiros, descritos pelos moradores como garimpeiros ou caçadores.

Médio e Baixo Curso do Rio Ouro Preto

-Abrangência: Comunidades Divino Espírito Santo, Floresta, N.Sra. dos Seringueiros e Nova Colônia, sendo as colocações situadas, em sua maioria, na margem esquerda do rio.

-Características: Área mais habitada; diminuição de caça e pesca relatada pelos moradores; coexistência de atividades extrativistas e agricultura familiar, limitação de terra firme para abertura de novas roças.

-Pontos de atenção: áreas de invasão de pescadores clandestinos, na altura do rio entre a comunidade de Nossa Senhora dos Seringueiros até sua foz, área próxima à fronteira sul, face leste; e também de ocorrência de muitas caçadas pelos indígenas vizinhos (Terra Indígena Pacaas Novos); da região do Pompeu para baixo, ao longo da terra firme da margem direita, ainda ocorrem problema de invasões, desmatamento e pecuária por ocupantes não tradicionais.

"Linha Seca" (comunidades dos ramais)

Abrangência: Comunidade Ramal dos Macacos, Ramal dos Seringueiros (ou Nova Esperança), Ramal do Pompeu.

Características: área de ocupação mais recente da RESEX. Predomínio da atividade agrícola (na maioria das localidades da "linha seca, não há seringa amarela, que é típica da várzea). Aumento do desmatamento nos últimos anos. Expansão de roçados. Muito populosa e de acesso terrestre para Guajará-mirim.

Pontos de atenção: Região de maior vulnerabilidade à ocupação irregular, avanço do desmatamento e pecuária (lado oeste da face norte). Região de entrada de caçadores ilegais e roubo de madeira pelos ramais; área de ameaça de desmembramento e novas invasões (área da proposta de exclusão). É o trecho próximo à zona limítrofe da RESEX mais vulnerável, uma vez que não faz divisa com outras áreas protegidas. O trecho em questão se estende na fronteira norte da unidade, limitando-se com a TI Igarapé Lage, e estende-se até o limite oeste da face norte, fronteira com o Rio Ouro Preto e a Terra Indígena Pacaas Novos, já do outro lado do rio.

De forma geral, os principais problemas que ameaçam a RESEX do Rio Ouro Preto são: o desmatamento (principalmente na área da proposta de exclusão), a expansão da agricultura (principalmente nas comunidades da "linha seca" e à jusante do rio), e a diminuição de alguns recursos naturais por uso intenso interno e por invasores (especialmente caça e pesca em algumas localidades).

Em relação à ameaça do desmatamento na área proposta de exclusão, enquanto a situação não for definida e a regularização fundiária implementada, será necessário um esforço institucional para manter fiscalizações constantes, com o objetivo de impedir o aumento do desmatamento e do rebanho bovino nesta área. Caso a definição da situação da área proposta de exclusão se prolongue para além do ano de 2013 (compromisso assumido entre o órgão gestor e os beneficiários da Resex), sugere-se a celebração de um termo de compromisso (na forma de um termo de ajuste de conduta – TAC) entre o ICMBio e os moradores desta área, considerando seu histórico de uso e ocupação. O termo de compromisso proposto estabelecerá normas e ações específicas para compatibilizar a presença dos moradores com os objetivos da unidade, inibindo a ameaça do desmatamento. Caberá um esforço institucional ao ICMBio para realizar fiscalizações periódicas com objetivo de verificar o cumprimento do termo, impedir o aumento do desmatamento e do rebanho bovino nas propriedades. Durante o prazo de vigência do termo de compromisso proposto, uma solução definitiva para a área deverá ser negociada.

Para coibir as invasões, o controle de visitantes no rio foi previsto no Acordo de Gestão, bem como o estabelecimento de área máxima a ser aberta por família (20 hectares/família), de forma a limitar o aumento do desmatamento na Resex.

Além das ameaças citadas referentes aos impactos ambientais, a situação de exclusão social, a precariedade de acesso aos serviços básicos e a alternativas econômicas pelos moradores da RESEX também constituem ameaça à conservação. Isso porque a saída definitiva da população tradicional da área pode deixá-la ainda mais vulnerável a invasões e utilização predatória e irregular de recursos naturais. A falta de escolas que atendam a todas as crianças é, provavelmente, o fator preponderante para o êxodo das famílias para a cidade. Ao mesmo tempo em que as famílias são obrigadas a manter seus filhos na escola, pela legislação vigente e política atual (Ex: Bolsa Família e Bolsa Verde), as comunidades não contam com escolas ou transporte que atendam a todas as crianças, de forma que se vêem obrigadas a mudarem para a cidade.

É importante ressaltar que houve melhora da qualidade de vida dos moradores da Resex depois que a UC foi criada. Antes disso não havia qualquer escola na área, nem posto ou agente de saúde. Atualmente, apesar de precários, há escolas e agentes de saúde. Outra melhoria foi o acesso a créditos e outros recursos vindos de várias fontes (crédito para construção e reforma habitacional, projeto RESEX, PRONAF/ subsídio para extrativismo, auxílio maternidade, etc). A melhoria das vias de acesso à unidade em

relação à época em que a mesma foi instituída também foi uma conquista pós-institucionalização da UC. A maior organização dos moradores e mobilizações em torno de demandas comunitárias também é uma conquista atribuída ao processo educativo que se desenrolou a partir da criação da Resex. Ainda assim, as melhorias não foram suficientes para garantir o acesso dos moradores aos serviços básicos.

Atualmente, muitos moradores da Resex, principalmente os mais jovens, têm direcionado seus esforços em busca de oportunidades e serviços que lhes faltam na Reserva. Isso também gera um impacto negativo para o município de Guajará-Mirim, onde há precariedade de serviços e infra-estrutura na periferia e escassez de oferta de emprego para absorver a mão de obra vinda da RESEX. Muitas vezes esses moradores "buscadores de oportunidades" enfrentam concomitantemente dois cenários de dificuldades: um deles na RESEX, produzindo uma sobrecarga de farinha de mandioca para que possam se manter por um tempo na cidade, e, na cidade, vivem "aperto", muitas vezes apenas com o "saldo" da venda de farinha, enquanto estudam ou procuram um emprego.

Os ganhos reduzidos obtidos com a prática do extrativismo da borracha e da castanha atualmente fazem com que os moradores intensifiquem a atividade agrícola e a criação de animais de pequeno porte, como forma de obtenção de uma melhoria de renda. A expansão dessas atividades para áreas florestadas a médio e longo prazo pode configurar uma ameaça à conservação dos recursos naturais da RESEX, como já foi citado. Por outro lado, essa ameaça pode ser combatida com a criação de alternativas de renda sustentáveis, a valorização dos produtos extrativistas e a melhoria de serviços básicos e de infra-estrutura (educação, energia, saúde, transporte, saneamento e comunicação).

Observa-se que há uma grande expectativa dos moradores da RESEX em relação à melhoria da renda proveniente do extrativismo do látex, seja através de uma revalorização do produto ou de aumento do subsídio oficial. Da mesma forma, em várias localidades da RESEX há muitas castanheiras, que atualmente são atividades apenas complementares, e não muito recorrentes pelo seu baixo valor de mercado e dificuldade de escoamento. O investimento em estratégias de escoamento dessa produção a outros mercados (além dos de Guajará-Mirim), beneficiamento, bem como alguma forma de subsídio governamental para esta atividade foi apontado como uma "oportunidade potencial". Outras alternativas para melhoria de renda são demandadas pelas comunidades e encontram-se no item "4.7 Programas de Sustentabilidade Ambiental e Socioeconômica". Muitas dessas propostas

referem-se ao desenvolvimento de outros produtos e/ou formas de beneficiamento de produto extrativistas.

De acordo com VALIANTE (2008), em relação à produção praticada na RESEX Rio Ouro Preto em 2007, a agricultura representava 57,55% da renda dos moradores, o extrativismo 15,25% e outras rendas contribuía com 27,20% na formação da renda familiar da RESEX. Ele ressaltou que a RESEX possui uma expressiva riqueza em recursos naturais e que, portanto, a participação do extrativismo na formação da renda, pode ser aumentada para 52,83% se as famílias extraírem produtos em 10 hectares por lote, nas condições vigentes, sem utilização de tecnologia e equipamentos. Pode ainda, segundo ele, aumentar a participação do extrativismo para 85,65% havendo investimentos que possibilitem exploração de produtos como o babaçu e o patoá. Assim, o autor concluiu que o extrativismo pode ser incrementado na RESEX visando o aumento da renda e a melhoria das condições de vida da população beneficiária.

4. CONTEÚDOS DO PLANO DE MANEJO: GESTÃO DA UNIDADE

4.1 Estrutura de Gestão da Unidade

De acordo com o Snuc (art. 18, § 2º), “a Reserva Extrativista será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável pela sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade”. Sendo uma Resex federal, o órgão responsável pela administração da unidade é o ICMBio. Os demais representantes da sociedade civil, do Governo e das populações tradicionais foram escolhidos pelos comunitários, através de um processo participativo. O Conselho Deliberativo é a instância máxima de deliberação da Resex e é composto por diferentes instituições e representações comunitárias. A base para a gestão da unidade é o plano de manejo, que contém o Acordo de Gestão.

4.1.1 Conselho Deliberativo

De acordo com o Artigo 20, do Decreto 4.340, de 22/08/2002, que regulamenta o SNUC, compete ao conselho de unidade de conservação:

- I - elaborar o seu regimento interno, no prazo de noventa dias, contados da sua instalação;
- II - acompanhar a elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo da unidade de conservação, quando couber, garantindo o seu caráter participativo;
- III - buscar a integração da unidade de conservação com as demais unidades e espaços territoriais especialmente protegidos e com o seu entorno;
- IV - esforçar-se para compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade;
- V - avaliar o orçamento da unidade e o relatório financeiro anual elaborado pelo órgão executor em relação aos objetivos da unidade de conservação;
- VI - ratificar, no caso de conselho deliberativo, a contratação e os dispositivos do termo de parceria com OSCIP, na hipótese de gestão compartilhada da unidade;
- VII - acompanhar a gestão por OSCIP e recomendar a rescisão do termo de parceria, quando constatada irregularidade;
- VIII - manifestar-se sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na unidade de conservação, em sua zona de amortecimento, mosaicos ou corredores ecológicos; e
- IX - propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população do entorno ou do interior da unidade, conforme o caso.

O Conselho Deliberativo da Resex Rio Ouro Preto foi criado através da Portaria ICMBio nº 89, de 22/11/2006 e foi renovado em 2012, através da Portaria ICMBio nº 27, de 17/02/2012, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 22/02/2012. Seu funcionamento segue o regimento interno elaborado e aprovado pelos conselheiros. O Conselho é composto por 26 membros, conforme lista abaixo:

- I - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, sendo um titular e um suplente;
- II - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM/RO, sendo um titular e um suplente;
- III - Prefeitura do Município de Nova Mamoré/RO, sendo um titular e um suplente;
- IV - Fundação Nacional do Índio - FUNAI/Coordenação Regional de Guajará Mirim/RO, sendo um titular e um suplente;

- V - Prefeitura Municipal de Guajará-Mirim/Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SEMMA, sendo um titular e um suplente;
- VI - Delegacia de Polícia Federal em Guajará-Mirim/Superintendência Regional em Rondônia/Departamento de Polícia Federal, sendo um titular e um suplente;
- VII - Polícia Militar do Estado de Rondônia/Batalhão de Polícia Ambiental, sendo um titular e um suplente;
- VIII - INCRA - Superintendência Regional do Estado de Rondônia-SR-17/RO;
- IX - Associação de Assistência e Extensão Rural do Estado de Rondônia - EMATER, sendo um titular e um suplente;
- X - Associação dos Seringueiros e Agro-Extrativistas do Baixo Rio Ouro Preto - ASAEX, sendo um titular e um suplente;
- XI - Comunidade Nova Esperança, sendo um titular e um suplente;
- XII - Organização dos Seringueiros de Rondônia - O.S.R, sendo um titular e um suplente;
- XIII - Associação dos Seringueiros da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto - ASROP, sendo um titular e um suplente;
- XIV - Comunidade Nova Colônia, sendo um titular e um suplente;
- XV - Comunidade Ramal dos Macacos, sendo um titular e um suplente;
- XVI - Comunidade Bom Jesus, sendo um titular e um suplente;
- XVII - Comunidade Petropolis, sendo um titular e um suplente;
- XVIII - Comunidade Ouro Negro, sendo um titular e um suplente;
- XIX - Comunidade Floresta, sendo um titular e um suplente;
- XX - Conselho Nacional das populações Extrativistas - CNS, sendo um titular e um suplente;
- XXI - Comunidade Divino Espírito Santo, sendo um titular e um suplente;
- XXII - Comunidade Três Josés, sendo um titular e um suplente;
- XXIII - Comunidade Pompeu, sendo um titular e um suplente;
- XXIV - Comunidade Sepetiba, sendo um titular e um suplente;
- XXV - Comunidade Nossa Senhora dos Seringueiros;
- XXVI - Associação dos Açaizeiros Agroextrativista de Guajará Mirim - ASAGUAM, sendo um titular e um suplente.

4.1.2 **ASAEX e ASROP**

A unidade é gerida pelo ICMBio, sediado em Guajará-Mirim, em parceria com duas Associações de moradores da RESEX: a ASAEX- Associação de Seringueiros e Agroextrativistas do Baixo Rio Ouro Preto, que representa as comunidades: Nova Colônia, Nossa Senhora dos Seringueiros, Ramal do Pompeu, Ramal dos Seringueiros e Ramal dos Macacos; e a ASROP - Associação dos Seringueiros do Rio Ouro Preto, que representa as comunidades: Floresta, Divino Espírito Santo, Três Josés, Ouro Negro, Petrópolis e Sepetiba, situadas entre o médio e alto curso do Rio Ouro Preto. Ambas são constituídas por lideranças eleitas entre as comunidades que representam.

As associações têm como atribuições principais: representar os seus associados, defendendo seus interesses socioeconômicos; defender uma política para a borracha e outros produtos extrativistas; receber títulos de concessão de direito real de uso e outorgar títulos de autorização de uso de acordo com o Acordo de Gestão da Resex, bem como monitorar o cumprimento do Acordo de Gestão. Atuam em parceria com o ICMBio na gestão da UC e na interlocução com vários outros órgãos e instituições relacionados à gestão da unidade e às demandas de seu associados, como a secretaria de saúde e de educação da Prefeitura de Guajará-Mirim; INCRA, SEDAM e outros órgãos públicos, orientando os moradores sobre como tirar documentos e fornecendo comprovantes ou atestados de categoria extrativista. Também atuam na mediação e negociação de conflitos que por ventura ocorram nas comunidades.

4.1.3 ICMBio

O ICMBio é o órgão gestor da Resex, sendo o presidente do Conselho Deliberativo. Tem o papel de zelar pelo cumprimento do Plano de Manejo da Resex, observando a legislação em vigor; de gerenciar a Resex no dia-a-dia, em parceria com a ASAEX e a ASROP; de fiscalizar a integridade territorial e ambiental da Resex; de representá-la perante órgãos governamentais e não governamentais; de buscar e destinar recursos para a gestão da Resex; de analisar as demandas das associações e das comunidades e dar encaminhamentos.

4.2 Infraestrutura necessária

Atualmente o escritório ICMBio funciona numa casa alugada no centro de Guajará-Mirim, servindo às UCs Resex Rio Ouro Preto, Resex Barreiro das Antas e Parna Serra da Cutia. O escritório é equipado com mobiliário, equipamentos de informática, linha de telefone e internet via Embratel, além de caminhonetes oficiais que servem às três UCs. Possui serviços de limpeza e vigilância. Há negociações em andamento no sentido de transferir o escritório do ICMBio para a propriedade do Ibama onde funcionava o Escritório Regional de Guajará-Mirim, atualmente desativado.

De acordo com a equipe do ICMBio e das lideranças das Associações, a infraestrutura necessária para a gestão da unidade inclui, ainda, a construção de uma base dentro da unidade, em alvenaria, localizada na comunidade Ramal do Pompeu, próximo ao barracão comunitário já existente atualmente. O local é considerado estratégico porque localiza-se em área de grande trânsito da maioria dos moradores da RESEX em suas viagens para Guajará, bem como é o local de mais fácil acesso à RESEX pelos ramais. Essa base também deve agregar um ponto de apoio para as comunidades, com alojamento para guardar embarcações e hospedar moradores em trânsito para Guajará-Mirim (pernoite), bem como a instalação de energia elétrica, através do Programa "Luz para Todos", acesso à internet via satélite e telefone.

Foram apontadas ainda, como necessidades de apoio à gestão, a disponibilização de instalações adequadas para os escritórios das associações em Guajará-Mirim. Atualmente, uma delas tem local próprio e a outra fica estabelecida em prédio público, na antiga casa do seringueiro, que encontra-se em condições precárias, necessitando de reforma e material de escritório, telefone, móveis, bem como um vigilante.

Também foi indicada a necessidade de uma embarcação (um motor) de pequeno porte; de subsídio para combustível das associações para realização dos trabalhos de base, e um veículo de pequeno porte para deslocamentos das associações em Guajará-Mirim.

4.3 Acordo de Gestão

O Acordo de Gestão (antigo Plano de Utilização) foi construído de forma participativa, através de oficinas nas comunidades e assembléia geral, realizada nos dias 29 e 30 de agosto de 2010 na RESEX. Em 2011 e 2012 ele foi revisado e aprovado pelo ICMBio, sendo publicado através da Portaria ICMBio nº 152, no DOU de 21/02/13, conforme abaixo.

ACORDO DE GESTÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO OURO PRETO, ESTADO DE RONDÔNIA

CAPÍTULO I - FINALIDADES DO ACORDO

Este Acordo objetiva assegurar a autossustentabilidade da RESEX mediante a regulamentação da utilização dos recursos e dos comportamentos a serem seguidos pelos moradores. Está aqui contida a relação das condutas que devem ser seguidas para cumprir a legislação brasileira sobre meio ambiente;

Objetiva ainda, este Acordo, manifestar ao ICMBio o compromisso dos moradores da RESEX de cumprir a legislação ambiental e ao mesmo tempo oferecer àquele instituto um instrumento de verificação do cumprimento das normas aceitas por todos;

Tendo sido um documento aprovado pelos moradores, ele serve de guia para que eles exerçam suas atividades na RESEX dentro dos limites estabelecidos.

CAPÍTULO II - RESPONSABILIDADE PELA EXECUÇÃO DO ACORDO

Todos os moradores são responsáveis pela execução do Acordo, como autores na gestão da reserva e únicos beneficiários da mesma. De forma mais direta, as duas Associações de Moradores da RESEX, ASAEX - Associação de Seringueiros e Agroextrativistas do Baixo Rio Ouro Preto e ASROP - Associação de Seringueiros do Rio Ouro Preto, respondem pelo Acordo de Gestão;

1.A Diretoria das Associações orientará para que o Acordo seja cumprido por seus associados;

2.A Associação administrará, portanto, o uso dos recursos naturais de modo a defender o uso sustentável dos recursos e o bem estar dos seus moradores, com o apoio do CNS - Conselho Nacional dos Seringueiros e da Organização dos Seringueiros de Rondônia - OSR;

3.O não cumprimento do presente Acordo de Gestão significa quebra do compromisso dos moradores de utilizar a Reserva de modo a conservá-la para seus filhos e netos, tal como a receberam, e resultará na perda dos direitos de uso por parte do infrator, nos termos das estabelecidos neste Acordo de Gestão.

CAPÍTULO III - INTERVENÇÕES EXTRATIVISTAS E AGROPASTORIS

4.Cada família praticará o extrativismo e as atividades agropastoris na própria colocação, sendo que cada família poderá ter apenas uma colocação, respeitando os limites tradicionalmente reconhecidos pela comunidade. Conforme a tradição das práticas extrativistas da reserva, uma colocação tem até cinco estradas de seringa e 200 seringueiras de corte por estrada;

5.Quando o morador necessitar de algum recurso natural de uma área ocupada por outro morador, deverá inicialmente pedir autorização para o morador antes de usar o recurso de sua área;

6.As seringueiras não podem ser derrubadas e deve-se evitar as derrubadas e queimadas em locais que ameacem sua sobrevivência. Quando ocorrerem em áreas de roçado, deve-se manter um cinturão de 15 metros de diâmetro sem derrubar a vegetação, para protegê-las;

7.Fica proibida a construção de casas próximas às seringueiras e castanheiras, evitando-se assim futuras derrubadas dessas árvores extrativistas, em função do perigo que as mesmas podem oferecer no caso de caída sobre as casas;

8.É facultado o uso do extrativismo da borracha conforme as práticas tradicionais, obedecendo-se ao limite de sessenta dias anuais de corte por estrada, e de dois dias semanais por estrada, sendo vedado o corte danificando o lenho "no pau", sendo empregados os tipos de corte tradicionalmente utilizados pelos moradores da reserva, ou seja, o corte em "v" e " em pestana", até que surjam técnicas mais apropriadas. Deve-se evitar o corte em dias de friagem. Nas áreas de terra firme, as seringueiras devem ficar em descanso na época da troca de folhas e frutos. É proibido a prática do uso de extrel nas seringueiras, azougue e querosene na faca de seringa;

9.Fica proibida a derrubada de plantas de potencial frutífero e extrativo, tais como: açaí, buriti, patoá, bacaba, bacuri, pequi, sorva, tucumã, e outras árvores frutíferas nativas da região, com exceção do uchi e do babaçu, quando estes ocorrerem em áreas de roça e do açazeiro, que poderá ser utilizado pelos moradores para a construção de casas na RESEX. É facultada a coleta dos frutos dessas árvores e coco das palmeiras;

10.É facultado o uso de palhas, paxiúba e paxiubão para uso na cobertura de casas e construção na RESEX. É permitida a comercialização de palhas pelos moradores, mediante Plano de Manejo específico;

11.Os moradores da Reserva poderão utilizar áreas de floresta para implantar roçados destinados a produzir alimentos, respeitando sempre o limite de 20 hectares de área total por família, sendo permitida a derrubada total de até dois hectares por ano para abertura de novas roças (sendo, no máximo um (1) hectare de mata nativa e um (1) de capoeira por ano);

12.Na escolha de áreas para a implantação de roçados deve-se obedecer o limite mínimo de cem metros ou mais de distância de beira de rios, nascentes, morros, beira de igarapés e onde haja boa presença de castanheira e seringueira. No caso de castanheiras e seringueiras estarem localizadas em áreas de roçado, deve-se fazer um cinturão de aproximadamente 15 metros sem derrubar a mata, evitando-se assim que o fogo atinja essas árvores;

13.As moradias devem estar a uma distância mínima de dez metros da colocação de seringa;

14.Áreas degradadas - de capoeira "cansada" - poderão ser utilizadas para atividades agroflorestais, incluindo plantio de espécies nativas de madeira nobre e espécies frutíferas, mediante acompanhamento técnico do ICMBio e instituições parceiras;

15.É permitida a criação de animais de terreiro, e de gado e animal de carga até 12 cabeças por família, para uso na prática agrícola, na alimentação familiar ou como animal de carga, respeitando-se o limite máximo de área derrubada estabelecida no artigo 11;

16.O acesso do gado bovino ou dos animais de carga ao igarapé deve ser restrito através de um corredor de seis metros de largura para evitar pisoteamento dos animais na água;

17.A criação de animais de pequeno, médio e grande porte, como porcos, gado e ovelhas deve ser feita em comum acordo com moradores da vizinhança. A construção de cercas, chiqueiros e outras instalações é de responsabilidade do criador. É proibida a criação de porco solto e de mangueirão que ofereça risco de contaminar a água de nascentes, rios, igarapés e baías. No caso desses animais causarem prejuízo aos vizinhos, o mesmo deve ser ressarcido pelo criador;

18.Não podem ser desmatadas as "Florestas de Preservação Permanente" tais como: as matas ciliares, matas das nascentes e as margens de cursos d'água, exceto para a construção de moradias.

CAPÍTULO IV - NOVAS INTERVENÇÕES NA FLORESTA

19.Os moradores poderão extrair madeira para uso próprio, nas formas a seguir: para lenha, para uso de construções no interior da RESEX, construções de barcos para uso da Reserva, móveis e madeira de árvores que eventualmente estejam caídas no solo;

20.É proibida a entrada de madeireiro na Reserva com o intuito de realizar a exploração comercial de madeira;

21.A exploração de produtos madeireiros é permitida a partir da elaboração de um Plano de Manejo Florestal Sustentável;

22.Produtos da floresta, como frutos, óleos e essências, poderão ser extraídos para consumo dos moradores. Sua comercialização, bem como a utilização de outros produtos, posteriormente à aprovação deste Acordo, poderá ser feita pelos moradores, de forma tradicional e/ou mediante Plano de Manejo Florestal Não Madeireiro.

CAPÍTULO V - INTERVENÇÕES NA FAUNA

23.Os moradores da RESEX têm o direito de pescar (mariscar) para a sua alimentação. Fica proibida a utilização de venenos, redes, arrastão, camuri, batição, jaticá, malhadeira e cacuri (curral de praia). O uso de tarrafa, zagaia, flecha, caniço e espinhel é permitido;

24.Os moradores poderão levar peixe em quantidade limitada para consumo em viagem e durante estadia fora da RESEX, respeitando-se o limite de 10kg de peixe por família, ao mês;

25.É permitida a pesca profissional e comercialização de pescado pelos moradores, mediante plano de manejo;

26.Os visitantes só poderão consumir peixe na RESEX junto à família em que estão hospedados, sendo proibida a retirada de pescado da RESEX pelos mesmos;

27.A comunidade e Associação poderão propor manejo de fauna, tais como do jacaré e ariranha, mediante autorização e apoio técnico do ICMBio.

CAPÍTULO VI - INTERVENÇÕES NAS ÁREAS DE USO COMUM

28.Os rios, baías centrais, varadouros, praias e barrancos são áreas de uso comum à Reserva, respeitando-se a tradição e recorrendo-se à Associação e ao ICMBio para resolver as questões que porventura existirem entre moradores;

29.Cada morador deve utilizar as áreas de uso comum da área de abrangência de sua comunidade. O uso de baías (não centrais), praias e barrancos deverá ser combinado em comum acordo entre as comunidades;

30.As matas ao redor da colocação serão reservadas para descanso e abrigo da caça, sendo sua ocupação para abertura de novas estradas de seringa ou estabelecimento de novas colocações sujeitas à permissão da Associação e do ICMBio, e em conformidade com o zoneamento.

CAPÍTULO VII - FISCALIZAÇÃO DA RESERVA

31.Cabe às associações e às comunidades realizar o monitoramento da Reserva. Cabe ao ICMBio realizar a fiscalização da Reserva;

32.Cada seringueiro é responsável por sua colocação e pelas outras colocações, cabendo a ele não só zelar por sua colocação, mas também observar para que os recursos da Reserva sejam zelados pelos outros;

33.O comportamento e as ações das visitas em relação aos recursos naturais e benfeitorias na RESEX são responsabilidade de quem as recebe. Os prejuízos que as visitas possam causar na RESEX deverão ser ressarcidos por quem convidou.

CAPÍTULO VIII – MONITORAMENTO

34.As associações ficam responsáveis pelo monitoramento da conduta dos moradores e caso o Acordo de Gestão continue sendo desrespeitado, o caso será levado para discussão no Conselho Deliberativo.

CAPÍTULO IX - DISPOSIÇÕES GERAIS

35.O presente Acordo de Gestão poderá ser alterado após proposta apresentada por pelo menos 50 % +1 dos moradores e aprovada em Assembleia Geral e pelo Conselho Deliberativo e desde que não entre em conflito com a finalidade da Reserva;

36.A pesquisa, fotografia, filmagem, coleta de material genético e visitas no interior da reserva só poderão ser realizados mediante autorização expressa dos moradores da Reserva e do ICMBio;

37. Antes de receber visita, o morador responsável deve comunicar a visita à Associação ou ao ICMBio (registrar a visita) com antecedência, com nome, data da visita e RG. O morador será responsável pelo seu visitante. A autorização deve ser por escrito, em duas vias, uma deve ficar com a visita e uma com o ICMBio ou Associação;
38. Antes de realizar eventos e festas maiores abertas ao público, a Associação e o ICMBio devem ser consultados. O organizador é responsável por informar a data do evento. No caso de eventos de futebol, cada diretor de time fica responsável pelo seu time;
39. O morador que permanecer mais de dois anos e um dia sem morar ou sobreviver dos recursos da RESEX perderá seus direitos de beneficiário. Em caso de doença grave, mediante comunicado escrito à Associação, este prazo poderá ser estendido;
40. Ao sair da RESEX, o beneficiário deverá notificar e registrar imediatamente a sua saída à Associação, informando quanto tempo e o motivo pelo qual ficará fora. Caso não comunique, ele perderá o direito de usufruir da Reserva, e seu ato caracterizará abandono de colocação;
41. A transferência ou troca de colocações entre moradores da RESEX deve antes ser precedida de consulta às comunidades envolvidas, à Associação e deve ser comunicada ao ICMBio;
42. É permitida a venda de benfeitorias entre moradores extrativistas e para novos moradores extrativistas, desde que o comprador respeite o limite de área por família. O morador que vende as benfeitorias de sua colocação perde seu direito de ser beneficiário;
43. Moradores de localidades da RESEX onde não haja ocorrência de seringueiras poderão abrir estrada de seringa em outro local da Reserva, sem, no entanto configurar a ocupação de dois sítios (cada morador só pode ter um sítio). Antes de agir, o morador deve consultar a Associação e a comunidade onde pretende abrir a estrada de seringa;
44. Em caso de constatado abandono de colocação, os recursos naturais existentes na colocação abandonada, como piques de castanha e estradas de seringa, poderão ser destinados a outros beneficiários da Reserva mediante comunicado à Associação e ao ICMBio e a extrativistas de outras reservas da região;
45. A entrada de extrativistas de outras reservas da região em colocações abandonadas somente poderá ser realizada mediante o consentimento da comunidade, da Associação, e com o aval do ICMBio. O extrativista deve comprovar sua condição de extrativista beneficiário, com documento fornecido pela sua área (reserva) de origem;

46.O extrativista vindo de outra reserva da região que tenha se estabelecido na RESEX do Rio Ouro Preto deverá passar por um período de um ano de prática de atividades extrativistas antes de se tornar beneficiário efetivo na RESEX Rio Ouro Preto.

4.4 **Zoneamento da RESEX**

O zoneamento é, segundo o SNUC, a definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicas, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados, ou seja, organizar o uso e a conservação dos recursos naturais.

O zoneamento da Resex foi elaborado a partir de atividades de mapeamento participativo em 2010 e 2011, com base nas informações de uso do território pelos comunitários, bem como dos gestores e de dados levantados na Resex desde sua criação. Na oficina de abril de 2013 o zoneamento foi consolidado, na forma que se segue:

- Zona de Conflito (28.456,02 hectares):

Trata-se da região a noroeste da RESEX, cujo uso e ocupação conflitam com os objetivos da UC. A área é ocupada por população não tradicional desde antes da criação da Resex, que a utiliza para a agropecuária intensiva, sendo aproximadamente 40% desmatada. É constituída por lotes do Programa Soldados da Borracha e lotes em fase de regularização fundiária pelo INCRA. O projeto de lei em tramitação no Senado Federal, PLS 206/2007, solicita a exclusão da área dos limites da Resex.

No Contrato de Concessão do Direito Real de Uso assinado entre o ICMBio e a ASAEX em dezembro de 2010, a área ficou “sobrestado”, tendo em vista a situação fundiária e a possibilidade da área ser desafetada da Resex.

O ICMBio não gerencia a área sob a perspectiva de uma Resex, mas de acordo com o Código Florestal, especialmente no que tange ao regime de proteção das APPs, de forma a evitar maiores confrontos, já que a destinação definitiva da área ainda não está resolvida.

Assim, as normas aplicadas a essa zona, enquanto não resolvido o conflito, são aquelas aplicadas às demais propriedades rurais em geral, determinadas pelo Código Florestal (Lei 12.651/2012).

É permitida a realização de pesquisas científicas, desde que autorizadas na forma da legislação vigente, observando-se principalmente a IN-Ibama nº 154/2007 em todos os

casos; a MP nº 2186-16/2001 quando houver acesso a componente do patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado; o Decreto 98.830/1990 e a Portaria MCT nº 55 de 14/03/1990, quando as pesquisas forem realizadas por estrangeiros.

- Zona de Uso Intensivo (29.661,43 hectares):

Nessa zona, definida de forma não contínua ao longo do Rio Ouro Preto e nas comunidades de linha seca, ao longo do ramal, é permitido o uso intensivo do solo, em acordo com o Acordo de Gestão, respeitando-se o limite máximo de 20 hectares de área total a ser derrubada por família, para produção de alimentos e criação de animais. Cada família pode abrir até dois (2) hectares por ano, sendo no máximo um (1) hectare de mata nativa e um (1) hectare de capoeira, até atingir os 20 hectares máximos totais. Dentro desses limites de área derrubada, cada família pode criar até 12 cabeças de gado.

Nessa zona ficam localizadas as casas dos moradores, bem como criações de pequenos animais, escolas, ramais, postos de saúde e outras benfeitorias.

É permitida a realização de pesquisas científicas, desde que autorizadas na forma da legislação vigente, observando-se principalmente a IN-Ibama nº 154/2007 em todos os casos; a MP nº 2186-16/2001 quando houver acesso a componente do patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado; o Decreto 98.830/1990 e a Portaria MCT nº 55 de 14/03/1990, quando as pesquisas forem realizadas por estrangeiros.

- Zona de Extrativismo (123.985,01 ha):

A pedido das comunidades e reconhecendo o uso tradicional do território, que condiz com a geologia do terreno, essa zona foi dividida em duas:

- Zona de Extrativismo 1 (92.555,11 hectares):

Área principalmente de terra-firme, destinada ao extrativismo de recursos naturais em geral, vegetais e animais, para manutenção do modo de vida e sobrevivência das comunidades beneficiárias da Resex, sendo permitido o uso comercial de produtos extrativistas, desde que respeitado o Acordo de Gestão. Destaca-se a grande quantidade de castanhais existentes nessa zona.

É permitida a extração de madeira pelos moradores para uso próprio e interno à Resex.

É permitida a construção de casas, de acessos e de benfeitorias relacionadas à produção extrativista, desde que as instalações sejam de baixo impacto ambiental.

É permitida a realização de pesquisas científicas, desde que autorizadas na forma da legislação vigente, observando-se principalmente a IN-Ibama nº 154/2007 em todos os casos; a MP nº 2186-16/2001 quando houver acesso a componente do patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado; o Decreto 98.830/1990 e a Portaria MCT nº 55 de 14/03/1990, quando as pesquisas forem realizadas por estrangeiros.

- Zona de Extrativismo 2 (31.429,90 hectares):

Área de várzea ao longo do Rio Ouro Preto, destinada principalmente à extração de seringa e à pesca para alimentação.

É permitida a pesca profissional e a comercialização de pescado pelos moradores somente mediante elaboração e aprovação de plano de manejo específico.

É permitida a construção de casas e de infraestrutura simples de acesso.

É permitida a realização de pesquisas científicas, desde que autorizadas na forma da legislação vigente, observando-se principalmente a IN-Ibama nº 154/2007 em todos os casos; a MP nº 2186-16/2001 quando houver acesso a componente do patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado; o Decreto 98.830/1990 e a Portaria MCT nº 55 de 14/03/1990, quando as pesquisas forem realizadas por estrangeiros.

- Zona de Manejo Florestal (22.524,01 hectares):

Área de terra firme localizada a nordeste da Resex, limitada pelas coordenadas aproximadas: 64°30'3.074"W e 10°38'5.153"S; 64°29'28.470"W e 10°42'33.363"S; 64°47'4.304"W e 10°44'21.270"S; 64°47'12.681"W e 10°43'1.592"S; 64°43'32.054"W e 10°39'30.333"S. Área proposta para realização de manejo florestal sustentável com interesse comercial, a depender da elaboração e aprovação de plano de manejo florestal sustentável de acordo com a legislação vigente, especialmente a IN-ICMBio nº16/2011.

É permitida a realização de pesquisas científicas, desde que autorizadas na forma da legislação vigente, observando-se principalmente a IN-Ibama nº 154/2007 em todos os casos; a MP nº 2186-16/2001 quando houver acesso a componente do patrimônio genético

e ao conhecimento tradicional associado; o Decreto 98.830/1990 e a Portaria MCT nº 55 de 14/03/1990, quando as pesquisas forem realizadas por estrangeiros.

- Zona de Preservação

Compreende as áreas estipuladas no mapa, ao longo do Rio Ouro Preto, onde não há ocupação humana e que se destinam à proteção de lagos “berçários” e de tabuleiros de desova de quelônios. São elas: Baía do Socó, Praia da Mangueira, Praia do Tiririca, Baía do Lobato, Praia do Poção, Baía da Mangueira, Baía da Macumba. É proibido pescar e caçar nessas áreas, bem como explorar outros recursos naturais.

É permitida a realização de pesquisas científicas, desde que autorizadas na forma da legislação vigente, observando-se principalmente a IN-Ibama nº 154/2007 em todos os casos; a MP nº 2186-16/2001 quando houver acesso a componente do patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado; o Decreto 98.830/1990 e a Portaria MCT nº 55 de 14/03/1990, quando as pesquisas forem realizadas por estrangeiros.

Regras gerais:

- 1) Fica garantida, em toda a área da Resex, nos termos do Decreto 4.411/2002: a) a liberdade de trânsito e acesso, por via aquática, aérea ou terrestre, de militares e policiais para realização de deslocamento, estacionamentos, patrulhamento e demais operações e atividades, indispensáveis à segurança e integridade do território nacional; b) a instalação e manutenção de unidades militares e policiais, de equipamentos para fiscalização e apoio à navegação aérea e marítima, bem como das vias de acesso e demais medidas de infraestrutura e logísticas necessárias; c) a implantação de programas e projetos de controle e ocupação da fronteira.
- 2) Esclarece-se que o subsolo de toda a área prevista no memorial descritivo de criação da UC integra a Resex do Rio Ouro Preto. Assim, e conforme o parágrafo 6º; art. 18, da Lei 9.985/2000, a exploração de recursos minerais é proibida em todo o território da Resex.

Atrações turísticas:

Em meados de 2010 foi realizado o inventário dos atrativos turísticos da RESEX e duas oficinas de conceituação e apresentação das informações preliminares recolhidas. Nessas oficinas, minutas dos possíveis roteiros de visitação puderam ser construídas, com a participação de representantes comunitários. Observou-se que existe um grande interesse em implementar o uso público na região, e que a região apresenta bons atrativos que podem ser comercializados. Os cinco atrativos mapeados na Resex, até o momento, nas zonas de extrativismo e de uso intensivo, estão identificados no mapa de zoneamento e detalhados abaixo:

- **Baía do Socó na Comunidade Ouro Negro:** A Baía do Socó possui águas de tonalidade negra, sendo grande parte coberta por vegetação do tipo lentilha d'água, compondo um cenário aberto de aproximadamente 3.000 m². A observação de aves, especificamente socós, que transformam o lugar em um verdadeiro ninhal, é a maior atração do lugar, pois podem ser vistos até quatro espécies deles: socó-azul, socó bico-de-colher, socó-onça e o socó-boi. As árvores e arbustos ficam repletos de ninhos com ovos azuis e filhotes, podendo ser facilmente observados, a pequenas distâncias.



Figura 4.1. Baía do Socó.

O acesso à baía é feito pelo igarapé do Socó, a partir do rio Ouro Preto. Em razão da entrada estreita, repleta de vegetação, bem como pela característica do atrativo, que é de observação, a visitação deve ocorrer em pequenas embarcações, sem motores, sendo preservado o máximo de silêncio, no sentido de garantir a observação das aves com maior proximidade. Nas proximidades da entrada do igarapé que dá acesso à baía, é comum a presença de botos.

- **Campo de areia na Comunidade Floresta:**

O atrativo lembra uma enorme clareira, composta por areia fina e pequenos arbustos bem característicos de formações de savana. É, de fato, um cenário natural singular, em meio à floresta densa. Na área, além da beleza da sua flora e da alva areia, pode-se avistar a imponência da serra do Ouro Preto. O campo serve de passagem para os animais, como: caititu, queixada, tatu, cobras, dentre outros, podendo ser visto, comumente, os seus rastros.



Figura 4.2. Campo de areia.

O atrativo não é de fácil acesso, pois há uma mata densa que deve ser percorrida a partir da margem do rio, por entre estreitas picadas. A visita deve ser realizada em horários de baixa insolação, por se tratar de um campo aberto. De acordo com os comunitários, o campo vem tendo, ao longo dos últimos anos, um grande crescimento de vegetação, sobretudo rasteira.

- Igarapé do Bicho na Comunidade Sepetiba:

O Igarapé do Bicho possui águas de tonalidade escura, sendo que no período de maior estiagem tornam-se mais claras, em razão do seu encontro com o rio Ouro Preto, que possui maior volume. Suas águas tranquilas são alteradas com a aparição de intensas borbulhas, que as deixam turvas. Segundo uma antiga lenda local, esse acontecimento começou a ocorrer, após pai e filha atirarem ao igarapé uma criança recém-nascida, fruto de incesto. Entretanto, o que de fato ocorre, embora nunca explicado cientificamente, é a presença de cardumes de surubins que, em intensos movimentos, junto ao solo, causam esse curioso fenômeno, tendo despertado, durante anos, o imaginário dos comunitários. O trecho do igarapé, onde acontece este fato é de, aproximadamente, 50 m de largura, com

mata ciliar é bastante preservada e localiza-se em uma curva, que permite a observação da serra ao fundo.



Figura 4.3. Igarapé do Bicho.

O acesso ao igarapé é feito a partir do rio Ouro Preto não havendo dificuldades para se chegar até o local, nem maiores restrições quanto à visitação, embora se facilite, para uma melhor observação do fenômeno, que os motores das embarcações sejam desligados, preservando-se o silêncio. O Igarapé do Bicho está situado nas proximidades da divisa com a Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau.

- Trilha da Lagoa na Comunidade Nova Colônia:

A Trilha da Lagoa tem sua maior parte em floresta densa, onde podem ser observadas várias importantes espécies de árvores nativas, como: copaíba, castanheira, uchi e cachimbeira. As águas da lagoa possuem tonalidade levemente escura e de acordo com o período do ano altera sua localização. Durante o seu percurso pode se observar diversos rastros de catetos, queixadas, pacas, cutias, veados e antas ou mesmo avistar os próprios animais.



Figura 4.4. Trilha da Lagoa

O acesso à lagoa é feito do partir do rio Ouro Preto, passando pelo igapó, no período de cheia, não havendo dificuldades para se chegar até o local, nem maiores restrições quanto à visitação, embora a preservação do silêncio facilite a observação de fauna.

- Rio Coração na Comunidade Três Josés:

O trecho do rio Ouro Preto em formato de coração apresenta uma belíssima visão do dossel da floresta. A mata ciliar densa serve de contorno para o singular desenho, que é preenchido pelo tom escuro das suas águas, que podem variar sua cor e volume, conforme o período do ano. A noção do seu formato só pode ser facilmente observada do alto, pois dada sua grande extensão, não favorece essa percepção.



Figura 4.5. Rio Coração visto em imagem de satélite.

A visita ao “coração” é feita pelo rio Ouro Preto, podendo-se pegar atalhos pelos chamados “furos”, bastante comuns na região na época da cheia. Embora o rio Ouro Preto detenha uma hidrografia bastante sinuosa, apenas este local possui um formato tão singular.

4.5 Proposta de Zona de Amortecimento (ZA)

Conforme orientação jurídica e institucional atual, o plano de manejo de uma UC, exceto RDS, não deve instituir sua zona de amortecimento, o que caberia a um decreto ou instrumento legal superior. Portanto, a zona de amortecimento aqui prevista é uma proposta, a ser implementada ou reavaliada posteriormente, conforme os entendimentos legais vigentes.

A Resex Rio Ouro Preto integra um conjunto de áreas protegidas no oeste de Rondônia, de modo que, ao sul, em sua face oeste, limita-se com a RESEX Pacaas Novas, ao "meio" com a REBIO Rio Negro Ocaia, e ao leste com a terra indígena Uru-Eu-Wau-Wau. Já ao norte, em sua face leste, limita-se com o Parque Estadual de Guajará-Mirim, e com a terra indígena Igarapé Lage. Portanto, apenas em sua face oeste, no lado norte é que não faz limite com nenhuma outra área protegida e onde há maior vulnerabilidade ambiental e necessidade de regular as atividades praticadas na área, especialmente a pecuária extensiva, de forma a conter o avanço dessa atividade para o interior da RESEX.

A presença de gado em igarapés que nascem fora dos limites da RESEX foi apontada como um fator importante, uma vez que o pisoteio do gado nas regiões próximas às nascentes do Igarapé, bem como a supressão da vegetação próxima ao leito do rio pode comprometer a qualidade e quantidade da água desse igarapé que flui para a RESEX. O Igarapé mais atingido por essa situação é o "Sempre Serve", que passa pela comunidade Ramal dos Macacos e segue até desembocar no Rio Ouro Preto.

Portanto, para efeito de zona de amortecimento, atenção especial deve ser dada às áreas onde a região de cabeceira ou nascentes de igarapés afluentes do rio fiquem fora da RESEX em áreas não-florestadas.

As cabeceiras da face sul e leste da RESEX, localizadas além dos limites da Unidade estão já protegidas nas outras áreas protegidas, incluindo as cabeceiras do próprio rio Ouro Preto.

Entretanto, foi observada a necessidade de conter o avanço do desmatamento no entorno da RESEX, fronteira da face oeste, do lado norte da RESEX, no trecho limítrofe que vai da Terra Indígena Igarapé Laje até o extremo oeste da unidade, por tratar-se do único trecho da Reserva toda que não faz fronteira com outras áreas protegidas, e que, portanto, está mais vulnerável.

Assim, a proposta de zona de amortecimento considera o exposto acima e limita-se à porção noroeste da Resex, que não se limita com outra área protegida, perfazendo área de 40.231,25 hectares (Anexo B12). Segue pelo divisor de águas e inclui a maioria das nascentes dos tributários da margem direita do Rio Pacaás Novos, próximo à sua foz.

A UC deve envidar esforços para que, minimamente a Lei do Código Florestal (Lei 12.651/12) seja cumprida na região, garantindo o regime de proteção às Áreas de Proteção Permanente (APP) de beira de córregos. Onde as APP estiverem degradadas, deve-se cobrar a recuperação aos responsáveis. Também, na ZA, não deve ser permitida a

instalação de atividades poluidoras que possam ameaçar a qualidade da água dos cursos que drenam para a Resex.

4.6 Cenários

Resumindo as informações anteriores, especialmente as contidas no item 3.9, para constituir elementos de construção de cenários, tem-se o seguinte:

Ameaças Identificadas:

- Desmatamento;
- Progressiva escassez de pesca e caça;
- Esgotamento do solo p/ agricultura;
- Esgotamento/degradação de recursos extrativistas;
- Serviços de saúde, educação, energia e transporte muito precários na Resex;
- Conflitos fundiários e protelação de solução para a área da proposta de exclusão;
- Diminuição de servidores do ICMBio na Resex.

Oportunidades Identificadas:

- Desenvolvimento de novas atividades extrativistas e de uso sustentável de recursos;
- Melhoria das práticas extrativistas já existentes;
- Acesso a crédito e recursos de projetos pelos moradores;
- Acesso a melhorias básicas (infra-estrutura e serviços);
- Melhoria das práticas agrícolas (possibilidade de acesso a apoio técnico);
- Bom acesso a obtenção de alimentação na RESEX (pesca e caça);
- Andamento da regularização fundiária.

De acordo com esses elementos, foram identificados dois cenários extremos:

O Cenário BOM :

-Cenário de Conservação dos recursos naturais da RESEX e de melhoria das condições de vida dos beneficiários;

-Moradores se sentem motivados a permanecer na área;

-Recursos naturais mais abundantes, valorização do extrativismo, novas atividades de geração de renda pouco impactantes;

-Solução pactuada para a área da proposta de exclusão;

-Regularização fundiária finalizada;

-Equipe de servidores do ICMBio capacitada e trabalhando na Resex.

O Cenário RUIM:

-Cenário de intensa degradação ambiental, escassez de recursos naturais e abandono do extrativismo e da vida na Reserva;

-Morar na RESEX e sobreviver de seus recursos torna-se inviável ou muito precário:

-Desvalorização do extrativismo (sem subsídio, preços baixos);

-Falta de Assistência e infra-estrutura básica aos moradores;

-Falta de perspectivas de melhoria de vida no lugar (novas iniciativas, novas fontes de renda);

-Atividades de beneficiários cerceadas por ausência da regularização fundiária;

-Acirramento dos conflitos na área proposta para exclusão;

-Ausência de servidores do ICMBio na Resex.

4.7 Programas de Sustentabilidade Ambiental e Socioeconômica da Unidade

Esses programas foram construídos com base nas demandas, necessidades e potencialidades identificadas ao longo do processo de construção do plano de manejo participativo. Objetivam promover a conservação ambiental, o manejo sustentável dos recursos naturais, valorizar a cultura e melhorar a qualidade de vida da população tradicional. São cinco Programas divididos em 18 Subprogramas, cada um com seu objetivo e ações prioritárias levantadas nas oficinas participativas de 2009 e atualizadas e complementadas na oficina de abril de 2013.

As ações dos subprogramas representam a base para o planejamento operacional anual que deverá ser elaborado pela gestão da Resex.

4.7.1 Programa Qualidade de Vida e Cidadania

Esse Programa visa valorizar a cultura e melhorar a qualidade de vida da população tradicional da Resex. Está dividido em nove subprogramas, com objetivos e ações prioritárias levantadas nas oficinas participativas. A maioria das ações não são de responsabilidade de execução direta do ICMBio, e sim do estado, município ou outros órgãos federais. O ICMBio, o Conselho Deliberativo e as associações da Resex devem atuar como articuladores para viabilizar a implementação das ações.

Subprograma Saúde

Objetivo: Garantir o direito básico de saúde aos moradores da Resex

Ações prioritárias:

- Disponibilizar um agente de saúde para atender de forma contínua as comunidades ainda não atendidas, que seja habilitado para prestar primeiros socorros, fornecer remédios básicos e que trabalhe na prevenção de doenças;
- Garantir meio de transporte ou apoio regular da prefeitura para financiar condução de doentes que necessitem de deslocamento para Guajará-Mirim e para o transporte regular de agentes de saúde que atendem a RESEX;
- Garantir atendimento regular da FUNASA (ou órgão com atribuição semelhante) para realização de exame de malária: "tirar lâmina";
- Restaurar infra-estrutura do posto de saúde com estrutura para atendimento médico e odontológico;
- Viabilizar visitas regulares da equipe de saúde (incluindo médicos e dentistas) para atendimento no Barracão do Pompeu e outras localidades, inclusive para coleta de material e realização de exames preventivos. Implantar o Programa Saúde da Família (PSF) na Resex;
- Garantir ações de controle de doenças e aplicação de vacinas nas comunidades.

Subprograma Educação

Objetivo: Garantir o direito à educação aos moradores da Resex

Ações prioritárias:

- Reformar as escolas da Resex, incluindo a construção de alojamento e cozinha comunitária para os alunos e eventos que envolvam os pais;
- Implementar os telecentros nas comunidades, com oferecimento de cursos de computação. Disponibilizar acesso à tele-aula;
- Oferecer curso de alfabetização de adultos nas comunidades, adaptado à realidade da Resex;
- Oferecer supletivo modular com aulas centralizadas numa comunidade;
- Estabelecer e implantar na Resex modelo de educação que possibilite continuidade dos estudos na comunidade até segundo grau: modular, provão, escola pólo ou outra adaptação;
- Adquirir equipamentos para as escolas: *freezer* ou geladeira, televisão, DVD, bomba d'água;
- Garantir transporte para os alunos e para os professores;

Subprograma Habitação/moradias

Objetivo: Melhorar a qualidade das moradias dos beneficiários das Resex

Ações prioritárias:

- Garantir o recebimento do crédito do INCRA para as famílias cadastradas que ainda não receberam;
- Disponibilizar o crédito habitacional do INCRA para reformas e construção de melhorias nas moradias.

Subprograma Saneamento

Objetivo: Melhorar a qualidade de vida dos moradores da Resex, através da prevenção de doenças

Ações prioritárias:

- Buscar apoio para aquisição de materiais (tijolo, cimento, vaso sanitário) e construção de banheiros com fossa e descarga com água nas casas e escolas;
- Buscar apoio para aquisição de material (manilha, tijolos, tampa e cimento) e construção ou melhoria de poços nas comunidades;

- Implantar encanamento da água dos poços, adquirir caixas d'água para levar água ao interior das moradias. Adquirir bomba manual onde não há energia. Garantir visita periódica de técnico para avaliar a qualidade da água e tratar quando necessário;

- Desenvolver trabalhos de sensibilização, coleta e destinação do lixo, principalmente material plástico (embalagens pets);

- Buscar apoio para aquisição de filtros de água para beber (ou outras formas de tratamento de água) para as moradias e escolas, através da FUNASA, da Secretaria de Assistência Social ou outro órgão com essa atribuição;

- Evitar ou orientar o trânsito de animais domésticos em locais com possibilidade de contaminação da água pelas fezes dos mesmos.

Subprograma Comunicação

Objetivo: Melhorar a comunicação entre as comunidades e com a sede municipal.

Ações prioritárias:

- Instalar telefonia rural celular para todas as famílias;

- Implementar sistema de comunicação via rádio em todas as comunidades e garantir sua manutenção;

- Viabilizar um programa de rádio para divulgação das ações e assuntos que interessem aos moradores da RESEX (ex: Bom Dia Extrativista!);

- Implementar os telecentros.

Subprograma Cultura

Objetivo: Promover o resgate da cultura e identidade da população da Resex.

Ações prioritárias:

- Buscar apoio para organização de festas locais, como Dia das Crianças, São Francisco e demais encontros religiosos que sejam iniciativas das comunidades da RESEX;

- Buscar apoio para fazer livro e/ou documentário sobre histórias da RESEX, por exemplo sobre ataques de onça, perdidos na floresta, memórias de antigos moradores, entre outras possibilidades;

- Buscar apoio para organizar um museu ou centro de visitação na RESEX, incluindo objetos relacionados ao extrativismo e à cultura da região;

- Buscar apoio para a organização de eventos, para as associações de moradores do rio arrecadarem fundos para seus funcionamentos através de festas beneficentes, bingos, e eventos que possam incluir participantes não-moradores da RESEX;

- Pedir inclusão de festas tradicionais da RESEX no calendário cultural do município;

Subprograma Lazer e Esporte

Objetivo: Incentivar a prática de futebol e a realização de campeonatos na Resex.

Ação prioritária:

- Buscar patrocínios para os times de futebol da reserva e para os campeonatos realizados na RESEX;

Subprograma Energia

Objetivo: Disponibilizar energia elétrica a todos os moradores da Resex.

Ações prioritárias:

- Providenciar acesso ao Programa "Luz para Todos" para todos que ainda não receberam, através de "linhão" ou placa solar;

- Melhorar a abertura de picadas na mata para a passagem das "linhas" de energia já estabelecidas;

- Viabilizar a troca das oito baterias das centrais elétricas já existentes em Sepetiba e Sapezal, para que possam ser reativadas.

Subprograma Transporte e Acesso

Objetivo: Garantir bons acessos e disponibilizar transporte regular para todas as comunidades da Resex.

Ações prioritárias:

- Buscar apoio para construção ou reforma de acessos às colocações (pontes sobre baías, igarapés, varadouros e passarelas);

- Melhorar a organização do trajeto e manutenção do caminhão comunitário que transporta a produção dos moradores da RESEX a partir dos ramais internos da UC até Guajará-Mirim;

- Solicitar à prefeitura disponibilização de transporte coletivo para as comunidades situadas nos ramais, sendo uma linha regular de ônibus quinzenal ou semanal, para transporte de carga e pessoas;

- Promover manutenção das estradas ("ramais") anualmente, de modo a garantir acesso por estrada a todos os moradores da "linha seca";

- Buscar parceria para diminuir o valor das taxas junto ao DETRAN para tirar carteira de motorista, para os moradores da Resex.

4.7.2 Programa de Manejo dos Recursos Naturais e Cadeias Produtivas

Esse Programa visa promover a conservação ambiental e o manejo sustentável dos recursos naturais da Resex Rio Ouro Preto. Está dividido em nove subprogramas, com objetivos e ações prioritárias levantadas nas oficinas participativas. A maioria das ações previstas são de execução do ICMBio, do Conselho Deliberativo e das Associações representantes dos beneficiários, ou dependem da articulação desses para buscar parcerias.

Subprograma Borracha

Objetivo: Agregar valor, melhorar a qualidade do produto e a renda proveniente da extração da seringa.

Ações prioritárias:

- Incentivar o cultivo da semente de seringa e o plantio de mudas;

- Incentivar a reabertura de estradas antigas ou abertura de novas estradas de seringa;

- Fazer articulação pela melhoria do subsídio da borracha;

- Assessorar os moradores para que estes consigam tirar a Declaração de Aptidão do Produtor (DAP);

- Buscar apoio para transporte de produção, escoamento e venda (talvez formação de cooperativa);

- Buscar apoio para desenvolvimento de artesanato com Seringa.

Subprograma Castanha:

Objetivo: Agregar valor e melhorar a qualidade do produto castanha.

Ações prioritárias:

- Realizar estudo sobre as razões da flutuação da produção de castanha e de sua redução nos últimos anos;
- Realizar estudo da cadeia produtiva da castanha;
- Implementar as boas práticas da castanha;
- Ampliar e demarcar os piques de castanha já existentes, nas proximidades das áreas dos ramais, que são freqüentemente disputados pelos forasteiros, residentes em áreas relativamente próximas da Reserva;
- Fazer articulação pela melhoria do subsídio da castanha, garantia de mercado e de preço mínimo;
- Realizar estudo sobre viabilidade de venda de resina de castanheira;

Subprograma "Outros Produtos Extrativistas"

Objetivo: Melhorar a renda dos beneficiários da Resex através da comercialização de produtos extrativistas sustentáveis.

Ações prioritárias:

- Realizar estudos sobre o potencial de extração sustentável e de escoamento da produção do óleo de copaíba na região, exploração e beneficiamento do açaí, e venda “in natura” do Patoá e Buriti; bem como o óleo e outros produtos derivados de Patoá, Buriti, Babaçu, Tucumã, Uxi, Cupuaçu e Pequi.
- Promover curso de boas práticas de extração de copaíba;
- Apoiar o plantio de açaí solteiro e de touceira, bem como a elaboração de um projeto para produção e venda de mudas;
- Apoiar projetos de coleta e manejo de sementes para venda de espécies florestais nativas;
- Apoiar a aquisição de material, capacitação e auxílio técnico para o desenvolvimento de apicultura com espécies nativas;

-Oferecer capacitação para manejo da palha do babaçu e apoiar sua comercialização;

-Buscar apoio para estabelecer manejo e comercialização de plantas medicinais e cipós (Ambé, Timbó, Titica);

-Buscar apoio para melhorar produção e comercialização de cestarias;

-Promover curso de capacitação para confecção de biojóias e artesanatos de materiais da floresta;

-Buscar apoio para escoar as biojóias que já são produzidas na RESEX, inclusive através da manutenção de ponto de venda em Guajará-Mirim;

-Buscar apoio para capacitação e organização de cooperativa na Resex para venda de produtos extrativistas em geral;

-Promover a produção de mudas para venda e reflorestamento da Resex.

Subprograma Manejo de Animais Silvestres

Objetivo: Manejar de forma sustentável e adequada, espécies da fauna silvestre da Resex que estejam causando danos às comunidades.

Ações prioritárias:

- Realizar estudos para confirmar se há superpopulação de lontras e ariranhas na Resex. Buscar autorização para o manejo em caso positivo;

- Realizar estudos para confirmar se há superpopulação de jacarés na Resex. Buscar autorização para manejo/abate de jacarés para controle populacional e comercialização, em caso positivo.

Subprograma Recursos Pesqueiros

Objetivo: Avaliar e viabilizar a criação de peixes nativos na Resex, para consumo e comercialização.

Ações prioritárias:

-Averiguar, através de estudos locais, o potencial e a viabilidade de projetos de criação de peixes nativos da região por meio de tanques-rede em trechos do rio Ouro Preto onde a prática seja possível ou tanques escavados. Especialmente das espécies: Tambaqui, Piau e Jatuarana;

- Capacitar os moradores para a piscicultura;
- Elaborar e executar projeto de repovoamento do rio, através da criação e soltura de alevinos no rio;
- Elaborar estudo de sustentabilidade/viabilidade da comercialização de peixes locais.

Subprograma de Segurança Alimentar - Agricultura

Objetivo: Melhorar as práticas agrícolas, aumentando a sustentabilidade, a produtividade e a agregação de valor aos produtos da Resex.

Ações prioritárias:

- Buscar apoio para aquisição de maquinário comunitário com a finalidade de melhorar produtividade: peladora de café; peladora de arroz e trilhadeira; trator com arado e casa de farinha mecanizada e empacotadeira;
- Promover a industrialização do processo de fabricação e beneficiamento da farinha;
- Buscar apoio para aquisição de sementes agrícolas selecionadas;
- Promover assistência técnica regular, em campo, por um agrônomo, para melhorar a produtividade em bases sustentáveis;
- Buscar apoio para aquisição de adubos, calcário e defensivos agrícolas seguros, de preferência naturais;
- Promover a criação de uma marca/selo, para os produtos da Resex, com objetivo de agregar valor.

Subprograma de Segurança Alimentar – Criação de Animais

Objetivo: Melhorar a alimentação e a renda dos beneficiários da Resex.

Ações prioritárias:

- Promover capacitação e buscar apoio técnico para aquisição de materiais e orientações para criação confinada de pequenos animais como galinha, pato, carneiro, porco e cabra;
- Promover capacitação para criação de abelhas nativas para produção de mel (meliponicultura). Buscar apoio para aquisição de material e apoio técnico;

Subprograma Produtos Madeireiros

Objetivo: Melhorar a renda dos extrativistas através do manejo sustentável de madeira.

Ações prioritárias:

- Buscar apoio para o desenvolvimento de projeto de plantio para comercialização e manejo comercial de madeiras nativas já plantadas;
- Viabilizar autorização para comercialização da madeira derrubada nas áreas de roça e de madeira morta (caída e em pé) incluindo também aquelas encontradas em áreas de floresta, nas seguintes formas: carvão, tábuas, estaca, viga, perna manca, entre outras;
- Buscar apoio para construção de marcenaria e capacitação de moradores para beneficiamento de madeira, produção e comercialização de artesanatos e pequenos móveis feitos com madeira morta e/ou madeira aproveitada dos roçados;
- Elaborar Plano de Manejo Florestal Sustentável madeireiro para fins comerciais de madeira.

Subprograma Turismo

Objetivo: Envolver os atores sociais de Guajará-Mirim em uma experiência ecoturística sustentável, que fortaleça a cultura dos povos da floresta, através dos princípios da solidariedade, cooperação e cuidado com a Terra.

Ações prioritárias:

- Promover o Turismo de Base Comunitária (TBC) na RESEX;
- Fomentar o apoio e envolvimento dos parceiros, e das coordenações relacionadas ao ICMBio, no fomento, gestão e implementação participativa do TBC na RESEX ROP;
- Fortalecer a organização da comunidade de forma a valorizar a identidade e a cultura dos povos da floresta, e a incentivar a economia solidária e a cooperação entre as comunidades na gestão do TBC;
- Sensibilizar e capacitar os atores envolvidos nos temas essenciais ao TBC, Uso Público, e Ecoturismo de forma que as atividades sejam sustentáveis, com rotatividade e circulação do conhecimento;

- Construir um centro de visitação, a partir dos princípios da permacultura e da bioconstrução, com estrutura para alojamento, refeitório, sala de reunião, auditório, escritórios, e depósito, para oferecer suporte à gestão do TBC;
- Construir uma pousada rústica, a partir dos princípios da permacultura e da bioconstrução, de palafita ou flutuante, com capacidade para oferecer ao turista alimentação e repouso de qualidade;
- Estruturar a reserva com a infraestrutura, os serviços e os equipamentos necessários para oferecer bons roteiros de visitação, bem cuidados e sinalizados;
- Apoiar realização de eventos esportivos que sejam abertos a turistas;
- Elaborar o plano de negócios e de viabilidade econômica da atividade de TBC;
- Elaborar o plano de comunicação e marketing;
- Viabilizar intercâmbios para iniciativas semelhantes na Amazônia brasileira e latino americana (ex. Peru);
- Estabelecer metodologia de monitoramento socioambiental do impacto da visitação.

Subprograma Pesquisa

Objetivo: Promover o desenvolvimento de pesquisas no interior da UC, em diversas áreas de estudo.

Ações prioritárias:

- Buscar parceria com universidades e demais institutos de pesquisa, para realização de pesquisas, no interior da Resex do Rio Ouro Preto;
- Providenciar a celebração do temo de reciprocidade entre a Universidade Federal de Rondônia -UNIR e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio com o objetivo de promover mais pesquisas na UC e recomendar eixos de pesquisa de maior importância de acordo com suas demandas.
- Incentivar, especialmente, pesquisas relacionadas aos seguintes temas de interesse da Resex: alternativas de saneamento básico dentro da UC (água tratada, esgoto e banheiro), produtos florestais não madeireiros e madeireiros, potencialidades turísticas, agricultura sustentável, ecologia das espécies florestais como a seringa e a castanha, levantamento de fauna silvestre, ecologia e manejo da fauna silvestre e contexto antropológico da população tradicional.

4.7.3 Programa Recuperação de Áreas Degradadas

Objetivo: Promover a recuperação das áreas degradadas com espécies nativas da região, preferencialmente as de interesse comercial.

Ações prioritárias:

- Buscar apoio para a recuperação de áreas degradadas (roça e pasto) com espécies nativas frequentes na região tais como Cedro, Cerejeira, Itaúba, Copaíba, Mogno, Seringueira e Castanheira.

- Buscar incentivo financeiro para os moradores que optarem por morar em áreas de floresta sem desmatar novas áreas, vivendo apenas de extrativismo. Promover o aperfeiçoamento e aumento dos valores do “Bolsa Verde”.

4.7.4 Programa de Monitoramento e Proteção Ambiental

Objetivo: Promover a proteção da Resex contra ação de invasores e coibir crimes ambientais.

Ações prioritárias:

- Promover monitoramento frequente das áreas limítrofes da Resex para coibir a ação de invasores e o roubo de recursos da floresta;

- Melhorar o sistema de comunicação das comunidades com a cidade para a realização de denúncias;

- Consolidar a sinalização e a demarcação da Resex.

4.7.5 Programa de Gestão e Administração

Subprograma Infraestrutura e Pessoal

Objetivo: Dotar a Resex de infraestrutura e pessoal adequados, bem como realizar parcerias estratégicas, para promover a boa gestão da UC, de forma a viabilizar os demais subprogramas.

Ações prioritárias:

- Ampliar a equipe de servidores do ICMBio lotados na Resex, contando com: um engenheiro florestal, dois analistas ambientais (ou técnicos ambientais) para ficarem na Resex, dois analistas ambientais na cidade, um técnico administrativo para serviços administrativos e um motorista;

- Promover a capacitação permanente da equipe de servidores do ICMBio nas temáticas prioritárias da Resex;

- Buscar apoio para as associações e seus diretores – ASAEX e ASROP, de ordem financeira, logística, organizacional e de capacitação, para que possam se dedicar de forma contínua ao desenvolvimento trabalhos de base na Resex;

- Buscar alternativas para promover a auto-sustentabilidade das associações (ASAEX e ASROP);

- Buscar apoio para construir assoalho de alvenaria na base do Pompeu e reformá-la, incluindo espaço para reuniões comunitárias, local para guardar embarcações e alojamento para hospedar moradores da Resex em trânsito;

- Buscar apoio para promover melhorias nas sedes das Associações em Guajará-Mirim. Atualmente, uma das Associações possui sede própria e a outra está estabelecida em prédio público (casa do seringueiro), mas ambas com infra-estrutura precária, necessitando de reforma e aparelhagem: telefone, móveis de escritório, bem como um vigilante;

- Implantar os telecentros nas comunidades;

- Aperfeiçoar os procedimentos de organização das reuniões do Conselho Deliberativo da Resex, inclusive providenciando ajuda de custo na forma de diárias para os representantes das comunidades;

- Quando da próxima renovação do Conselho Deliberativo, propor a criação de mais um assento e oferecê-lo à SPU/RO-MPOG e ao Ministério da Defesa (Comando Militar da Amazônia/17ª Brigada de Infantaria de Selva, em Porto Velho), para uso conjunto, bem como oferecer a suplência do assento já ocupado pelo Departamento de Polícia Federal, à Secretaria-Executiva do Conselho de Defesa Nacional (CDN); seguindo recomendação do CDN.

Subprograma Regularização Fundiária

Objetivo: Consolidar a regularização fundiária da Resex para a plena execução do plano de manejo.

Ações prioritárias:

- Realizar vistorias nos imóveis objetos das ações de desapropriação, com sentenças transitadas em julgado e carta de adjudicação emitida, para confirmar a desocupação da área, caso os ocupantes não sejam beneficiários da UC;

- Nas áreas ocupadas por não beneficiário, cujo domínio seja do patrimônio público, tomar as medidas administrativas e judiciais necessárias para desocupação do imóvel;

- Levantar junto ao INCRA a situação fundiária dos 276 Títulos do Programa de Colonização Soldado da Borracha, ainda sem informações de registro em cartório, para tomar as medidas administrativas ou judiciais, se necessárias, para incorporação dos imóveis ao Patrimônio Público;

- Abrir processos administrativos para indenização ou compensação de reserva legal nos lotes com domínio privado.

4.8 Planejamento Estratégico

A partir das diretrizes institucionais atuais do ICMBio e tendo em vista o processo de finalização da construção do plano de manejo, decidiu-se por elaborar o planejamento estratégico da Resex Rio Ouro Preto e incluí-lo no plano.

O planejamento estratégico estabelece as prioridades da gestão da UC e as bases para a elaboração do Planejamento Operacional, a ser elaborado posteriormente pela equipe gestora da Resex. Desta forma, para que este Plano de Manejo seja posto em prática é preciso que a Unidade o utilize de forma adequada, detalhando as ações propostas em Planos de Ação Anuais.

Assim, na oficina de planejamento participativa realizada em abril de 2013 foram elaborados a missão, a visão de futuro e os valores da UC, bem como elaborados os seus objetivos estratégicos, que foram organizados num mapa.

4.8.1 Missão, Visão de Futuro e Valores

O decreto de criação da Resex Rio Ouro Preto não descreve os objetivos específicos da unidade. Portanto, durante a oficina participativa de abril de 2013, foi feito um resgate, principalmente com as lideranças mais antigas, buscando evidenciar a importância da Resex e lembrar os motivos que subsidiaram sua criação e seus objetivos. Os seguintes objetivos específicos foram elencados:

- Garantir área de trabalho livre para os extrativistas, sem patrões;
- Evitar invasões na área da Resex;
- Preservar a floresta nativa;
- Garantir o uso sustentável dos recursos naturais;
- Promover acesso à educação e à saúde aos beneficiários.

O próximo passo foi construir a missão da Resex Rio Ouro Preto, sua visão de futuro e valores. A missão é entendida como a declaração de importância da UC e do seu significado no contexto ambiental, social e institucional. Foi construída com base nos objetivos da UC e nas diretrizes do ICMBio, no olhar dos atores envolvidos com a Resex. Já a visão de futuro é uma representação acordada de uma situação ideal e possível de ser alcançada num prazo de aproximadamente cinco anos, enquanto os valores representam princípios e comportamentos desejáveis à equipe gestora e demais envolvidos (conselheiros e beneficiários) com a RESEX.

O resultado consensuado segue abaixo:

Missão: Garantir o uso do território pela população tradicional, o “viver da floresta”, com a conservação dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida dos beneficiários.

Visão de Futuro: Ser uma reserva que propicie boa qualidade de vida aos beneficiários, com acesso à energia, saúde, educação até o ensino médio, cultura tradicional valorizada e categoria profissional extrativista reconhecida.

Valores: Respeito, união, organização, sinceridade, amizade, companheirismo e valorização.

4.8.2 Objetivos estratégicos e mapa estratégico

A construção dos objetivos estratégicos se deu, primeiramente, pela priorização, pelos comunitários participantes da oficina, dos objetivos dos subprogramas de

sustentabilidade ambiental e socioeconômica (resumidos em temas, na tabela 4.1). A tabela 4.1 apresenta o resultado da atividade de priorização, na qual cada representante comunitário pôde escolher até cinco objetivos dos subprogramas mais importantes de serem alcançados nos próximos cinco anos, em sua opinião.

Tabela 4.1. Temas dos subprogramas ranqueados, em ordem decrescente de prioridade.

TEMAS DOS SUBPROGRAMAS	pontos
ENERGIA ELÉTRICA	33
SERINGA/BORRACHA	25
SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO	24
TRANSPORTE	22
PLANO DE MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL	18
PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS	17
PRÁTICAS AGRÍCOLAS	16
SAÚDE	15
EDUCAÇÃO	14
SANEAMENTO BÁSICO	13
CURSOS DE CAPACITAÇÃO	11
CASTANHA	9
CRIAÇÃO DE PEQUENOS ANIMAIS	8
PISCICULTURA	8
OUTROS PRODUTOS EXTRATIVISTAS	7
TURISMO	7
MORADIA	7
RESGATE CULTURAL	5
RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	2
PROTEÇÃO E FISCALIZAÇÃO	2
MANEJO DA FAUNA SILVESTRE	1
GESTÃO DA RESEX	0
TOTAL	264

Os objetivos de subprogramas mais priorizados foram transformados em objetivos estratégicos. Outros objetivos estratégicos foram inseridos durante a discussão na oficina

de abril/2013, buscando-se contemplar a missão e a visão de futuro da Resex. Todos foram, então, organizados em forma de mapa (Figura 4.6), através da metodologia adaptada do BSC, “Balanced Scorecard” ou Indicadores Balanceados de Desempenho (KAPLAN e NORTON, 1992; APUD CABRAL, 2012). A partir de uma visão balanceada e integrada de uma organização, o BSC permite descrever a estratégia de forma clara, por intermédio de cinco perspectivas: ambiente/sociedade, beneficiários, processos internos, aprendizado e recursos.

Ressalta-se que os objetivos estratégicos representam os desafios a serem enfrentados e não as atividades de rotina ou aquelas que já estão encaminhadas. Estas, por sua vez, não devem ser deixadas de lado na gestão da UC, mas devem continuar sendo realizadas, adicionalmente àquelas necessárias ao cumprimento dos objetivos estratégicos. O mapa tem uma “validade” prevista de cinco anos, podendo ser atualizado ou refeito após esse período ou antes, caso necessário, não estando essa modificação atrelada a uma revisão do plano de manejo. Ou seja, os objetivos estratégicos e o mapa podem ser revisados e incorporados ao plano de manejo sem que haja necessidade de se revisar todo o plano de manejo.

As perguntas norteadoras para selecionar os objetivos estratégicos foram as seguintes, adaptadas de Cabral, 2012 e Kinouchi, comunicação pessoal:

- i) Para cumprir a missão e realizar a visão de futuro, quais os resultados devem ser alcançados em relação à conservação do meio ambiente e à sociedade? Como devemos cuidar do ambiente e da sociedade? Palavra-chave: IMPACTAR.
- ii) Para realizar a visão de futuro e cuidar do ambiente e da sociedade, como devemos cuidar dos usuários (comunidades, visitantes, pesquisadores, estudantes, poder público, etc)? Palavra-chave: RESULTAR/PRODUZIR.
- iii) Para nos relacionarmos com nossos usuários e cuidar do meio ambiente e da sociedade, em quais processos internos precisamos ser bons? Palavras-chave: FAZER.
- iv) Para sermos bons nos processos considerados críticos pela estratégia, quais competências e aprendizados nossa equipe deve buscar? Quais tecnologias precisamos acessar? Como e em quais campos precisamos inovar? Palavra-chave: SER.
- v) Quais são os desafios financeiros e humanos para cumprirmos os objetivos identificados e para realizar a visão de futuro? Como acessaremos e cuidaremos dos

recursos necessários para viabilizar a estratégia da UC? Palavra-chave: TER.

Objetivos Estratégicos:

Sociedade/Ambiente (Impactar)

Ser reconhecida por prestação de serviços ambientais

Constituir barreira ao desmatamento em Rondônia

Permitir a continuidade do homem na floresta

Beneficiários (Resultar)

Possibilitar acesso a energia elétrica

Melhorar a renda dos Beneficiários

Melhorar a Comunicação entre comunidades e a cidade

Garantir acesso a educação

Garantir acesso a saúde

Garantir transporte adequado

Processos Internos (Fazer)

Regularizar a situação Fundiária

Viabilizar o PMFS

Realizar articulações com o poder público e outras organizações

Promover melhorias das cadeias produtivas da Seringa e Castanha

Estabelecer parcerias para a melhoria das práticas agrícolas

Implementar plano de turismo de base comunitária

Aprendizado (Ser)

Desenvolver a competência técnica e gerencial da equipe com foco em gestão de conflitos, geoprocessamento, regularização fundiária, populações tradicionais, gestão de áreas protegidas, políticas públicas voltadas à população beneficiária.

Promover capacitações para os beneficiários nas temáticas: organização administrativa, manejo florestal, técnicas agrícolas, castanha e seringa.

Recursos (Ter)

Buscar a ampliação do número de servidores e colaboradores

Acessar recursos financeiros junto a administração central e captar de fontes alternativas (ICMBio)

Ter autossustentabilidade administrativa e financeira (associações)

Mapa Estratégico:

O mapa estratégico expressa hipóteses a serem testadas no decorrer da implantação do Plano de Manejo, as quais poderão ser futuramente modificadas, num processo de manejo adaptativo. A hipótese explicitada no mapa estratégico em questão é que a conservação da área da Resex e seu funcionamento como barreira ao desmatamento está atrelada à permanência da população tradicional na Resex, vivendo de forma sustentável, com suas necessidades básicas satisfeitas. Para tanto, são essenciais a regularização fundiária, a articulação e parceria com outras organizações e poder público, o fortalecimento das associações de beneficiários e a garantia de recursos e pessoal capacitado do ICMBio.

Mapa Estratégico da RESEX Rio Ouro Preto

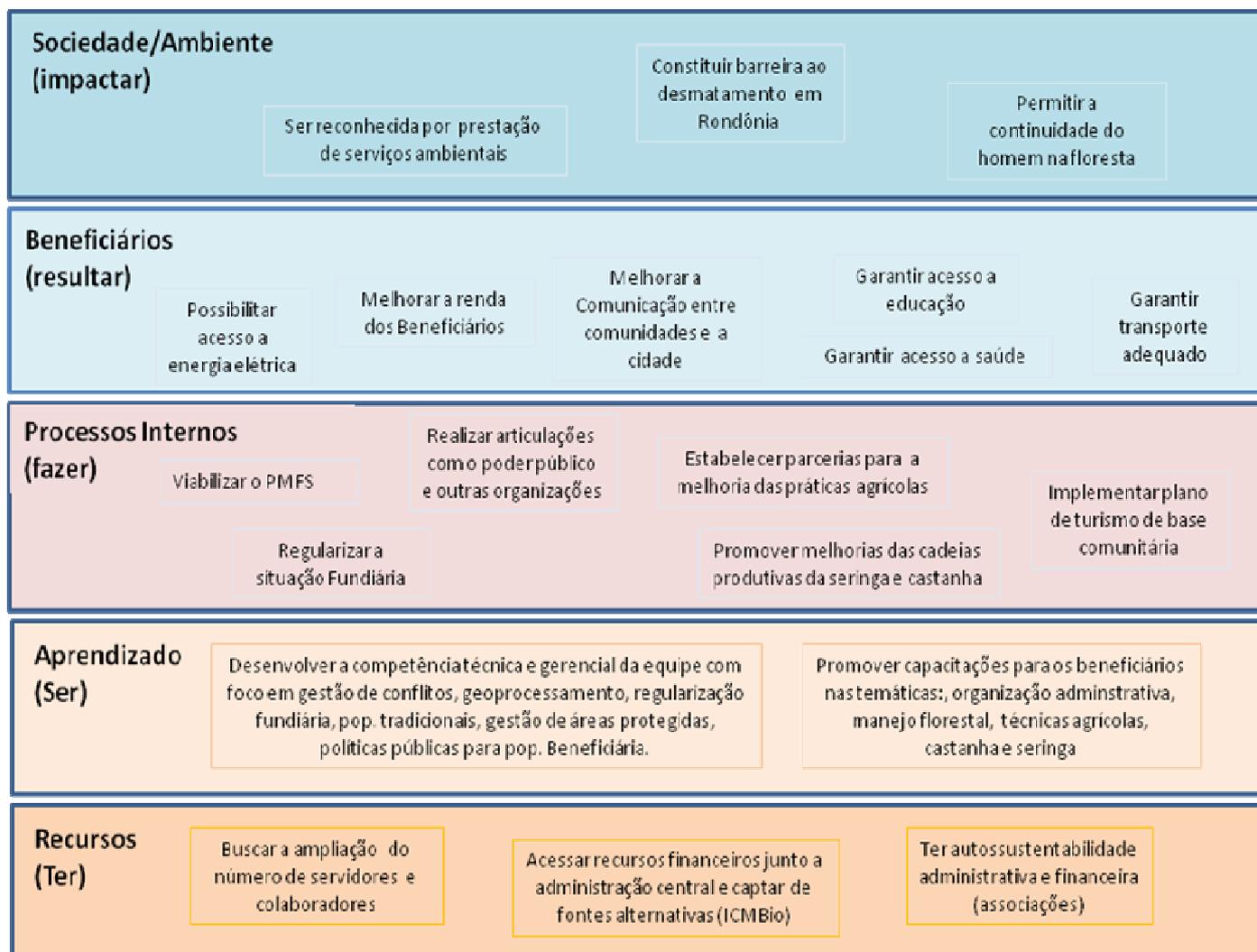


Figura 4.6. Mapa estratégico da Resex Rio Ouro Preto.

Indicadores e Metas:

Indicadores e metas foram definidos para cada objetivo estratégico. A construção levou em consideração que eles devem medir o desempenho da UC em direção à sua visão de futuro e à sua Missão, permitindo correções de rotas e o consequente aprendizado. Também, buscou-se alinhar os indicadores construídos para a UC, com os indicadores existentes no SIGE/ICMBio. Tendo em vista a realidade atual do ICMBio, de escassez de recursos humanos e financeiros, e entendendo que provavelmente não haverá alterações radicais nesse cenário nos próximos cinco anos, os indicadores e metas foram construídos considerando essa realidade.

Recomenda-se que a UC faça, anualmente, Planos de Ação, detalhando as

atividades necessárias, material, pessoal, custos e cronograma, para atingir as metas previstas para cinco anos.

Tabela 4.2. Objetivos estratégicos, com seus indicadores e metas para cinco anos.

Objetivos estratégicos	Indicadores	Metas
Ser reconhecida por prestação de serviços ambientais	Porcentagem de pessoas de Guajará-Mirim que reconhecem a Resex como patrimônio a ser valorizado.	10% da população de Guajará-Mirim reconhecem a Resex como Patrimônio a ser valorizado.
Constituir barreira ao desmatamento em Rondônia	Porcentagem da área desmatada, em hectares, na Resex.	Manter, em hectares, a mesma área desmatada atual.
Permitir a continuidade do homem na floresta	a) Número de famílias moradoras; b) Número de moradores antigos que retornaram.	a) Manter as 119 famílias beneficiárias na Resex; b) Retornar 20% dos antigos moradores que deixaram a Resex.
Possibilitar acesso à energia elétrica	Porcentagem de moradores com energia elétrica.	100% dos moradores com acesso à energia elétrica.
Melhorar a renda dos Beneficiários	Número de produtos comercializados por família.	Aumentar em dois, o número de produtos comercializados por família.
Melhorar a Comunicação entre comunidades e com a cidade	Porcentagem de comunidades com rádio ou telefone rural ou telecentro em funcionamento.	100% das comunidades com acesso a rádio, programa telecentro ou telefonia rural.
Garantir acesso à educação	a) Número de escolas de ensino fundamental em funcionamento até o 5º ano; b) Número de escolas de ensino fundamental, do 5º ao 9º ano implementadas.	a) oito escolas; b) duas escolas.
Garantir acesso à saúde	Porcentagem de moradores assistidos por agente de saúde e programas de assistência.	100% dos moradores assistidos por agentes de saúde.
Garantir transporte adequado	Porcentagem de moradores assistidos pelo transporte público.	100 % dos moradores assistidos pelo transporte público.
Regularizar a situação fundiária	Número de lotes com domínio público.	Dobrar a quantidade de lotes com domínio público.
Viabilizar o PMFS	Número de unidades de produção anual (UPAs) do PMFS exploradas.	Duas UPAs.

Realizar articulações com o poder público e outras organizações	a) Número de termos de cooperação firmados; b) Número de instituições com atuação na RESEX.	a) Três termos de cooperação firmados; b) 15 instituições.
Promover melhorias das cadeias produtivas da Seringa e Castanha	a) Números de moradores capacitados; b) Volume de produção; c) Preço de venda.	a) 50% dos castanheiros e seringueiros capacitados; b) Dobrar o volume da produção de castanha e seringa na Resex; c) Aumentar em 30% o preço de venda da castanha e seringa.
Estabelecer parcerias para a melhoria das práticas agrícolas	Porcentagem de moradores assistidos por técnicos agrícolas.	100 % dos moradores assistidos por técnicos agrícolas.
Implementar o plano de turismo de base comunitária	Número de moradores que trabalham com o turismo.	30 moradores.
Desenvolver a competência técnica e gerencial da equipe com foco em gestão de conflitos, geoprocessamento, regularização fundiária, populações tradicionais, gestão de áreas protegidas e políticas públicas voltadas à população beneficiária.	a) Número de servidores capacitados; b) Número de cursos com participação de servidores.	a) 100% dos servidores capacitados em 50% dos eixos temáticos; b) 15 cursos realizados com a participação de servidores.
Promover capacitações para os beneficiários nas temáticas: organização administrativa, manejo florestal, técnicas agrícolas, castanha e seringa.	a) Número de beneficiários capacitados; b) Número de cursos com a participação de beneficiários.	a) 50% dos beneficiários capacitados em pelo menos um dos eixos temáticos; b) 10 cursos realizados com participação dos beneficiários.
Buscar a ampliação do número de servidores e colaboradores.	a) Número de servidores; b) Número de colaboradores.	a) Aumentar o número de servidores em 100%; b) Ter três colaboradores atuando de forma direta com a Resex.
Acessar recursos financeiros junto à administração central e captar de fontes alternativas (ICMBio).	Porcentagem do planejamento executado.	100% do planejamento anual executado com orçamento institucional e de fontes alternativas
Ter autossustentabilidade administrativa e financeira (associações).	a) Valor captado via contribuição dos associados; b) Valor captado via fontes alternativas.	a) 100% dos associados em dia com sua contribuição; b) Dobrar o valor dos recursos oriundos de fontes alternativas.

5. CONCLUSÃO

O Plano de Manejo da RESEX Rio Ouro Preto foi elaborado de forma participativa e seu conteúdo reflete o diagnóstico, demandas e potenciais da área e de sua população.

As ações e parâmetros de manejo indicadas neste documento estão em consonância com a legislação ambiental vigente e apontam para uma melhoria da qualidade de vida, valorização da cultura da região, promoção do uso sustentável dos recursos naturais e conservação da biodiversidade.

A progressiva diminuição no número de moradores da Resex desde sua criação, bem como a recorrente cobrança dos beneficiários por melhorias dos serviços básicos de educação, saúde, energia e transporte na área, evidenciam que as pessoas têm abandonado suas residências na Resex, em busca de melhores condições de vida. Além de sinalizar para um possível fracasso da Resex em cumprir seus objetivos originais, a situação representa uma enorme perda para a conservação ambiental da região e para a cultura local e nacional, pois o conhecimento tradicional e o modo de vida do homem adaptado à floresta vai se perdendo.

Assim, a execução desse plano de manejo constitui o resgate da Resex Rio Ouro Preto rumo ao cumprimento dos seus objetivos originais e dos preceitos do artigo 18 do SNUC, quais sejam: proteger os meios de vida e a cultura das populações extrativistas tradicionais, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. O sucesso e efetivação dos caminhos apontados pelo plano dependerão não apenas de um esforço institucional do órgão gestor, mas também do envolvimento e pró-atividade dos moradores e de suas associações representativas.

Por fim, o documento do Plano de Manejo poderá ser revisto quando houver necessidade, desde que sua alteração seja encaminhada pelo conselho deliberativo da unidade, de modo que, atualizado, possa se manter como um "documento vivo" de gestão, simultaneamente refletindo a realidade atual da reserva e apontando caminhos para a construção de um futuro de sustentabilidade e justiça social na área.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS CITADAS OU CONSULTADAS

- ALLEGRETTI, Mary. 1994. "Reservas Extrativistas: Parâmetro para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia". In: ARNT, Ricardo.(org), *O Destino da Floresta: Reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia*. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará; Curitiba: IEA, Fundação Conrad Adenauer. pp.17-47.
- ALMEIDA, Mauro W. Barbosa.1994. As Reservas Extrativistas e o Valor da Biodiversidade . In: Mary Allegretti (org). *O Destino da Floresta. Reservas Extrativistas e DEsenvolvimento Sustentável na Amazônia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, Fundação Konrad Adenauer, e Instituto de Estudos Amazônicos, 1994, V, p. 265-226.
- ALMEIDA, Mauro W. Barbosa & PANTOJA, Mariana Ciavatta. 2000. Justiça Local nas Reservas Extrativistas. In: XXII Reunião Brasileira de Antropologia , Brasília. Anais da XXII Reunião da ABA, CD ROM.
- ALMEIDA, Mauro W. Barbosa. 2003. A Luta dos Seringueiros na Amazônia . In: Seminário ANPOCS. Mesa redonda sobre Amazonas. Caxambu. Caderno de Resumos ANPOCS.
- ALMEIDA, Mauro W. Barbosa; CUNHA, M.C. 2001. Populações Tradicionais e Conservação Ambiental. In: CAPOBIANCO, J.P.R. e outros (org) *Biodiversidade Amazônica. Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios*: São Paulo. Estação Liberdade e Instituto Socioambiental. V.P184-193.
- ALMEIDA, Mauro W. Barbosa. 2004. Direitos à Floresta e Ambientalismo: os seringueiros e suas lutas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, V 19, Nº 55. p 35-52.
- ASAEX & ASROP. 2008. Carta Aberta: Histórico da Situação da Área de exclusão da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto – Município de Guajará Mirim.
- BRASIL. 1990. Decreto Nº 99.166, de 13 de março de 1990. Cria a Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto.
- CABRAL, Rogério B.. *Gestão Estratégica, módulo 3. In: Ciclo de Formação em Gestão para Resultados*. Brasília. NEXUCs. 2012.

- CASTILHO, C.H. Aragon. 1997. Proposta de Plano de Desenvolvimento da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto. PPG-7/IBAMA/CNPT. Brasília.
- CNPT, Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado de Populações Tradicionais. 1998a. Plano de Utilização da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto. IBAMA, Brasília. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/Resex/opreto/plano.htm>
- CNPT, Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado de Populações Tradicionais. 1998b. Projeto Reservas Extrativistas – Fase Intermediária. Brasília, PPG-7/IBAMA/CNPT, 64 p.
- CNPT, Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado de Populações Tradicionais. Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto. Plano de Desenvolvimento Ambiental. 1999a. PPG-7 /MMA/IBAMA. Brasília – DF.
- CNPT, Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado de Populações Tradicionais. 1999b. Laudo Técnico: Área de Estudo para Correção de Limites na Porção Norte da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto. Guajará Mirim. RO. MMA/IBAMA.
- CNPT, Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado de Populações Tradicionais. Caracterização do histórico e criação da RESEX Rio Ouro Preto. sem data. Disponível em <Http://www.ibama.gov.br/RESEX/opreto.htm>.
- CUNHA, Lúcia Helena. 2002. Reservas Extrativistas: Uma Alternativa de Produção e Conservação de Biodiversidade. NUPAUB – USP. São Paulo.
- CUNHA, Manuela Carneiro da & ALMEIDA, M. W. B. (org.). A Enciclopédia da Floresta. *O Alto Juruá: prática e conhecimentos das populações*. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. v. 730 p.
- DEAN, W. 1989. A Luta pela borracha no Brasil. São Paulo, Nobel.
- DIEGUES, A.Carlos (org). 2000. Etnoconservação: Novos Rumos para a Conservação da Natureza. Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP. São Paulo.
- DIEGUES, A.C. & MOREIRA, A.C. (orgs). 2001. *Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum*. Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP. São Paulo.
- FLOR, H. de M. 1997. Plano de Desenvolvimento para a Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto. Brasília, Projeto BRA/92/043, 51P.
- HARDMAN, Francisco Foot. 1991. Trem Fantasma: a modernidade na selva. São Paulo, Companhia das Letras.

- IBAMA, Instituto Brasileiro de meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. 2006. Roteiro Metodológico para Elaboração do Plano de Manejo das Reservas Extrativistas e de Desenvolvimento Sustentável Federais . Brasília – DF, Junho de 2006.
- IBGE, 2007. Cidades. Guajará-Mirim. Dados Estatísticos. Disponível em: www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1
- ICMBio, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. 2007. Instrução Normativa Nº 01, de 18 de setembro de 2007. Publicada no Diário Oficial da União Nº 182, Seção I, páginas 101 e 102, de 20/09/2007, Brasília:DF.
- ICMBio, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. 2008a. Memória da Reunião para Tratar das novas diretrizes a respeito da área da área proposta para exclusão da RESEX do Rio Ouro Preto realizada em 28 de fevereiro de 2008. ICMBio: Guajará-Mirim – RO.
- ICMBio, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. 2008b. Memória da Reunião realizada em 16, 17 e 18 de julho de 2008, com as Reservas Extrativistas Barreiro das Antas e Rio Ouro Preto e Parques Nacionais Serra da Cutia e Campos Amazônicos para elaboração do Plano de trabalho preliminar dos planos de Manejo das RESEX de Guajar-a-Mirim. ICMBio: Guajará-Mirim – RO.
- ICMBio, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. 2008c. Memória da Reunião Preparatória para a oficina de Planejamento do Plano de Manejo das RESEX Barreiro das Antas e Rio Ouro Preto realizada em 22 de julho de 2008. ICMBio: Guajará-Mirim – RO.
- ICMBio, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. 2008d. Banco de dados do diagnóstico sócio-econômico- ambiental da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio:Guajará-Mirim –RO. 2008.
- ICMBio, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2008e. Relatório Preliminar de Caracterização da RESEX elaborado pelas analistas ambientais Tatiane Lima e Luciane Nars. ICMBio: Guajará-Mirim –RO.
- MILLIKAN, B. 1994. Levantamento Sócio – econômico da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto. Porto Velho, IEA, Mimeo.
- MORET, A. 2004. Relatório do Levantamento Socio-Econômico da RESEX do Rio Ouro Preto (ASAEX). Porto Velho. Universidade Federal de Rondônia.

- PADOVAN, Adenilson. 2004. Religião e Quotidiano na cidade de Alto paraíso em Rondônia. Coleção Ciências Sociais. Anablume.
- PERDIGÃO, F. & BASSEGIO, L. 1992. Migrantes Amazônicos: Rondônia, A trajetória da ilusão. Rio de Janeiro: Edições Loyola.
- PEZZUTI, Juarez. 2003. Tabus Alimentares. In: BEGOSSI, Alpina (org.). 2003. Ecologia de Pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia. São Paulo: Hucitec/NEPAM-UNICAMP/NUPAUB-USP.
- RONDÔNIA, Secretaria de Planejamento. Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia PLANAFLORO. *Contrato Governos Federal e Estadual/BIRD*. Porto Velho, 1992.
- SANTOS, Nilson. 2002. Seringueiros da Amazônia. Sobreviventes da Fartura. Tese de Doutorado em Geografia Humana – FFLCH – USP.
- SANTOS, Ailton Dias (org.) 2005. Metodologias Participativas: Caminhos para o fortalecimento de espaços públicos socioambientais. IIEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil. São Paulo: Peirópolis, 2005.
- SILVA, Maria das Graças. 2000. O Espaço Ribeirinho. São Paulo: Terceira Margem.
- SIPAM, Sistema de Proteção da Amazônia. Relatório do Programa de Monitoramento de Áreas Especiais – PROAE – Identificação do Desmatamento nas Terras Indígenas e Unidades de Conservação nos estados do Acre, Mato Grosso e Rondônia, 2007.
- SOLER, Reinaldo. 2008. Brincando e Aprendendo com os Jogos Cooperativos. Rio de Janeiro: 2a. edição: Sprint 2008.
- TEIXEIRA, Carlos Correia. O Aviamento e o Barracão na Sociedade do Seringal. Dissert. de mestrado, FFLCH/USP, São Paulo, 1980.
- VALIANTE, José Otávio. 2008. A sustentabilidade da Produção Extrativa da RESEX do Rio Ouro Preto (RO). Dissertação de Mestrado apresentada ao Núcleo de Ciências Sociais da Faculdade de Educação da UNIR. Porto Velho.
- ZARIN, Daniel J. Et al. (orgs.) As Florestas produtivas nos neotrópicos: Conservação por meio de manejo sustentável? São Paulo: Peirópolis; Brasília, DF: IEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2005.

7. ANEXOS

ANEXO A – FOTOS DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PLANO DE MANEJO

FOTO 1



Reunião de discussão da caracterização da RESEX na comunidade Floresta.

FOTO 2



Reunião de discussão da caracterização da RESEX na comunidade Sepetiba.

FOTO 3



Reunião de discussão da caracterização da RESEX na comunidade Ramal dos Macacos.

FOTO 4



Reunião de discussão da caracterização da RESEX na comunidade Nova Colônia.

FOTO 5



Reunião de discussão da caracterização da RESEX na comunidade N. Sra. dos Seringueiros.

FOTO 6



Reunião de discussão da caracterização da RESEX na comunidade Ramal dos Seringueiros.

FOTO 7



Reunião de discussão da caracterização da RESEX na comunidade Ouro Negro.

FOTO 8



Reunião de discussão da caracterização da RESEX na comunidade Três Josés.

FOTO 9



Reunião de discussão da caracterização da RESEX na comunidade Divino Espírito Santo.

FOTO 10



Reunião de discussão da caracterização da RESEX na comunidade Ramal do Pompeu.

FOTO 11

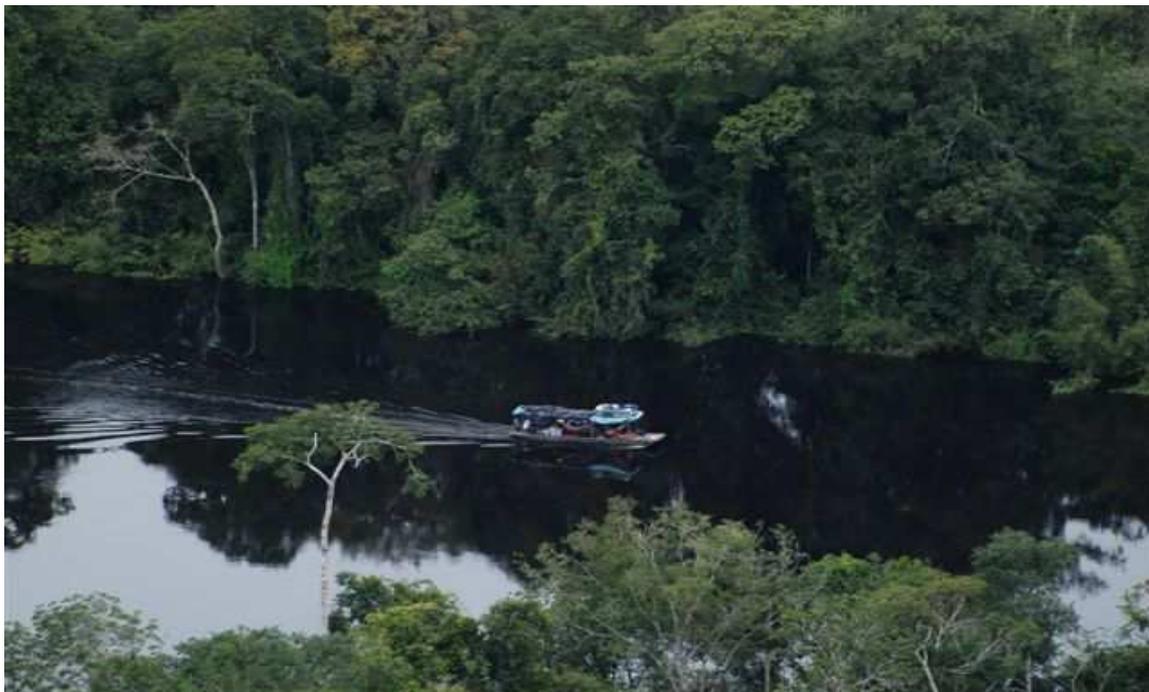


Foto aérea do rio Ouro Preto (Luciano Malanski, 2010).

FOTO 12



Imagem aérea curiosa de volta do rio Ouro Preto em formato de coração (foto de L. Malanski, 2010).

FOTO 13



Aspecto de uma colocação na margem do rio Ouro Preto (Foto aérea, L. Malanski, 2010).

FOTO 14



Aspecto do campo de areia, situado na RESEX (foto L. Malanski, 2010).

FOTO 15



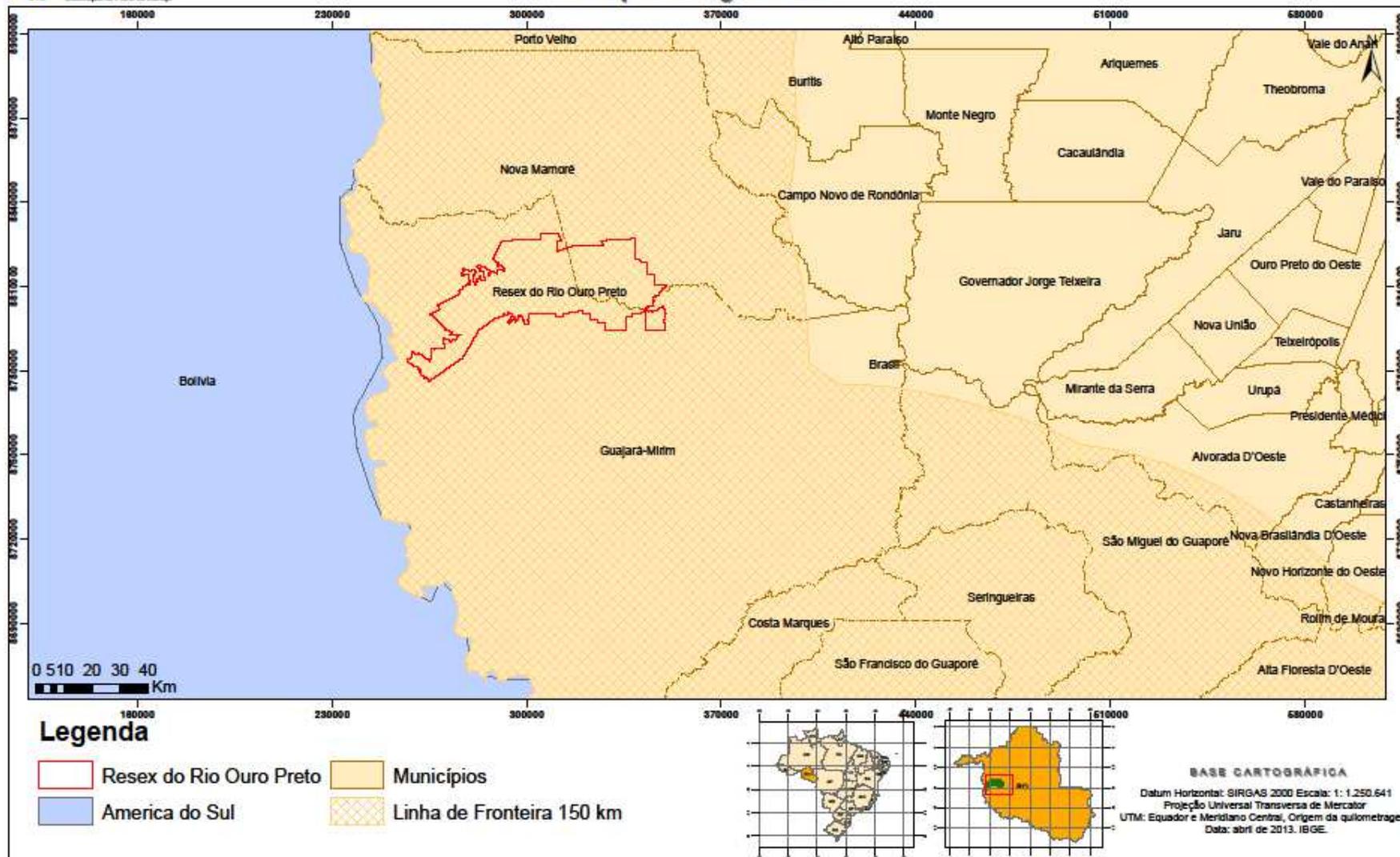
Panorama de trecho da RESEX em sobrevôo. (Foto de L. Malanski, 2010)

ANEXO B – MAPAS

ANEXO B1 – MAPA REGIONAL

Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto

Mapa Regional

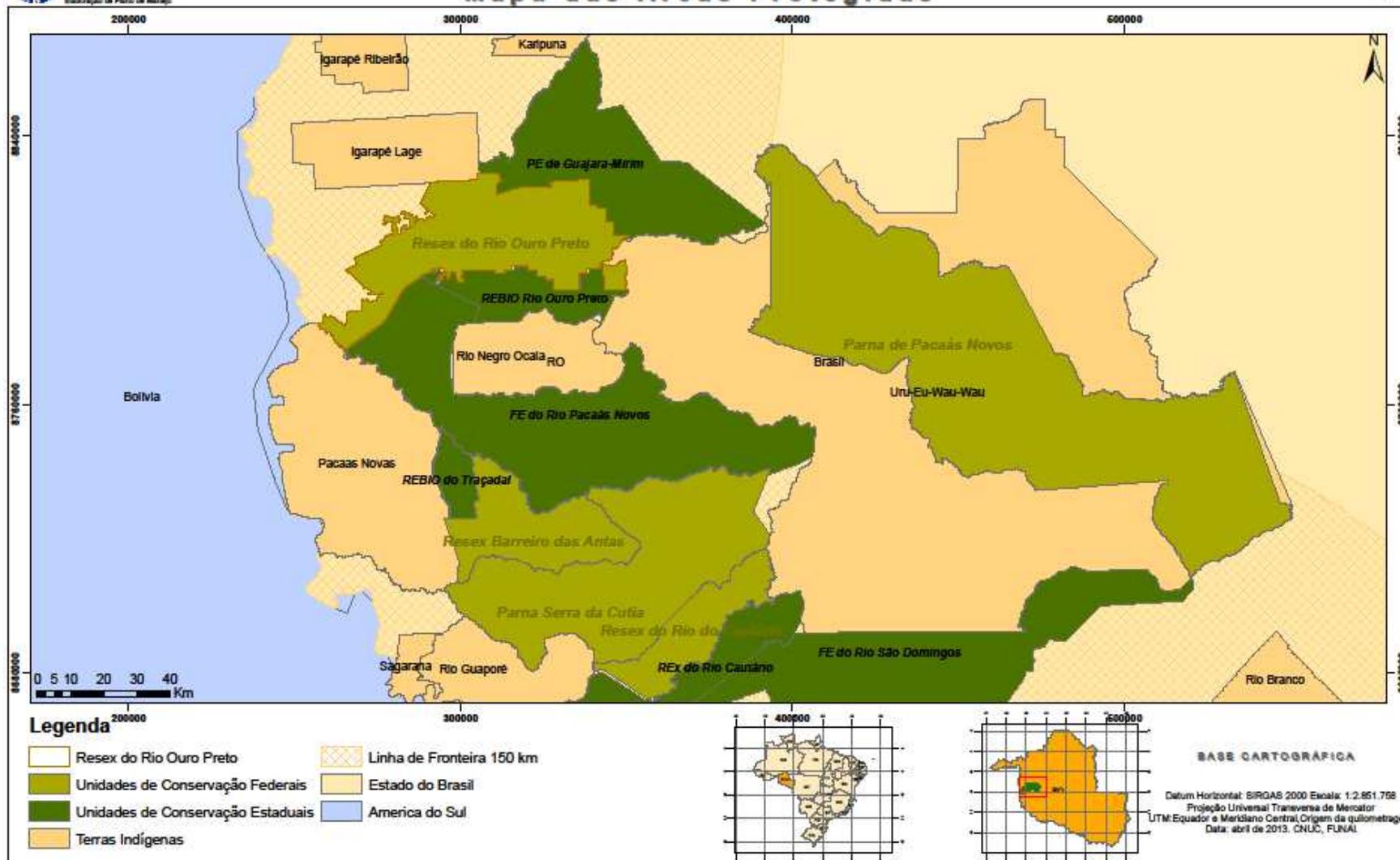


ANEXO B2 – MAPA DAS ÁREAS PROTEGIDAS



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Instituto Chico Mendes
de Conservação da Biodiversidade
ICMBio - Diretoria de Criação e
Manejo de Unidades de Conservação
Coordenação de Reserva e
Elaboração de Plano de Manejo

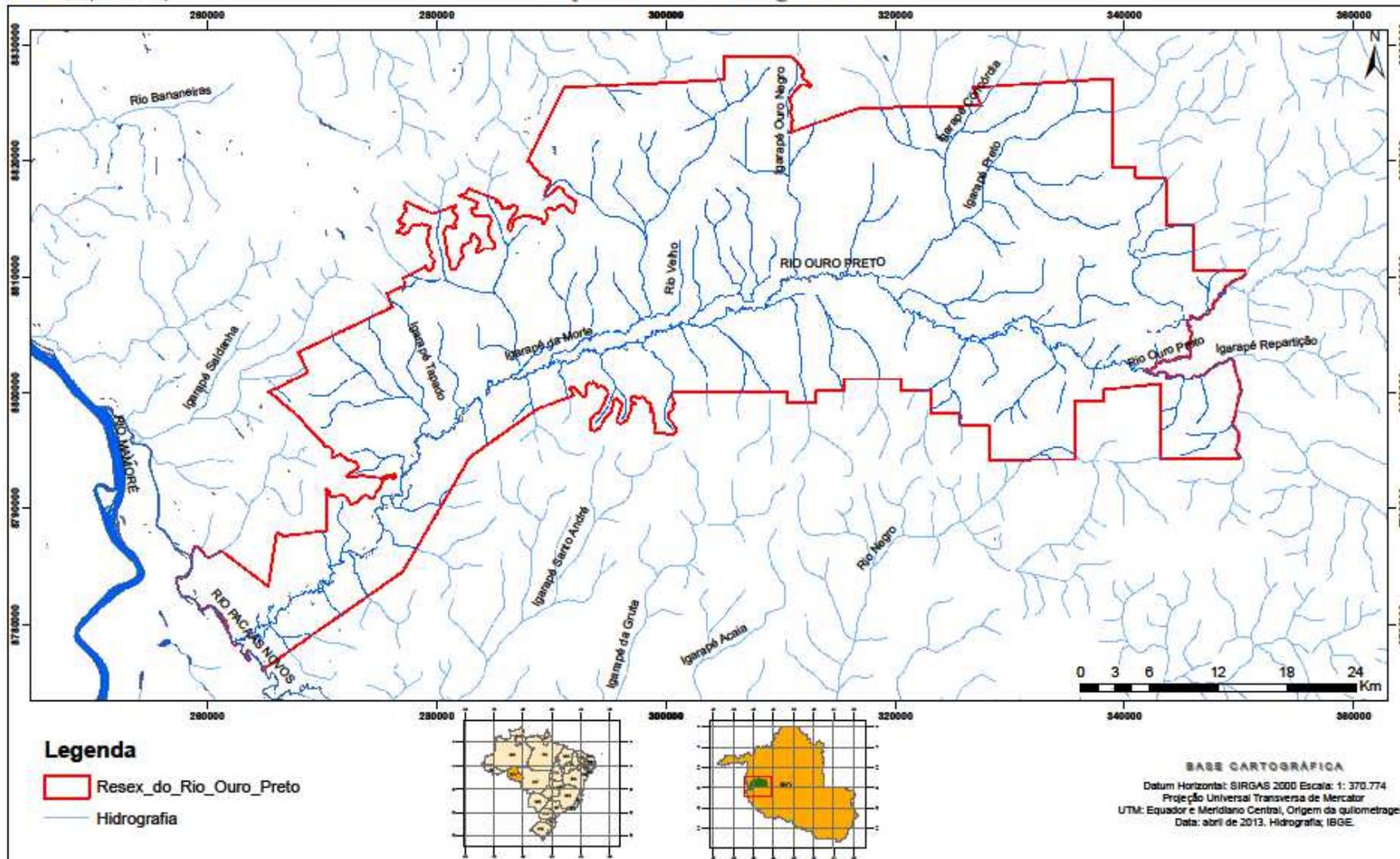
Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto Mapa das Áreas Protegidas



ANEXO B3 – MAPA DE HIDROGRAFIA

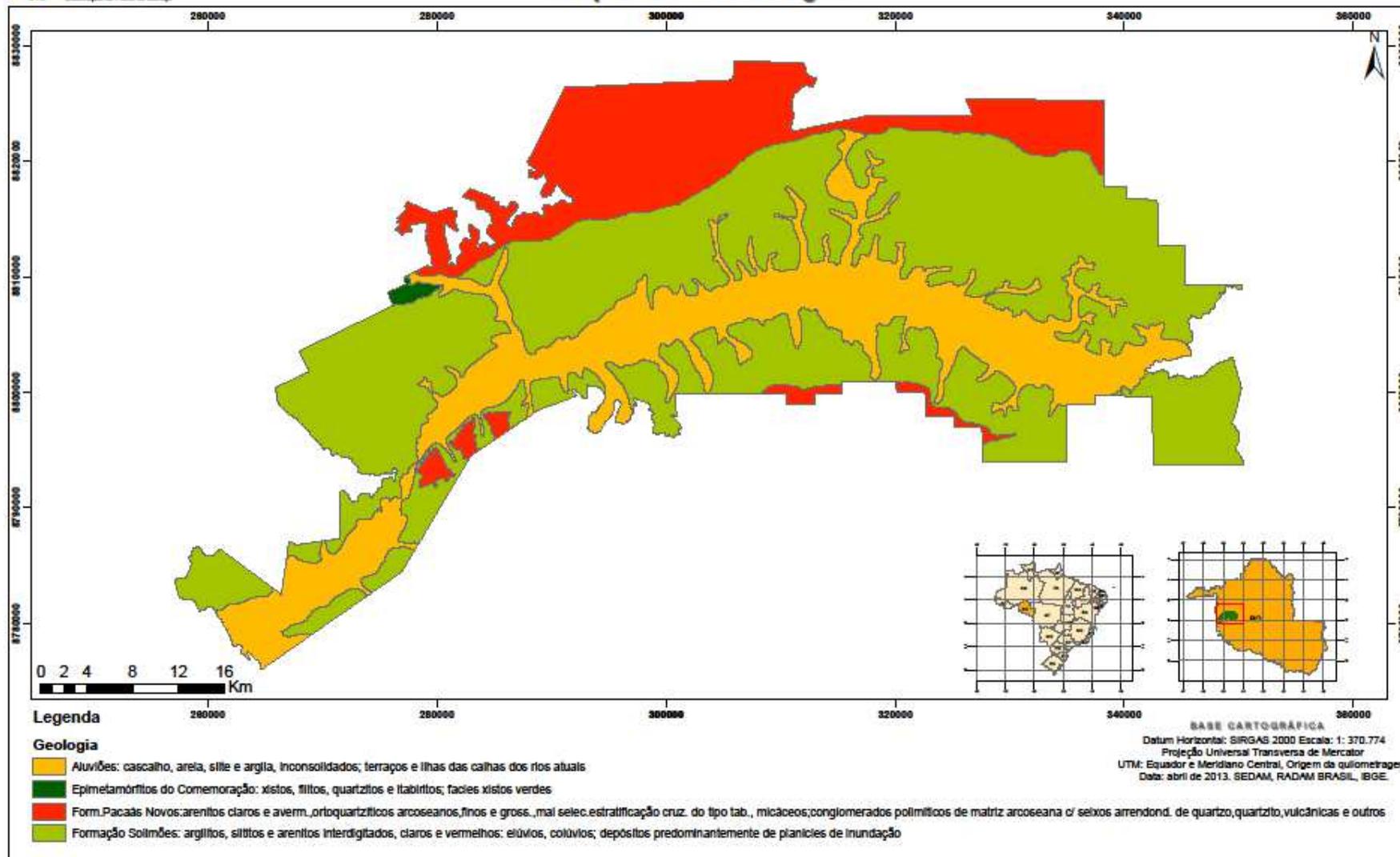
Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto

Mapa de Hidrografia



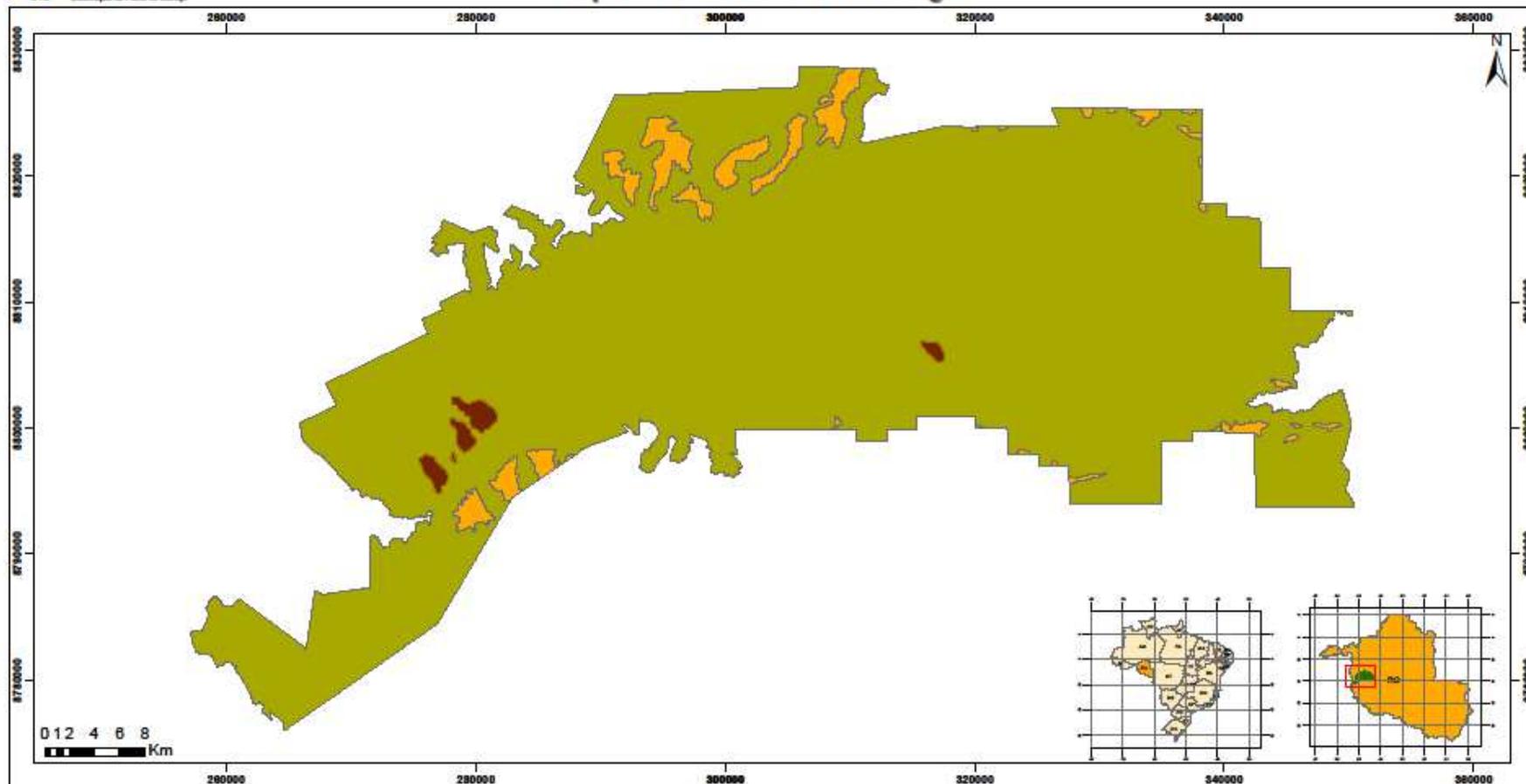
ANEXO B4 – MAPA DE GEOLOGIA

Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto Mapa de Geologia



ANEXO B5 – MAPA DE GEOMORFOLOGIA

Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto Mapa de Geomorfologia



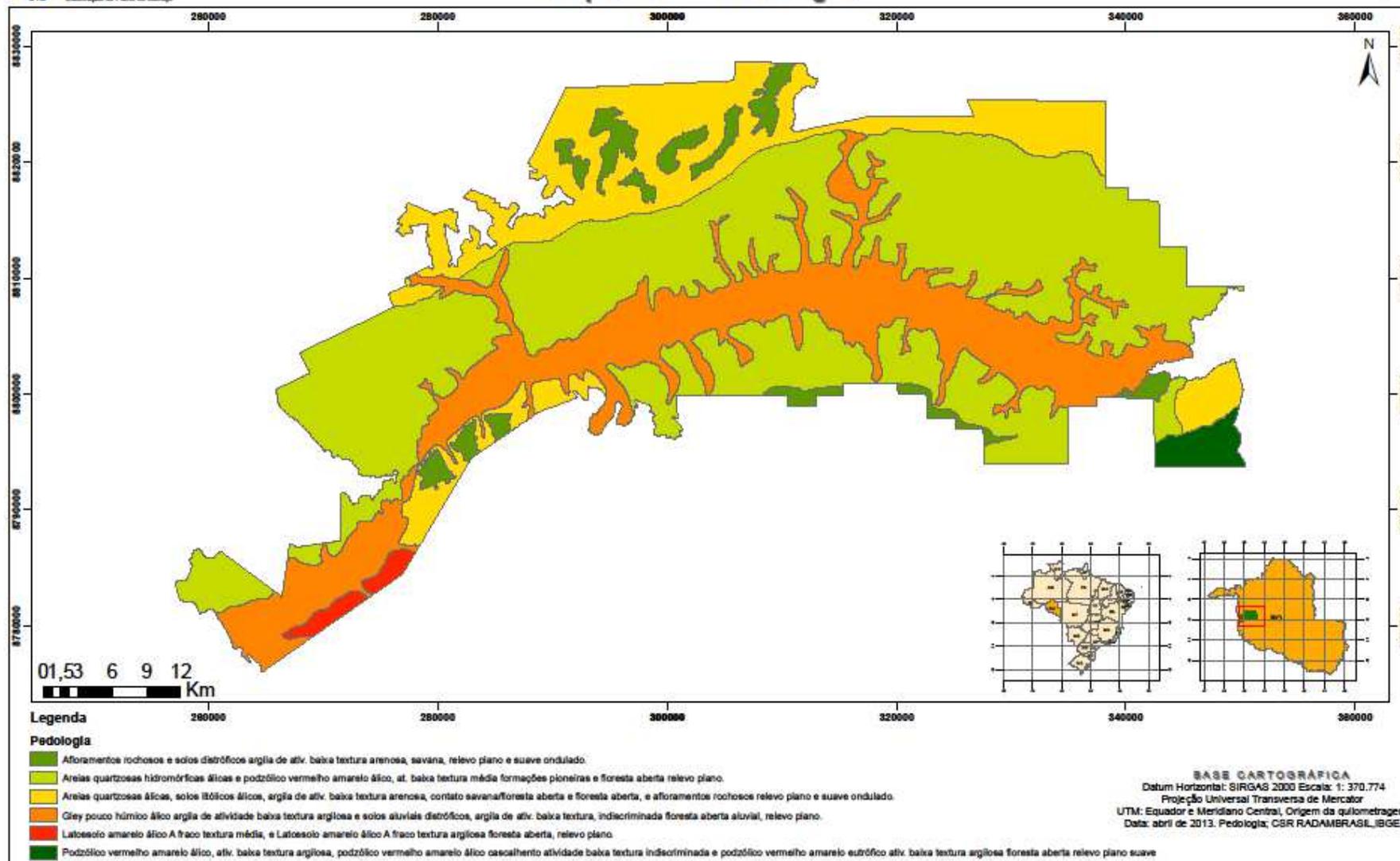
Legenda

- Superf. pediplanada. Superf. de aplainamento elaborado por processos de pediplanação, cortando litologias diversas.
- Superf. tabular estrutural. Superf. aplainada, de topo parcialmente coincidente com estr. geológica, limitada por rebordos estruturais e trabalhada por processos de pediplanação
- Áreas de acum. inundáveis. Área aplainadas c/ cob. arenosa, periód. ou perm. alag., estando geralmente incorporadas de modo precário à rede de dren. e, eventualmente ñ apres. qualquer ligação c/ ela.

BASE CARTOGRÁFICA
Datum Horizontal: SIRGAS 2000 Escala: 1: 370.774
Projeção Universal Transversa de Mercator
UTM: Equador e Meridiano Central, Origem da quilometragem
Data: abril de 2013. SEDAM RADAMBRASIL/IBGE.

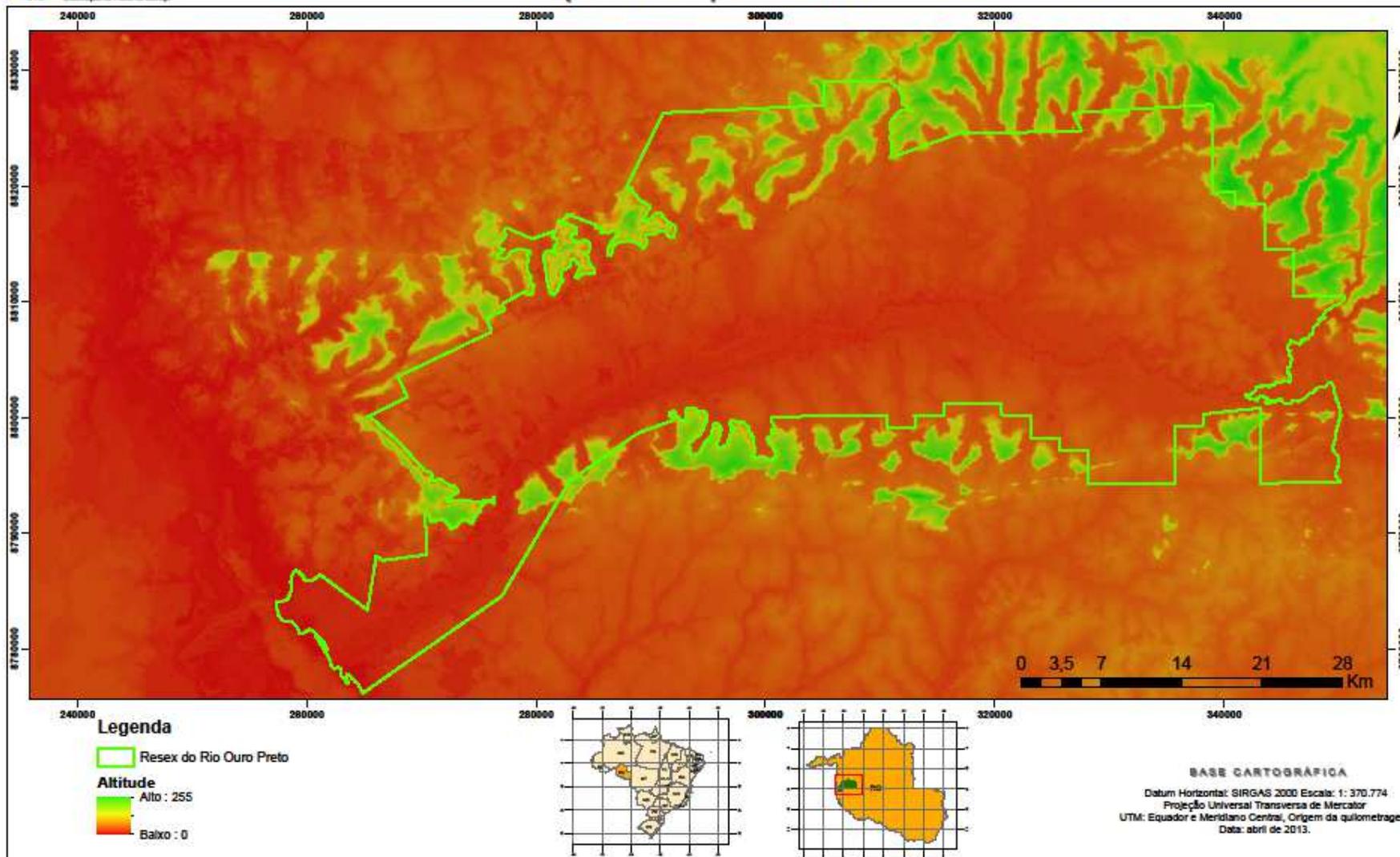
ANEXO B6 – MAPA DE PEDOLOGIA

Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto Mapa de Pedologia



ANEXO B7 – MAPA DE HIPSOMETRIA

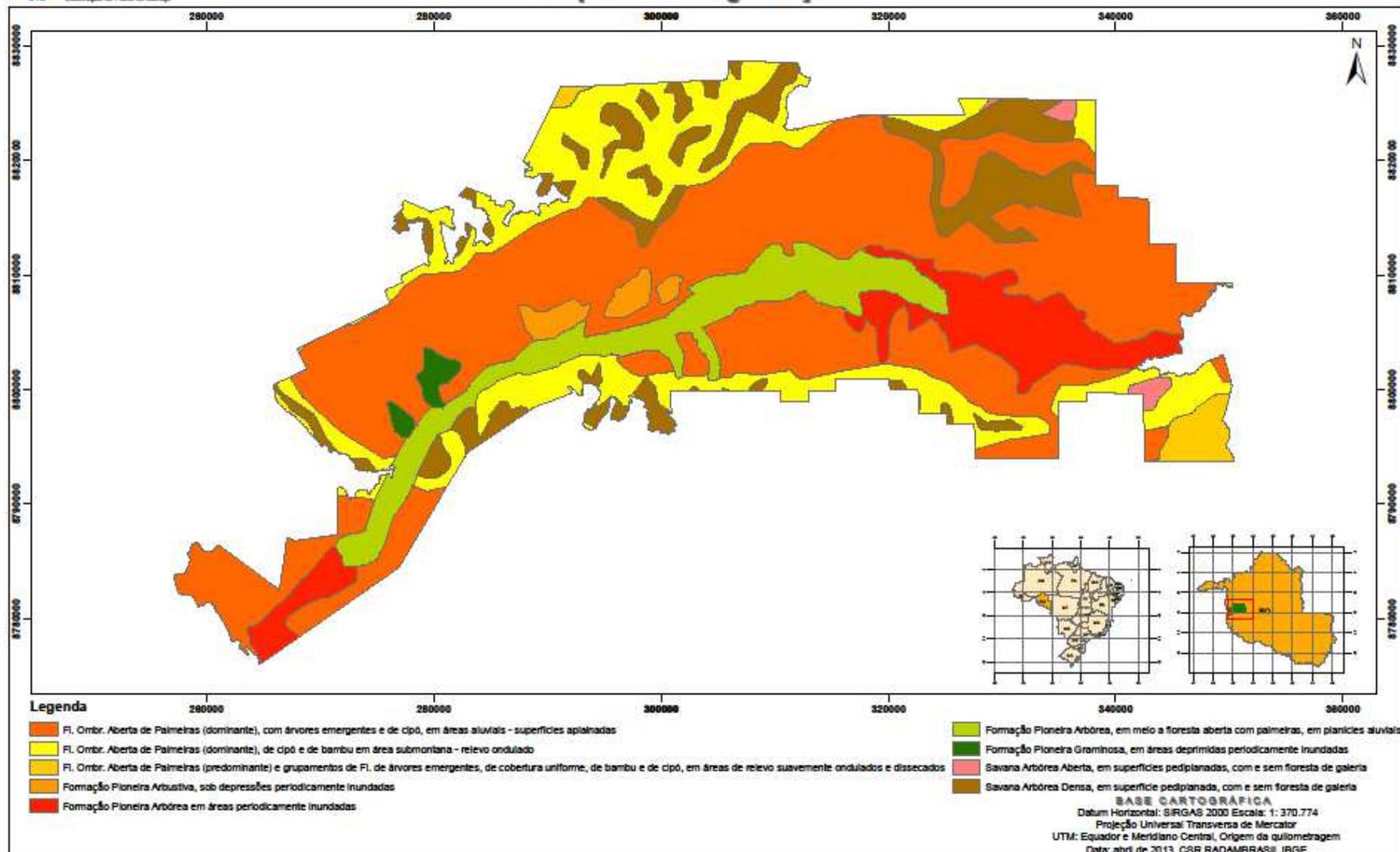
Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto Mapa de Hipsometria



ANEXO B8 – MAPA DE VEGETAÇÃO

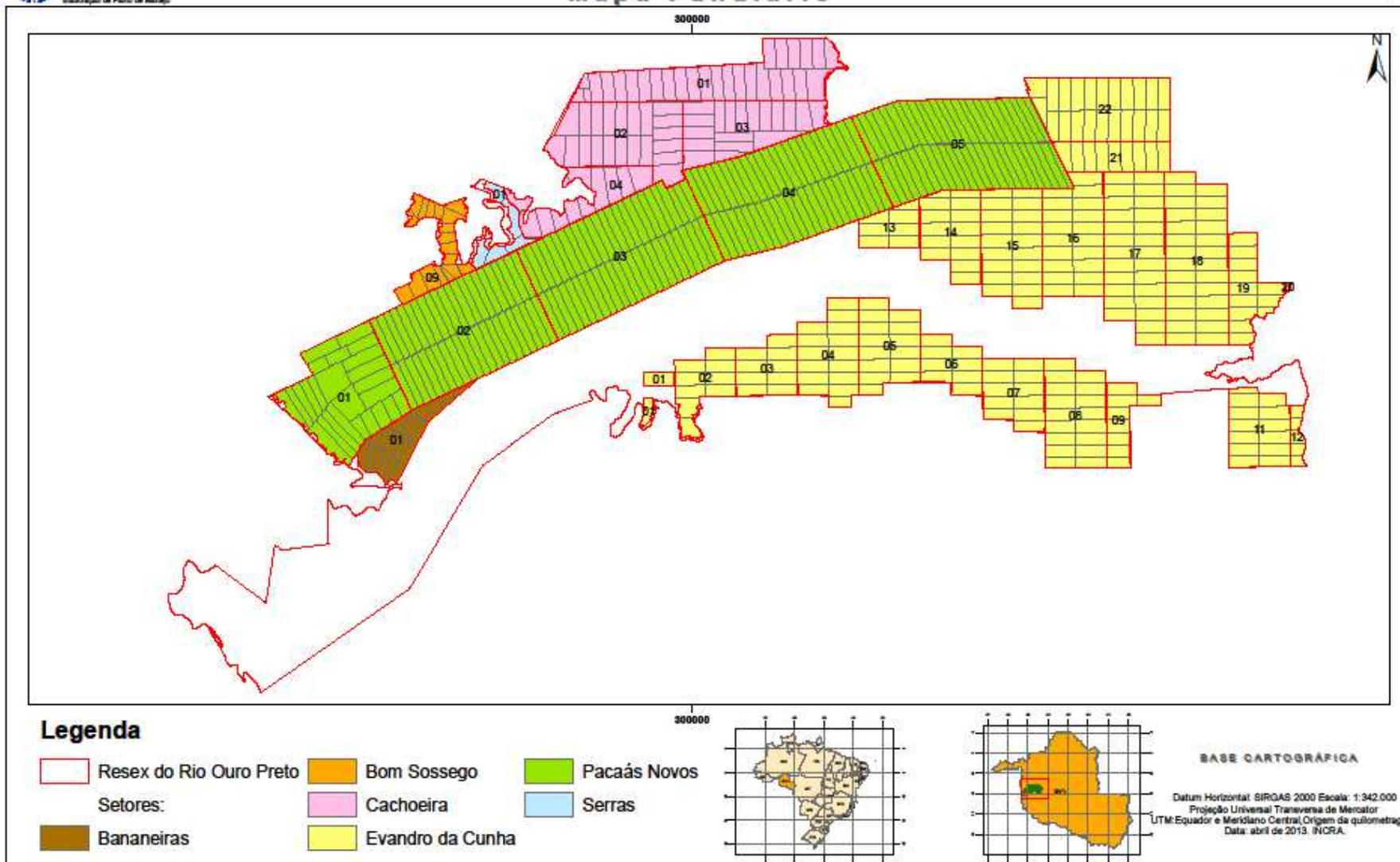
Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto

Mapa de Vegetação



ANEXO B9 – MAPA FUNDIÁRIO

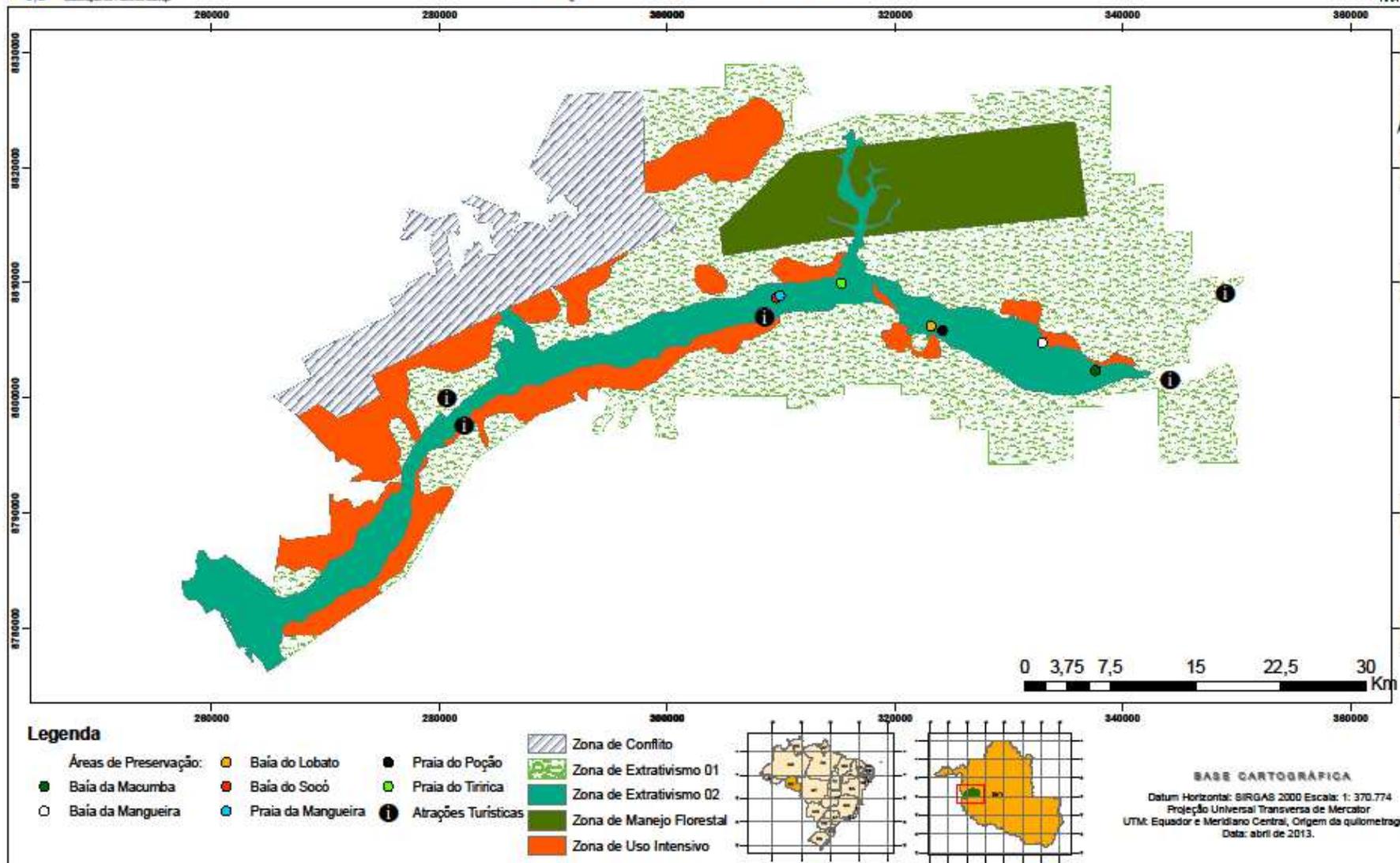
Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto Mapa Fundiário



ANEXO B10 – MAPA DE ZONEAMENTO

Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto

Mapa de Zoneamento

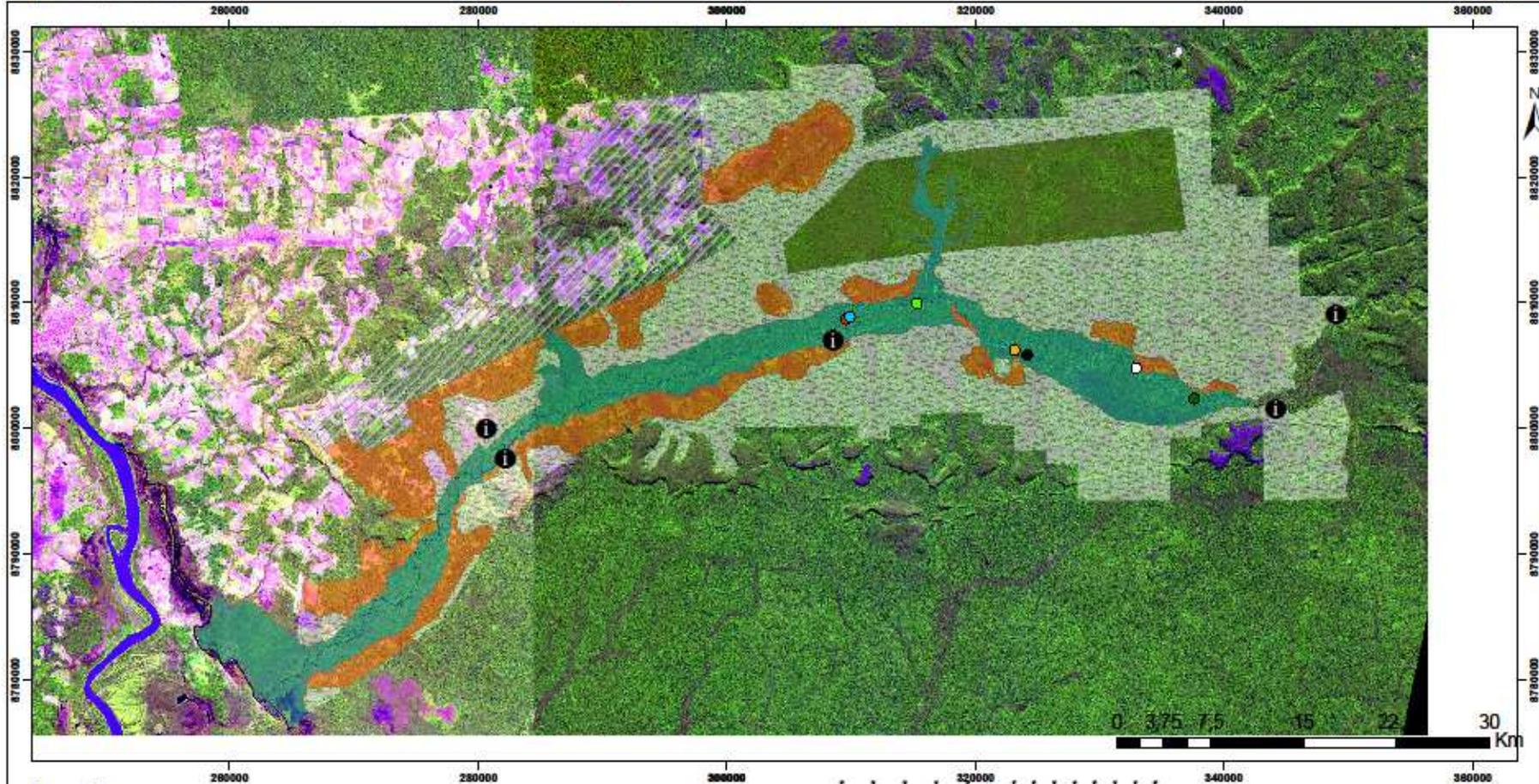


ANEXO B11 – MAPA DE ZONEAMENTO SOBRE IMAGEM



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Instituto Chico Mendes
de Conservação da Biodiversidade
ICMBio - Diretoria de Conservação
Mapa de Unidades de Conservação
Coordenação de Reserva e
Gestão de Plano de Manejo

Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto Mapa de Zoneamento



Legenda

- | | | |
|---------------------|-----------------------|----------------------------|
| ● Baía do Lobato | ● Praia do Poçoão | ▨ Zona de Conflito |
| ● Baía da Macumba | ● Praia do Socó | ■ Zona de Extrativismo 01 |
| ○ Baía da Mangueira | ● Praia da Mangueira | ■ Zona de Extrativismo 02 |
| | ● Atrações Turísticas | ■ Zona de Manejo Florestal |
| | | ■ Zona de Uso Intensivo |

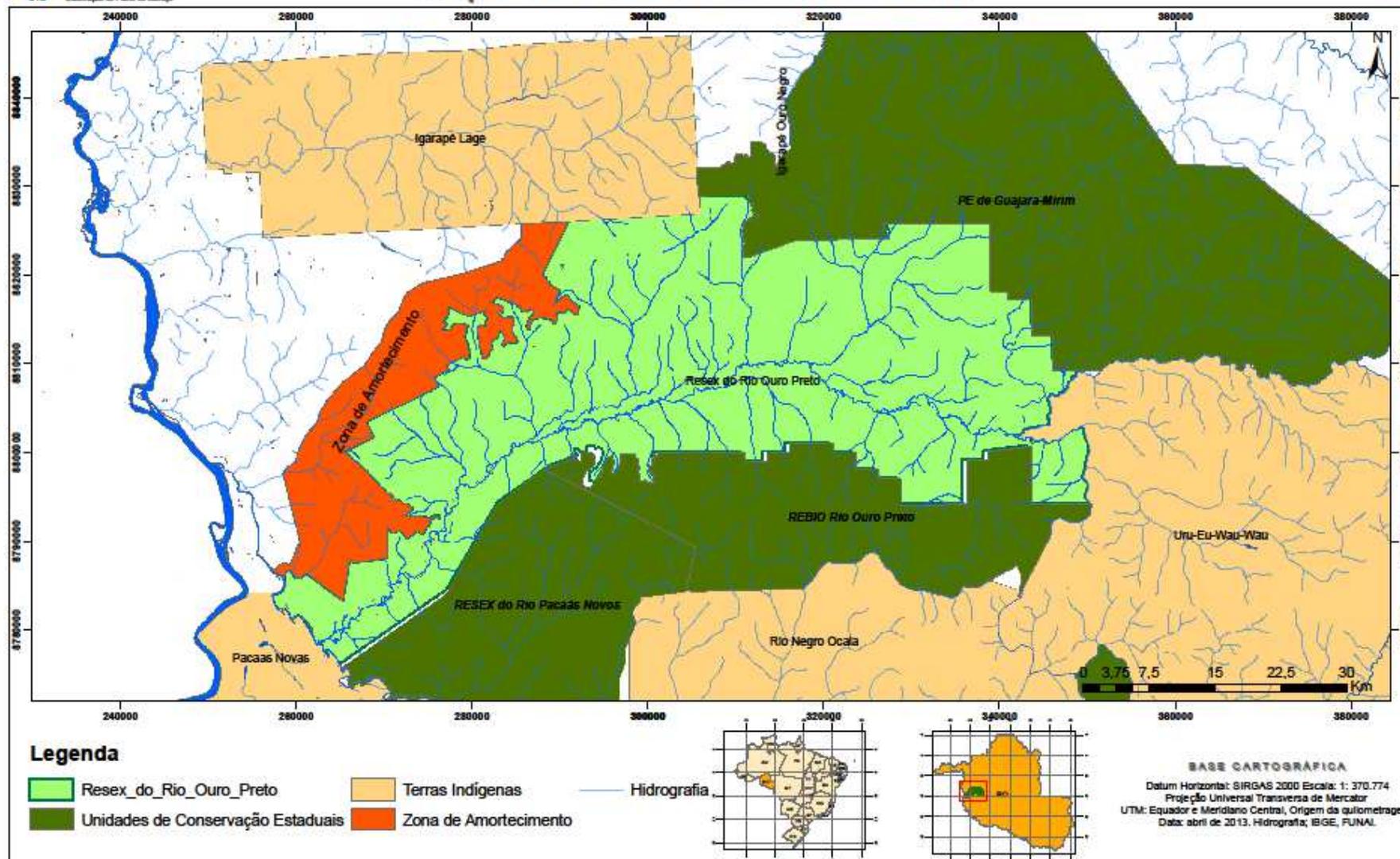


BASE CARTOGRÁFICA
Datum Horizontal: SIRGAS 2000 Escala: 1: 370.774
Projeção Universal Transversa de Mercator
UTM: Equador e Meridiano Central, Origem da quilometragem
Data: abril de 2013.

ANEXO B12 – MAPA DA ZONA DE AMORTECIMENTO (PROPOSTA)

Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto

Mapa da Zona de Amortecimento



ANEXO B13 – MAPA DE COMUNIDADES E MORADIAS

Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto

Mapa de Comunidades e Moradias

